

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA-PPI:
MESTRADO
Área de Concentração: Constituição do sujeito e historicidade

**A CONSTITUIÇÃO DO EU NA CULTURA DO SIMULACRO DE
SIMULAÇÃO**

MATHEUS DE FREITAS BRANDÃO

MARINGÁ

2010

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA-PPI:
MESTRADO
Área de Concentração: Constituição do sujeito e historicidade

**A CONSTITUIÇÃO DO EU NA CULTURA DO SIMULACRO DE
SIMULAÇÃO**

MATHEUS DE FREITAS BRANDÃO

MARINGÁ

2010

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA-PPI:
MESTRADO
Área de Concentração: Constituição do sujeito e historicidade

A CONSTITUIÇÃO DO EU NA CULTURA DO SIMULACRO DE SIMULAÇÃO

Dissertação apresentada por MATHEUS DE FREITAS BRANDÃO, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Área de Concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador(a):

Prof(a). Dr(a).: ANGELA MARIA PIRES CANIATO

MARINGÁ

2010

FICHA CATALOGRÁFICA

Catologação na Publicação

Biblioteca Central da UNICENTRO, Campus Guarapuava

Brandão, Matheus de Freitas

B817c A constituição do eu na cultura do simulacro de simulação / Matheus de Freitas Brandão. -- Maringá, 2010.

xi, 97 f. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Pós-Graduação em Psicologia (área de concentração: Constituição do sujeito e historicidade), 2010

Orientadora: Angela Maria Pires Caniato

Banca examinadora: Angela Maria Pires Caniato, José Sterza Justo, Eduardo Augusto Tomanik

Bibliografia

1. Psicologia. 2. Psicanálise. 3. Constituição do eu. 4. Subjetividade - psicologia. 5. Simulacro. 6. Simulação - psicologia. I. Título. II. Universidade Estadual de Maringá.

CDD 150.195

MATHEUS DE FREITAS BRANDÃO

A CONSTITUIÇÃO DO EU NA CULTURA DO SIMULACRO DE SIMULAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Angela Maria Pires Caniato – UEM

Prof. Dr. José Sterza Justo – UNESP – Assis-SP

Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik – UEM

Data de Aprovação

Dedico esse trabalho a A.R.M.A.S. e a Mônica.
Foram vocês que me alimentaram de amor e me
ensinaram que esta é *a* forma de luta.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha Orientadora Profa. Dra. Angela Maria Pires Caniato, símbolo de paixão, luta e competência. Pela preocupação com minha formação intelectual e rigor metodológico, contribuiu, sobretudo como inspiração para o desenvolvimento desse trabalho

Agradeço às famílias ligadas a mim: Minha Mãe, meu Pai, meus Irmãos, o apoio e a confiança depositadas por vocês em mim em tudo o que me aventurei enfrentar foi fundamental para chegar até aqui. À minha esposa Monica, que com a habilidade de “Sutilmente” estar sempre ao meu lado os desafios desse processo puderam ser superados. A Nilson e Célia, cuja existência em minha vida representa fonte de admiração e gratidão.

A meus avós, tios, primos de uma família de origem simples que na sua simplicidade sempre acreditou na importância da formação acadêmica.

Aos Professores Doutores Eduardo Augusto Tomanik e José Sterza Justo, membros da banca examinadora, pela atenção, carinho, cuidado nas contribuições teóricas e metodológicas.

Aos colegas da Faculdade Guairacá de Guarapuava-PR, pelo apoio durante todas as etapas do Programa de Mestrado.

Aos amigos e colegas do Grupo de Pesquisa Phenix, que sempre proporcionaram momentos de “Bem Estar” sem eles seria demasiadamente difícil suportar o mal estar.

Finalmente, a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram durante essa etapa tão importante quanto sacrificante de minha vida.

“No desenvolvimento da humanidade como um todo, do mesmo modo que nos indivíduos, só o amor atua como fator civilizador, no sentido de ocasionar a mudança do egoísmo para o altruísmo”

(Sigmund Freud)

RESUMO

Esta pesquisa parte do pressuposto de que o desenvolvimento tecnológico, sobretudo nas áreas da comunicação, provocam mudanças nas formas de relações psicossociais entre indivíduos e cultura. Tais relações tem substituído a presença real/concreta de indivíduos e objetos por uma mediação feita, majoritariamente, a partir de simulacros de simulação (BAUDRILLARD, 1991). Nesse sentido, dedicamos o primeiro capítulo à compreensão do conceito de simulacro de simulação de Jean Baudrillard. Em linhas gerais, trata-se da produção de objetos que se pretendem substitutos do real e o fazem a partir de uma subversão da linguagem tornado-se autônomos, capazes de criar e recriar a realidade, em relação ao ser humano. Além disso, procuramos investigar a presença de simulacros de simulação como forma de mediação entre indivíduos e cultura: a ressurreição artificial da realidade (BAUDRILLARD, 1991), as imagens-síntese (QUÉAU, 1993; PARENTE, 1993) as tecnoimagens (FLUSSER, 2002; MARCONDES FILHO, 2006), como expressão dos simulacros de simulação, assim como o papel da publicidade como discurso legitimador desses mesmos simulacros indicam a presença maciça de mediações a partir deles como substitutos da realidade. No segundo capítulo, recorreremos à psicanálise para compreender os processos de apreensão e representação da realidade feita pelos sujeitos. A constituição do “eu”, segundo Freud (1923), se dá, justamente, a partir das relações entre indivíduo e cultura. Freud (1923) afirma que o “eu” é fundado pelo outro. Percorreremos a obra seguindo os momentos em que Freud discute a constituição do “eu” construindo um arcabouço teórico que nos permita lançar luz as relações entre indivíduo e cultura no mundo contemporâneo. No terceiro capítulo, articulando as ideias dos dois anteriores visamos apontar em que medida as relações mediadas por simulacros de simulação podem influenciar os indivíduos e, dialeticamente, a produção da própria cultura. Concluímos que as relações mediadas a partir de simulacros de simulação favorecem a fragmentação da realidade internalizada pelos indivíduos a partir da capacidade de produção de sentido e de conceitos/modelo desses objetos. Tal modo de funcionamento pode favorecer regressões pulsionais, indicando também uma fragilização subjetiva a que estão submetidos os indivíduos na sociedade atual. Indicamos também que a temática ainda demanda novas pesquisas sobre o tema, devido a abrangência, complexidade e atualidade desses fenômenos, principalmente, pesquisas que auxiliem a desenvolver instrumentos e condições para autonomia dos sujeitos na cultura do simulacro.

Palavras-chave: Psicanálise; Constituição do eu; Subjetividade; Simulacros; Simulação.

ABSTRACT

This research assumes that technological development, particularly in the areas of communication caused changes in the forms of psychosocial relationships between individuals and culture. Such relationships have replaced the real presence/concrete subjects and objects of a mediation, mostly from simulacra of simulation (Baudrillard, 1991). Accordingly, we devote the first chapter to understand the concept of simulacra of simulation by Jean Baudrillard. In general, it is the production of objects which are to be substitutes for real and do it from a subversion of language made them autonomous, able to create and recreate reality in relation to humans. Furthermore, we investigated the presence of simulacra of simulation as a way to mediate between individuals and culture: the resurrection of the artificial reality (Baudrillard, 1991), the image-synthesis (QUEAU, 1993; PARENTE, 1993) the tecnoimagens (Flusser, 2002 ; MARCONDES SON, 2006), as an expression of the simulacra of simulation, as well as the role of advertising as legitimizing discourse of those simulations showed the massive presence of mediations from them as substitutes for reality. In the second chapter, we turn to psychoanalysis to understand the processes of apprehension and representation of reality made by the subjects. The constitution of the "I", according to Freud (1923), takes precisely, from the relations between individual and culture. Freud (1923) that "I" is founded by another. So, come to work following the times that Freud discusses the development of "I" thereby building a theoretical framework that enables us to illuminate the relationship between individual and culture in the contemporary world. In the third chapter, articulated the ideas of the previous two trying to point to what extent the relations mediated by simulacra simulation may influence individuals and, dialectically, the production of culture itself. We conclude that the relations mediated from simulacra simulation favor the fragmentation of reality internalized by individuals from the production capacity of meaning and concepts/model of these objects. This mode of operation may favor instinctual regressions, also indicating a weakening subjective they are submitted to the individuals in society today. Also indicated that the issue still requires further research on the subject, because the scope, complexity and relevance of these phenomena. Mostly, they help to develop research tools and conditions for personal autonomy in the culture of the simulacrum.

Key-words: Psychoanalysis; constitution of the self, subjectivity; Simulacra, Simulation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - A ERA DA SIMULAÇÃO	18
1.1- Uma incursão pela teoria do simulacro em Baudrillard	18
1.1.1 - (Re)Construindo a espiral dos simulacros na sociedade	22
1.2 - A cultura do simulacro: características das relações psicossociais	31
1.2.1 - Da modernidade à pós-modernidade	32
1.2.2 - A ressurreição artificial da realidade – as mediações por simulacros de simulação	39
1.2.3 - As imagens-síntese como mediação e a publicidade como discurso legitimador	42
CAPÍTULO 2 - ASPECTOS LIGADOS À CONSTITUIÇÃO DO EU RELEVANTES PARA COMPREENDER AS CONDIÇÕES DO INDIVÍDUO CONTEMPORÂNEO – UM PERCURSO PELA OBRA DE FREUD	54
2.1 - A concepção de eu no Projeto e as contribuições dos Estudos sobre a Histeria: os pressupostos para compreender o funcionamento da distinção entre realidade/alucinação, o pensamento e o papel da linguagem	55
2.2 - A concepção de eu a partir da teoria pulsional e a revolução do narcisismo: a consolidação de uma noção de eu fundado nas relações	62
2.3 - A concepção de eu em O Ego e o Id: uma síntese das concepções anteriores que levam a concepção final das estruturas “id”, “ego” e “superego (ideal do eu)”	65
CAPÍTULO 3 - A CONSTITUIÇÃO DO EU E A SUBJETIVIDADE NA ERA DA SIMULAÇÃO	69
3.1 - Implicações subjetivas do desamparo pertinentes à ressurreição artificial da realidade na cultura do simulacro	71
3.2 - Relações entre linguagem/imagens-síntese e a constituição do eu	78
3.3 - Sobre o Inconsciente - implicações para seu funcionamento na cultura contemporânea	81
CONCLUSÕES	88
REFERÊNCIAS	93

INTRODUÇÃO

“Vivemos hoje uma dessas épocas de crise das antigas ordens de representação e dos saberes, e, mais profundamente, de uma grande complexidade em relação as formas de produção da subjetividade” (PARENTE, 1993, p. 14). A afirmação de Parente (1993) circunscreve a preocupação geral que conduziu esse trabalho. Diante das transformações nas formas de produção material, da produção de representações e saberes, notamos também transformações na produção de subjetividades. A evolução das máquinas, da informática, da tecnologia de comunicação, permite atualmente a criação e recriação de objetos até então inimagináveis.

O sonho da criação de um ser autônomo, à imagem e semelhança do ser humano, a exemplo do robô moderno, atingiu possibilidades para além da substituição do corpo, ou próteses dos corpo, mas são produzidas máquinas de visão capazes de reconhecer seres e objetos, próteses perceptivas ou automação das percepções (VIRILIO, 1993), a inteligência artificial, a construção e encadamento de imagens que podem substituir o pensamento ou a imaginação (BAUDRILLARD, 2004; FLUSSER, 2002) como é recorrente nas campanhas publicitárias em que as pessoas se misturam a uma projeção fantástica de realização de desejos mais primitivos, aproximando-as de satisfações típicas do mundo dos sonhos (SAFATLE, 2005). As possibilidades de comunicação pela internet oferecem a possibilidade de telepresença, a presença mediada pela tela, em tempo vivo, o papel de produção de modelos identificatórios e conceitos a partir de programas de televisão criando e recriando opiniões, identidades, modos de ser e viver. A aceleração da capacidade de produção e distribuição de bens nunca antes registradas na história, uma compressão do tempo-espço, produção do máximo em tempo mínimo e distribuição global em que os referenciais de distância são praticamente insignificantes (HARVEY, 2009). Enfim, são inúmeras as transformações na vida cotidiana.

Transformações estas que embora abram inúmeras possibilidades de desenvolvimento, solução de problemas etc., também nos colocam diante de questões éticas e epistemológicas (PARENTE, 1993; QUÉAU, 1993) que abrangem, sem o risco do exagero, todas as áreas da ciência: a apreensão da realidade diante a possibilidade de recriação artificial tanto da realidade quanto de faculdades humanas como inteligência, pensamento, representação e

imaginação; a democratização do acesso às tecnologias e às soluções de problemas oferecidos por elas; as formas de organização social do trabalho – substituição dos seres humanos por máquinas autônomas; formas padronizadas de sentir, desejar – são apenas alguns exemplos que ilustram a importância do desenvolvimento de pesquisas sobre os aspectos envolvidos nesses fenômenos contemporâneos.

O recorte teórico-metodológico adotado nessa pesquisa parte do pressuposto de que as mediações entre indivíduos e entre indivíduos e seu mundo, dimensões que compõem o que chamaremos de realidade, vem sendo feitas a partir de substitutos de indivíduos e também substitutos dos objetos que compõem o mundo. A presença concreta/real de indivíduos ao se relacionarem e também a relação destes com os objetos que constituem o mundo externo, ou que pelo menos permitem o reconhecimento da realidade externa, tem sido cada vez menos comum. Essas relações vem sendo mediadas por réplicas da realidade, ou réplicas de seres humanos – réplicas estas que caracterizam o conceito de **simulacro**: algo que se propõe real, ou substituto da realidade, mas não o é (BAUDRILLARD, 1996). Tais substitutos, portanto, parecem engendrados a partir de uma intencionalidade de substituição da realidade, Sodré (2002) indica que não podemos pensar as novas formas de produ o de realidades e subjetividades desligadas dos contextos hist ricos, sociais, econ micos e políticos em que estão inseridos. Nesse sentido, há subjacente   essas transforma es, intencionalidades sociais, políticas e econ micas que devemos procurar entender.

Essa pesquisa toma, portanto, uma perspectiva dialética, uma vez que tem a historiza o como prerrogativa, priorizando as transforma es ocorridas a partir das contradi es decorrentes da rela o indivíduo/cultura. Seguindo as proposi es de Konder (1993), esta pesquisa se caracteriza por uma investiga o bibliográfica que busca oferecer uma possibilidade de interpreta o das contradi es, propondo uma supera o destas a partir de uma tese acerca de um dado empírico que, por sua vez, poderá ser submetida novamente ao empírico num momento subsequente.

A partir desta perspectiva dialética apresentada acima, o ser humano passa ser sujeito da cultura e ao mesmo tempo produtor da cultura. Mostra uma dependência em rela o ao outro como condi o de funda o do sujeito. Da mesma forma, produtor da própria cultura, uma vez que, embora fundado pelo outro, o sujeito tem papel ativo na busca pela satisfa o de seus desejos, como afirma Freud (1923).

Para compreender e historizar essas transformações recorremos a áreas do conhecimento como a Sociologia, Filosofia, Antropologia na medida em que estas lançam luz sobre os fenômenos sociais. Um dos autores que colaborou para compreender as formas de produção de objetos e de produção de subjetividades foi Jean Baudrillard. Esse autor desenvolve uma teoria da sociedade orientada pelo conceito de simulacro de simulação.

O primeiro capítulo trata justamente da construção desse conceito na obra desse autor. Em linhas gerais, entende que simulacros são cópias, réplicas de objetos. Antes de adentrar o início da espiral dos simulacros, traremos para este texto a discussão proposta por Melo (1988) acerca do conceito de representação e de signo, uma vez que isso nos auxiliará a compreender a proposta de Baudrillard.

Segundo a autora, *representação* é um termo de definição difusa, como aponta Fernando Gil (citado por MELO, 1988), mas que, em linhas gerais, tem-se que “[...] representar significa ser o *outro do outro*, simultaneamente evocado e cancelado” (p. 30). A partir da representação é possível, por exemplo, evocar um objeto ausente e assim, simultaneamente, definir sua ausência. Assim a representação está ligada a processos de pensamento e de linguagem de forma que a representação seria uma percepção interpretada, uma imagem mental. Nesse sentido, o signo faz uma função de terceiro (*médium*): entre aquele que pretende representar e aquele que o interpreta – função esta ligada a um ato de significação unificadora da relação. Tomando emprestada a definição de Saussure, temos que o signo é composto de duas partes: uma sensível – o significante; e outra que marca a ausência do objeto para um determinado grupo – o significado; tem-se que, da relação entre essas partes, a significação se torna possível, se torna possível atribuir sentido ao signo. De tal forma, a representação expressa um processo mental enquanto o signo expressa um processo social. Ou, se quisermos, a representação remete a uma “realidade psíquica”, a um mundo interno, enquanto o signo remete ao mundo externo, embora tendo uma parte sensível. As relações entre signo e representação organizam o sistema de pensamento e fazem a distinção entre aquilo que é representação e aquilo que é realidade externa ao indivíduo.

Retornando ao simulacro naturalista, temos que, para Melo (1988), o simulacro, de acordo com Baudrillard, suprime essa alteridade, oblitera a relação entre presença e ausência, levando o pensamento ao julgamento entre o verdadeiro e o falso mas sem contar o vínculo afetivo ligado a experiência dos indivíduos. O simulacro aparece então como uma réplica da realidade externa mas sem permitir a dialética da ausência e presença, aparece como um real

acabado, pronto. Adquire, assim, relativa autonomização, ou seja, ele prescinde da concretude dos objetos, independe da realidade externa para existir: Baudrillard (1995) fala numa “**onipotência**” do simulacro.

Para Baudrillard, o simulacro seria, portanto, um jogo puro de significantes. Isso significa que a parte do signo que se torna sensível, ligada à percepção como dito anteriormente, num fluxo constante, constrói algo percebido, mas percebido como uma máscara, algo que, ao mesmo tempo que apresenta algo, esconde outro algo.

A autora faz referência aqui à obra *Massa e Poder*, de Elias Canetti, quando este comenta que a simulação está entre a imitação e a metamorfose. Seria algo que separa o que aparece preservando algo que deve ser mantido em segredo, oculto. Nesse sentido, a máscara seria a expressão máxima da simulação, pois encerra nela todas as metamorfoses. Se, por um lado, ela torna rígido o jogo livre das metamorfoses, por outro lado defende a sua necessidade incessante. A autora ainda continua explorando a máscara dizendo que, além de cristalizar todas metamorfoses, a máscara cria uma personagem:

Assim, a máscara é, não só o elemento de mediação entre ator e espectador, mas também entre ator e personagem. Essa mediação tem caráter duplo e intransponível: se o espectador teme o que está além da máscara, o ator teme o desmascaramento. Enquanto personagem, o ator é duplo: é ele mesmo – ou seja, aquele ser que não deve aparecer – e a máscara é manipulada por ele (p. 58).

O código, do qual a simulação seria mediadora, seria uma espécie de máscara dos signos, ou seja, código, para Baudrillard, seria um “sistema de signos absoluto e generalizado”, que suprime toda a ordem simbólica, como afirma Melo (1988).

Outros autores como Harvey (2009), Lyotard (2002), Adorno & Horkheimer (1985), entre outros, colaboraram para ampliar a abrangência das proposições de Baudrillard e também as formas de relações psicossociais na sociedade contemporânea. De forma geral, esses autores entendem que muitas dessas mudanças foram gestadas a partir do desenvolvimento tecnológico, sobretudo nas áreas ligadas à comunicação, historicamente localizadas em meados do século XX. Uma tentativa de superar os fracassos do projeto de Modernidade, este que fora inspirado pelos ideais iluministas que valorizavam a racionalidade humana como a principal ferramenta para organização e desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos, evidenciado principalmente pelas Guerras Mundiais (ADORNO &

HORKHEIMER, 1985), representam a inspiração para a construção de um novo mundo, habitado por um novo indivíduo.

As evoluções científicas oferecidas pela ciência: medicina, química, genética, a produção de “próteses”¹, tecnologias comunicacionais, dentre outras - aliadas as novas formas de consumo/consumismo pautadas pelo neoliberalismo são tomadas pelos autores como complicadores do sofrimento psíquico. A reprodução imagística da realidade como forma de representar e compreender o mundo é um ponto comum de análise entre os autores estudados.

A isso, Debord (1967) dá o nome de “ideologia materializada” na forma de imagens. Diferentemente de outros períodos da história as imagens são capazes de criar e recriar, autonomamente, a ponto de se tornarem independentes da realidade de que antes dependiam para obter seus referenciais. Além disso, a publicidade entra em jogo como um discurso legitimador dessa reprodução artificial da realidade (BAUDRILLARD, 1996). Vale acrescentar que tanto para a recriação das imagens quanto para a legitimação do discurso publicitário, as transformações operadas a partir da linguagem tem papel fundamental.

As questões discutidas por esses autores nos levaram a investigar a constituição subjetiva dos indivíduos diante dessas condições que caracterizam a vida contemporânea. Para tanto, procuramos na psicanálise os fundamentos para investigar a constituição do sujeito. Recorremos a Freud e a um percurso pela sua obra seguindo a construção do conceito de “eu” como norteador. Essa é a temática desenvolvida no segundo capítulo.

O que justifica a opção pela psicanálise freudiana como orientação teórica reside justamente na concepção de *psique* como um sistema dinâmico “[...] um novo conceito de mente o qual é inseparável da cultura” (GONZÁLEZ REY, 2005).

Assim, seguindo as orientações de Assoun (1995), principalmente, e também de Garcia-Roza (1991;2994), estabelecemos três momentos da obra que ganharam importância por permitirem pensar a noção de “eu” segundo Freud. Primeiramente um período inicial, por volta de 1895, em que uma concepção mecânica, típica das ciências naturais, marca a obra de Freud – aparece aqui um eu funcional. Um segundo momento, por volta de 1914, em que a concepção de pulsão e o narcisismo marcam a noção de um “eu” relacional, numa perspectiva

¹ Entendemos por prótese aquilo que se propõe substituir o elemento original, propondo-se completar a falta deste. Portanto, não se refere exclusivamente à próteses ligadas ao corpo físico, mas também se estende ao psiquismo.

metapsicológica. No terceiro momento, por volta de 1923, em que as relações ganham estatuto de fundação do sujeito. Ganhou destaque nesse percurso o papel da linguagem como medidora na constituição do “eu”, que desde o primeiro momento quando a concepção mecanicista ainda marcava a psicanálise, Freud já apontava a linguagem como aquilo que cria condições para um jogo intersubjetivo entre indivíduo e cultura.

No terceiro capítulo, procuramos articular os dois anteriores numa tentativa de produzir conhecimento acerca da constituição subjetiva dos indivíduos na cultura contemporânea. Pudemos discutir um incremento na dificuldade de encontrar amparo no mundo externo, o que costumava ser referência para constituição do eu, encontrada pelos indivíduos na cultura do simulacro de simulação. A saturação perceptiva, a imobilidade dos processos de pensamento e o caráter anti-imaginativo das relações psicossociais a que estão submetidos os indivíduos no mundo contemporâneo evidenciam o esvaziamento da ordem simbólica. Além disso, diante de tal esvaziamento do mundo externo, a reorientação dos destinos pulsionais parecem encontrar no corpo, uma das formas mais primitivas de representação, uma fonte privilegiada de descarga. Esse conjunto de condições representa o caráter fragmentário tanto da realidade externa quanto do mundo subjetivo dos indivíduos.

Por fim, destacamos o papel dos simulacros de simulação na reconfiguração da linguagem como possibilidade de se fazer discurso e assim produzir e reproduzir a realidade e sujeitos. A fragmentação da realidade abre possibilidades de regressões pulsionais caracterizadas como uma pauperização da constituição do eu. Os modelos identificatórios disponíveis na cultura também não oferecem amparo ou referência uma vez que são engendrados nos mesmos moldes dos simulacros de simulação, a criação de modelos sem origem, existem mas não permitem discernimento entre realidade/ilusão. Ainda que sejam inegáveis os benefícios que o desenvolvimento tecnológico e científico, não podemos deixar de pensar na intencionalidade econômica, social e política subjacentes aos modos de produção que ainda seguem o sistema de produção capitalista que historicamente incorporou os avanços científicos como forma de atualização dos mecanismo de dominação e produção de exclusão e pobreza.

CAPÍTULO 1

A ERA DA SIMULAÇÃO

A concepção de Era, como sugere o título deste capítulo, remete à ideia de uma demarcação de tempo de onde se processa a contagem dos anos. Dessa forma, o título *Era da simulação* pretende aludir a um período em que se inicia a contagem dos anos a partir da demarcação imposta pela simulação. Essa argumentação circunscreve os objetivos deste capítulo. Isto é, pretendemos, num primeiro momento, historizar o conceito de simulacro de simulação de acordo com as proposições de Baudrillard. Para tanto, faremos um percurso pela obra desse autor, procurando compreender historicamente a construção desse conceito. Num segundo momento, discutiremos as características da sociedade contemporânea que permitam evidenciar a presença maciça de simulacros de simulação como mediadores das relações entre indivíduos e cultura. Para tanto, tomaremos as proposições de Harvey (2009) sobre a pós-modernidade como norteadoras. Vale acrescentar que, para ambos os momentos, tomaremos de empréstimo proposições de outros autores que auxiliam a compreender tanto o momento atual como eventos marcantes da história da humanidade no geral, mas, mais especificamente, aquilo que esses eventos auxiliam na compreensão das formas de existência e nas relações entre os indivíduos e cultura na contemporaneidade e, nesse sentido, articulações com a filosofia, a sociologia, a antropologia e a psicanálise serão efetuadas. Procuramos assim, como orienta González Rey (2005), assumir uma perspectiva qualitativa de pesquisa, ou seja, confrontando a teoria (e seus múltiplos desdobramentos) e o empírico, procurando novas “zonas de sentido” (p. 30).

1.1 *Uma incursão pela teoria do simulacro em Baudrillard*

Segundo Melo (1988)², Jean Baudrillard constrói uma teoria sobre a sociedade ocidental a partir de uma associação considerada original em sua obra: associa a ordem do valor à ordem da significação. Isto é, ele parte de uma relação entre aquilo que organiza as formas de atribuir valor aos objetos (**ordem do valor**), por exemplo: valor afetivo, valor monetário, etc. – às formas de atribuir significado aos objetos, representá-los (**ordem de significação**). A autora complementa essa ideia fazendo uma alusão à máxima de Baudrillard: “*O simulacro é o segundo batismo das coisas*” [...] o primeiro é a representação” (p. 14). Evidentemente essa definição de simulacro é ainda preliminar. No decorrer do capítulo pretendemos clarear sua compreensão.

Melo (1988) afirma ainda que essas ordens se associam numa espiral de simulacros cujos movimentos acompanham as diferentes épocas da cultura no mundo ocidental, mais especificamente o Renascimento, a Idade Moderna até final do século XX. Torna-se possível então aludir às três etapas do desenvolvimento do simulacro em Baudrillard: a primeira é representada pela lei natural do valor, simulacro naturalista, cuja correspondência histórica seria do Renascimento à Revolução Industrial; a segunda, o simulacro produtivo, seria regida pela lei mercantil do valor, cuja correspondência histórica seria o período da Revolução Industrial, sua expansão e hegemonia; e a terceira, o simulacro de simulação, esta típica da contemporaneidade, em que as expressões do capitalismo se encontram em sua forma mais avançada. A partir de então exporemos os pormenores dessas etapas, dando maior atenção às expressões do simulacro de simulação.

Assim, iniciamos o percurso na construção do conceito de simulacro, o que nos remete às formas de organização social primitiva anterior à multiplicação dos simulacros. Baudrillard (1972) faz essa incursão histórica uma vez que afirma que o consumo de bens desses povos não corresponde a “uma economia individual de necessidades: é uma função social de prestígio e de distribuição hierárquica” (p. 12). Aqui, segundo Melo (1988), Baudrillard segue os estudos antropológicos de Marcel Mauss sobre tribos indígenas do nordeste americano. De acordo com essa perspectiva, as relações de troca nessas organizações sociais se dão a partir de uma relação entre dádiva e obrigação, que, por sua vez, implica dar e

² Em sua dissertação de Mestrado, a autora, Hygina Bruzzi de Melo, atravessa todas as publicações de Baudrillard até 1987, procurando elucidar a lógica do pensamento desse autor. Seu texto está publicado no livro *A Cultura do Simulacro: filosofia e modernidade em Jean Baudrillard*, pelas Edições Loyola em 1988 e foi de auxílio inestimável nesta dissertação.

receber presentes. Uma espécie de sistema primitivo sustenta essas trocas simbólicas: o *potlach* e o *kula*. O primeiro remete à ideia de:

[...] destruição total de bens e objetos, como demonstração de prestígio e de desafio. Retribuir é uma questão de honra, na medida em que a não-retribuição implica na perda da “face”, do mana, da autoridade [...] tornou-se conhecido como uma espécie de festa solene (MELO, 1988, p. 24).

O *kula* representa um grande *potlach*, uma espécie de circularidade de troca em que o valor que rege essas trocas não é o valor fixo monetário, mas um valor mágico, sagrado, cuja correspondência se estabelece pela própria circularidade das trocas entre os membros da tribo – um jogo simbólico por excelência, que implica um respeito pelo outro, um movimento de expressão de gratidão e de dignidade entre os seres humanos:

A reversibilidade da dádiva e contradádiva e o ciclo incessante e inelutável da troca fundam uma ordem agonística [referente a luta, a competitividade grega]³, na qual a moeda enquanto estalão fixo, a mercadoria e a troca econômica enquanto categoria autônoma estão ausentes. As coisas são portadoras de um espírito – o *hau* –, que faz circular e retornar do donatário ao doador: retê-las significa a convocação de ameaças imprevisíveis. Essa “força das coisas” é uma propriedade intrínseca e independente do valor que lhes possa atribuir o operador da troca, simples intermediário de um fluxo contínuo (MELO, 1988, p. 25).

Assim, o que define o objeto não é o jogo da mais-valia, do lucro, do valor monetário, mas, sim, o afeto envolvido na relação, uma obrigação afetiva, uma reciprocidade. Então as relações eram atravessadas por uma solicitude que era veiculada pelo objeto e valor afetivo/ético que ele representava.

Segundo Baudrillard (1972), nessas formas de relação o objeto não pode se autonomizar, pois ele é uma mediação por se fundar num “pacto transferencial” entre indivíduos, onde eles, os seres humanos, estão expressos. Nessa ordem de valor não se tem valor de uso, nem mesmo valor de troca econômica, mas, sim, de troca simbólica:

[...] qualquer objecto, contanto que seja dado, pode significar plenamente a relação. No entanto, desde que – e porque – é dado, é aquele e não outro. O presente é único,

³ Grifos nossos.

especificado pelas pessoas e pelo momento único da troca. É arbitrário e, no entanto, absolutamente singular (p. 60).

Dessa forma, os objetos da troca marcam a singularização e a identidade. É a diferenciação do outro que marca o vínculo e não a lei geral da economia, nem a padronização das mercadorias. Nota-se uma integralidade entre o indivíduo, o outro e o objeto, além de um jogo simbólico incessante entre os termos, afetivo e representativo. Esse objeto fortalece uma singularidade porque adquire significado simbólico diferente para relações entre indivíduos diferentes. Além disso, parece haver uma forte proximidade entre a realidade e o signo, como um vínculo transferencial propriamente dito, o que favorece o estabelecimento de um sentido de realidade e de identidade.

Segundo Baudrillard (1972):

O que constitui o objecto como valor na troca simbólica é o facto de nos separarmos dele para o dar, para lançar aos pés do outro, aos olhos do outro (*ob-jicere*); é o facto de nos despossarmos dele como uma parte de nós próprios e que se constitui como significante, o qual funda sempre simultaneamente a presença dos dois termos entre si e a sua ausência (distância). Daí a ambivalência de todo o material de troca simbólica (olhares, objectos, sonhos, excrementos): o médium da relação e da distância, um presente é sempre amor e agressão (p. 61).

O conceito de *médium* pode ser entendido aqui como um fluxo comunicacional sob o qual se apoia a troca simbólica. As concepções de valor de uso ou de valor econômico, monetário, ainda são ausentes. O que sustenta a troca é uma relação afetiva e ambivalente mediada pelos objetos que remetem diretamente à experiência desses indivíduos – o desafio e a troca.

Essa forma de ordenação dos objetos desaparecerá, contudo, segundo Baudrillard (1996), a partir da hegemonia do sistema de produção econômico que passa a ser dominado pela acumulação e pela conservação de bens e objetos, como acontece nas sociedades ocidentais a partir do Renascimento, em que a reversibilidade simbólica dá lugar à ordem de valor monetário, econômico e à multiplicação de simulacros. A experiência do desafio e da troca dão lugar a ordenações de valor monetário programadas e (re)produzidas industrialmente. O jogo das trocas simbólicas dá lugar ao “jogo” econômico. A partir desse momento, Melo (1988) afirma que Baudrillard deixa de retornar às sociedades primitivas e

passa a discutir a primeira ordem dos simulacros, o simulacro naturalista, a partir do Renascimento.

Será que a mercadoria não representa o primado do simulacro na contemporaneidade, que penetra nos homens, o esvazia e o domina? Em relação a essa “onipotência” do simulacro, Melo (1988) nos leva à discussão que Baudrillard faz sobre a caça às representação de Deus durante o século XVIII a partir da proliferação de ícones que representavam o divino e o temor de que a adoração desses ícones pudesse destruir a existência de Deus na consciência dos homens. Melo (1988) resume as proposições de Baudrillard:

Para demonstrar a onipotência do simulacro, ele invoca como exemplo a querela dos iconolastas. O ícone significa a possibilidade de representar o divino. Na interpretação de Baudrillard, a origem da conhecida querela deve-se ao **temor de que o ícone pudesse adquirir força de simulacro, substituindo e dispensando aquilo de que era representação**; ou seja, o simulacro se instituiria como artil demoníaco com vistas à exterminação do divino. O medo de que por detrás das imagens nada existisse desencadeava a *caça aos ícones* que pode, segundo ele, igualmente interpretar-se como uma caça ao simulacro [...] A outra face da questão é a figura dos iconolatas⁴. Estes já estariam vivendo, no *culto irrestrito às imagens, a morte de Deus*. Nesse sentido, aproximam-se do espírito da modernidade, que mantém o puro jogo das aparências e aperfeiçoa a arte do simulacro, na convicção de que é temeroso o desvelamento, pois é provável que as imagens nada mais tenham a ocultar (p. 31).

Ou seja, o ícone passa a representar aquilo ausente e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, evidencia tal ausência pela presença do mesmo ícone. O sistema funciona a partir da autorreferência sobre um simulacro, uma cópia do objeto em questão: “[...] ressurreição do figurativo onde o objecto e a substância desapareceram” (BAUDRILLARD, 1991, p. 14). Tal é a dificuldade de discernimento entre o real e o representado.

1.1.1 (Re)Construindo a espiral dos simulacros na sociedade

⁴ Adoradores dos ícones que representavam o divino.

Inicia-se a espiral de simulacros. Baudrillard (1972) indica o Renascimento como o período que inaugurou a quebra da hierarquia do signo no sistema feudal, substituído pelo regimento burguês de uma competição agora pelo prestígio social, produto de uma convenção, abstrata e arbitrária, que, quanto mais prolifera, mais se distancia de sua forma original. A obrigação simbólica que marcava a relação entre os indivíduos nos rituais primitivos é substituída por uma competição aberta por prestígio social.

As transformações na Europa durante esse período foram diferentes em cada lugar devido às suas diferentes histórias e patrimônio cultural. Segundo Thompson (2008), três dessas transformações atravessaram, porém, essas diferenças e ganharam expressão mundial durante os anos posteriores: primeiro, a gradativa substituição do sistema feudal pelo sistema capitalista de produção e de troca; segundo, as unidades políticas progressivamente substituídas pelo sistema Estado-Nação e assim controladas por uma unidade central; e, terceiro, a concentração de poder militar crescente ligado ao Estado-Nação, legitimando a utilização da força em seu território.

Em relação à progressiva substituição do sistema feudal pelo sistema capitalista temos a produção de excedentes como expressão de acumulação de riquezas -- acumulação essa representada, sobretudo, na arquitetura das chamadas cidades-Estado, cidades que concentravam, além de instituições produtivas, unidades políticas que regiam um número grande de habitantes em relação a outras cidades. Isso requeria um planejamento das cidades tanto para a distribuição das unidades políticas quanto para a distribuição da população. Harvey (2009) indica como esses projetos arquitetônicos expressavam o ideário burguês, ostentando o acúmulo de capital por um lado e, por outro lado, produzindo e reproduzindo sua própria cultura no cenário urbano expressa pela arquitetura.

Alimentados pela crença na racionalidade como a superação do tradicionalismo dogmático do feudalismo, buscava-se a cidade perfeita, ou seja, a burguesia renascentista representava seus modelos a partir de simulacros agora teatralizados no cenário urbano. Isso equivale a dizer que os simulacros saem do campo simbólico e penetram na materialidade da vida das cidades. Eles serviam como referenciais de prestígio social. Se retomarmos uma das ideias centrais de Marx no *Manifesto do Partido Comunista* (2002) poderemos notar que ele considera o desenvolvimento da sociedade burguesa como uma continuidade dos antagonismos de classe. Isso nos permite afirmar que a arquitetura das cidades, portanto, ao

representarem o ideário burguês, representa também os antagonismos de classe. Além disso, como afirmam Harvey (2009) e Bauman (1999), a divisão do espaço territorial das cidades e a periferização das classes pobres representam um forma de poder exercida pela classe dominante, que acaba por violentamente excluir uma parcela da população do equipamento urbano. Esse exemplo auxilia a compreender que as contradições inerentes ao regime capitalista não ficam evidentes ou, pelo menos, ficam disfarçadas auxiliadas pelo simulacro. Baudrillard (1976) indica ainda a utilização do *estruque*, uma massa preparada com pó de mármore com cal, gesso e areia, similar ao reboco, que, pela plasticidade, permitia como uma expressão arquitetônica produzir replicas, cópias, enfim, simulacros da natureza nas fachadas e nas artes de forma geral. Melo (1988) cita a cidade-Estado de Florença como um exemplo:

Em face da representação linear, plana e desarticulada do espaço medieval, a representação em perspectiva do Renascimento marca a tomada de posição do sujeito-observador a partir de um ponto de vista privilegiado: o efeito de profundidade é diretamente proporcional à distância do espectador. Esse perspectivismo atinge sua perfeição canônica na dupla convergência do espaço urbano e da edificação, através do edifício de planta central e da cidade estelar: *um edifício de planta central, em meio a uma cidade estelar, é como o observatório simbólico colocado no ponto focal*. A cidade estelar – grande utopia urbana do Renascimento – define-se como um sistema radial que converge para um ponto de fuga identificável [...] Na nova configuração do espaço arquitetural renascentista, ressalta o efeito pictórico obtido pelo rigor de uma concepção unitária, da qual resulta, por sua vez, uma perfeita harmonia de proporção e escala. A natureza é invocada nos tratados sobre arte de construir como modelo dessa perfeição que a arquitetura deve, *por analogia*⁵, atingir (p. 36).

Embora procurasse reproduzir a natureza por analogia, vale destacar que o homem não participa da criação da natureza, pois ela é mais poderosa que ele, mas a tentativa de recriá-la imputa aos seres humanos a capacidade/responsabilidade de governar a si e de controlar seus destinos. Tomando aqui o mesmo tom especulativo que Freud utiliza em *Totem e Tabu* (1913), os seres humanos voltam-se contra seu pretenso criador quando procuram recriar e controlar a natureza, como os filhos o fazem contra o pai absolutista da horda primeva apresentada por Freud (1913), e assumem seu lugar a partir de um pacto de renúncia

⁵ Grifos contidos no original.

coletiva que substitui um mando absolutista. Os humanos valem-se da ciência e da tecnologia para criar um novo mundo, destronando seu pretenso criador.

Assim, as outras duas características apontadas por Thompson (2008) acerca das mudanças promovidas pelo Renascimento podem ser relacionadas. As edificações ligadas às novas unidades políticas substitutas do antigo regime feudal passam a identificar o Estado-Nação no espaço urbano. Da mesma forma, o seu poder militar pode ser acionado em qualquer ocasião em que a nova ordem seja ameaçada. O aparato militar pode voltar-se contra seu próprio povo (MARTIN-BARÓ, 1989), característica que se tornará evidente no início do século XX, com o período de guerras. O simulacro naturalista passa a ser usado como estratégia de opressão e de controle sobre os indivíduos.

O Renascimento confunde o falso e o verdadeiro, abre as portas para o individualismo e para o Estado Moderno, como afirma Melo (1988). Uma cultura que trabalha com o simulacro naturalista, trabalha com uma confusão entre o falso e o verdadeiro, em outras palavras, trabalha com a ideologia, ou pelo menos aponta para uma sustentação do liberalismo burguês e o conseqüente individualismo a partir da ideologia capitalista.

No Renascimento, a ascensão da burguesia abre possibilidades aos indivíduos que o regime feudal não conhecia. Bock (2007) afirma que os ideais do liberalismo burguês abriram a possibilidade para o surgimento da subjetividade, uma vez que, no regime feudal, a ordenação da natureza estava submetida à divindade. No regime feudal, as características individuais, as formas de ser, pensar, desejar, etc. eram resultado da vontade de Deus. Já o liberalismo burguês permite ao sujeito pensar sobre si mesmo uma vez que possui direitos ligados à natureza humana. O indivíduo agora é tido como responsável por suas escolhas na produção material de vida. Desenvolve-se o individualismo, a concepção de vida privada, a noção de eu como aquilo que identifica o indivíduo. Nas palavras da autora:

A noção de eu e a individualização nascem e se desenvolvem com a história do capitalismo. A idéia de um mundo “interno” aos sujeitos, a existência de componentes individuais, singulares, pessoais, privados toma força, permitindo que se desenvolva um sentimento de eu. A possibilidade de uma ciência que estude esse sentimento e esse fenômeno é resultado desse processo histórico (BOCK, 2007, p. 19).

A analogia entre o Homem e a Natureza durante o Renascimento leva, portanto, à definição de Baudrillard (1972) para o **simulacro naturalista**, primeira ordem do simulacro. Este mantém uma relação de nostalgia com o signo anterior, período que precede o simulacro (povos primitivos), quando o signo representava uma extensão da natureza, em conformidade com ela. Nesse sentido, o simulacro naturalista estabelece uma oposição ou, pelo menos, uma analogia que pretende superar a natureza pela racionalidade, uma metáfora da natureza que se fixa na contrafação, o simulacro naturalista é uma **representação falsa**.

Nas palavras de Melo (1988):

A natureza passa a ser considerada – e isso é decisivo na interpretação de Baudrillard – não só como princípio de produção, mas como princípio de significação. Ela é o Grande Referente, o princípio de realidade que simultaneamente estrutura a produção e recorta um significado [...] É a partir da ambiguidade do conceito de produção engendrado pelo pensamento burguês do século XVIII que essa passagem pode elucidar-se. A natureza passa a ser o conceito de uma essência dominada. Para Baudrillard o direito de posse conferido pelo conceito é decisivo, pois é sobre ele que a Técnica e Ciência se erigem como efetivação dessa essência abstraída (p. 39).

Esse argumento parece concordar com o que propôs Bock (2007) ao indicar o surgimento da noção de eu: “A Psicologia se torna necessária” (p. 19). Ela já evidencia a necessidade do aprimoramento técnico-científico que recairá sobre a natureza como forma de organização e de controle da produção de bens e consumo. Faz-se possível, portanto, uma determinada psicologia, aquela que sustenta uma concepção natural de homem. Ocorre que o desenvolvimento técnico-científico não se restringe meramente à psicologia, senão à Ciência de forma geral, principalmente como organizadora das formas de produção.

Assim, finaliza Melo (1988), a dupla articulação – produção e modelo – faz da natureza uma entidade abstrata, como uma “metáfora da totalidade da liberdade” (p. 39). O ideário burguês, dessa forma, abre as portas para a nova etapa da espiral dos simulacros, etapa essa que acompanha as mudanças no sistema de produção: o simulacro produtivista. Uma vez que o objetos produzidos seguem uma técnica sustentada por um método respaldado pela ciência, que toma a natureza como fonte de forças (e não mais leis), não existe mais a contrafação, uma vez que os objetos são produzidos a partir de um ponto zero. A oposição com a natureza foi superada, afirma Melo (1988). Agora produzidos em série de tal forma que

o que atribui originalidade ou singularidade aos objetos, ainda que numa tentativa de representar metaforicamente a natureza, se perdeu.

Baudrillard, segundo Melo (1988), sustenta a segunda ordem do simulacro como um período em que o modo de produção capitalista, onde a produção em série suprime o particular em detrimento do universal, é sustentado especularmente pelas próprias teorias que o criticam. Ainda segundo Melo (1988), Baudrillard faz críticas ao materialismo histórico (e também a Freud) como teorias que “[...] incidem sobre um modelo epistemológico que, ao eleger suas categorias de análise, transcendem as determinações particulares do espaço-tempo em que foram geradas, universalizando-as” (p. 40).

Para o autor, a racionalidade que orienta o modelo moderno de produção seria um “delírio sistemático”, orientado pelo valor estrutural da operacionalidade técnica, da economia política e dos próprios homens que produzem. Melo (1988) auxilia a compreensão das características do simulacro produtivo:

A estratégia do econômico desdobra-se em vários níveis de atuação. Autonomizando com relação à religião e à cultura, transforma-se, à luz do mito igualitário, em instância universal de produtividade. Enquanto campo separado e objetivado, o econômico, por sua vez, pretende-se científico, adotando a ficção das ciências exatas nos critérios de verdade e objetividade. Se estes não passam de efeitos da parcelização, tanto da economia política enquanto campo separado, como sua metaligagem ficam impossibilitadas de transcender seu próprio domínio sem recair na ideologia (p. 55).

A economia política se retroalimenta, portanto, de suas próprias idiossincrasias ocultadas pelo simulacro produtivo: “Não se trata mais de ‘ser’ si mesmo, trata-se de produzir-se a si mesmo”, diz Baudrillard (1973 citado por MELO, 1988). As representações que regem as relações entre homem e cultura parecem funcionar como um espelho da produção. Os homens são fruto de um mundo pretensamente objetivo que deve ser investido e transformado, afirma Melo (1988). Estabelece-se uma **cumplicidade com o modo de produção**, ou seja, os homens se produzem como se produzem as mercadorias. Nesse sentido, Baudrillard (1972) indica um esvaziamento simbólico das relações entre os indivíduos e entre os indivíduos e a cultura, uma vez que essas relações são orientadas por modelos técnico-científicos. Tanto os seres humanos quanto as coisas estão esvaziados de sentido ou, pelo menos, só encontram sentido no modo de produção. O grande gerador de simulacros é o

sistema de produção. Esvaziados de sentidos, os objetos se abrem ao consumo. O simulacro passa de um sistema de produção para um sistema de reprodução.

As formas de expressão dos simulacros que se apresentam até aqui ainda permitem, contudo, que eles sejam reconhecidos pelos indivíduos. Ao mesmo tempo em que oprimem, os simulacros naturalista e produtivista evidenciam a confusão entre falso/verdadeiro e a submissão dos indivíduos ao processo produtivo. A noção de cumplicidade com o sistema de produção, como ressalta Adorno (1985), indica que os próprios homens produzem o sistema e de tal forma podem também subvertê-lo, desvelar suas idiossincrasias e recuperar o controle do processo produtivo. Ou seja, ainda existem rastros deixados pelos simulacros que permitem identificá-los. A terceira ordem do simulacro, o simulacro de simulação, parece que apaga seus rastros, tornando severamente mais complicado o seu reconhecimento, como indicaremos a seguir.

A sociedade de consumo, na concepção de Baudrillard (1995), seria o berço da terceira ordem dos simulacros – simulacros de simulação –, ou seja, é nela que eles se desenvolvem. Segundo Baudrillard (1995), o capital é portador de uma lógica interna, independente de estruturas determinantes. A sua dominação não se dá mais pelas contradições entre força produtiva e relações de produção, ausência e presença, ser e aparência, mas na ressurreição artificial da reversibilidade simbólica gerada pela produção indiscriminada de signos.

Segundo Melo (1988), Baudrillard toma a Segunda Guerra Mundial o momento em que a economia política passa do modo de produção para o modo de simulação. O autor propõe o Holocausto com um evento televisivo sob o qual recaiu uma sistemática política e pedagogia para dar sentido ao ocorrido. Era uma tentativa de filtrar o ocorrido diante da ameaça de que saísse do esquecimento e sua irracionalidade invadisse o imaginário (BAUDRILLARD, 1991). Ou seja, o que foi transmitido pela TV não foi uma mera apresentação do fato, mas uma reprodução, uma reconfiguração de signos (*médium* – fluxo comunicacional) orientados econômico-politicamente, que pretendia uma atribuição de sentido específica ao ocorrido. Além disso, o que aparece na TV se propõe o real “assim ocorreu”, o que oblitera uma inversão: a reconfiguração aparece como original, enquanto o original se perdeu para nunca mais se ter a ele acesso.

Para aprofundar no funcionamento do simulacro de simulação tomaremos de início as palavras de Melo (1988):

Para Baudrillard, à luz do simulacro de simulação, o signo esgota-se no puro jogo dos significantes. Assim, à fluidez dos personagens observável na metamorfose ou ao ciclo incessante da troca simbólica substitui-se o fluxo ilimitado de signos. Estes, ao circular independentemente e de forma sistemática, consolidam, na instância mediadora do código, a rigidez da máscara absoluta (p. 60).

Nos estágios mais evoluídos do capitalismo, como afirma Baudrillard (1995), tanto os objetos quanto os indivíduos são controlados por algo além das necessidades de sobrevivência: pela necessidade de trocas simbólicas que, por sua vez, são substituídas pelo próprio fluxo de signos.

Nesse sentido, o simulacro de simulação opõe-se à representação, segundo Baudrillard (1991):

Esta [a representação] parte do princípio de equivalência do signo e do real (mesmo que esta equivalência seja utópica, é um axioma fundamental). A simulação parte, ao contrário da utopia, do princípio de equivalência, parte da negação radical do signo como valor, parte do signo como reversão e aniquilamento de toda a referência. Enquanto que a representação tenta absorver a simulação interpretando-a como falsa, a simulação envolve todo o próprio edifício da representação como simulacro (p. 13).

Sob essa posição, Baudrillard (1991) sustenta a ideia de que o real parece condenado a nunca se refazer a não ser pela ressurreição artificial a partir dos próprios simulacros do real agora simulados. O autor parece ser ainda mais enfático em *Telemorfose* (2004), ao citar como exemplos os genocídios de Auschwitz e de Hiroshima para definir o que chama de “crime perfeito” (BAUDRILLARD, 2004, p. 58). Segundo ele, a humanidade no século XX viu toda sorte de genocídios, mas o verdadeiro crime perfeito – aquele que apaga seus rastros, não deixa um traço de sangue – seria a ressurreição desses eventos nas telas que opera e ao mesmo tempo apaga a própria operação de teatralização espetacular esvaziando a violência de forma a torná-la banalizada, domesticada, mas sobretudo por escamotear a noção de que desse assassinato somos todos vítimas e assassinos ao mesmo tempo. A indiferenciação entre a vida ontológica e a tela é incrementada.

De acordo com Melo (1988), a terceira ordem do simulacro, o simulacro de simulação, trata das oposições binárias, como as das linguagens computacionais, o que permite ainda mais incrementos:

[...] as palavras dessa nova ordem são o controle cibernético, a transparência de todos os circuitos, a geração pelos modelos, a modulação diferencial, a flexibilidade, a retroalimentação, o sistema estímulo-resposta. Seu modelo reduzido mais geral é, segundo Baudrillard, o código genético (p. 61).

O código genético é aproximado ao código linguístico. É aquilo que organiza um espaço, celular no primeiro e comunicacional no segundo, dos quais decorreriam todos os processos vitais. Tomemos como exemplo as ambientações recriadas por computadores ou pela TV, chamadas de “realidades virtuais”, que permitem uma interação com indivíduos. A ausência de representações presentes nesses sistemas, em que conexões ou códigos numéricos já previstos pela máquina levam uma cena à outra, aproxima-se da ideia de Meltzer (citado por LEVY, 2002), acerca de um “estado desmentalizado”. A mente operaria em termos de uma “obediência robótica”, sem associação de novos símbolos ou pensamentos. Pelo caráter de completude daquilo que se pretende o real, sem as faltas que caracterizam a natureza enigmática do dado real concreto, a imagem se impõe passivamente ao psiquismo, adquirindo um caráter anti-imaginário (BAUDRILLARD, 1999 citado por LEVY, 2002). Nas palavras do próprio autor:

É por isso que pensamos como Baudrillard (1999) que o mundo virtual é anti-imaginativo, pois satura de tal forma as percepções que aprisiona a atenção. E, nesse aspecto, concordo com Sylvie Pragier (1995) quando diz que o sujeito, nestas realidades virtuais interativas, é estimulado passivamente e, se reage, o faz por meio da ação (p. 63).

O signo contemporâneo, portanto, é simulacro total e pleno, afirma Melo (1988). Nesse sentido, a simulação adquire características específicas, dentre as quais se destacam um descompromisso com o próprio real a que pretende substituir, bem como com a verdade. Embora possa parecer paradoxal ou contraditório, o argumento acima caminha seguindo as proposições de Baudrillard (1991):

Nesta passagem a um espaço cuja curvatura já não é a do real, nem a da verdade, a era da simulação inicia-se, pois, com a liquidação de todos os referenciais – pior: com a ressurreição artificial nos sistemas de signos, material mais dúctil que o sentido, na medida em que se oferece a todos os sistemas de equivalência, a todas as oposições binárias, a toda a álgebra combinatória. Já não se trata de imitação, nem de dobragem, nem mesmo de paródia. Trata-se de uma substituição no real dos signos

do real, isto é, de uma operação de dissuasão de todo o processo real pelo seu duplo operatório [...] O real nunca mais terá oportunidade de se produzir – tal é a função vital do modelo num sistema de morte, ou antes da ressurreição antecipada que não deixará qualquer hipótese ao próprio acontecimento de morte. Hiper-real, doravante ao abrigo do imaginário, não deixando lugar senão à recorrência orbital dos modelos de geração simulada das diferenças (p. 9).

Tal é a destruição do real pela sua fragmentação em operações nucleares. Como afirma Baudrillard (1991), hiper-real seria a geração de modelos de um real sem origem, nem realidade.

Notamos aqui, como propõe também Melo (1988), um choque entre a racionalidade técnica dos objetos e irracionalidade das necessidades. A partir daí nasce uma proposta não de responder às incoerências decorrentes desse choque, mas manter um sistema de produção de objetos que supra as sucessivas necessidades (BAUDRILLARD, 1995).

Não são poucos os acontecimentos na história recente da humanidade em que a lógica dos simulacros de simulação parece ganhar expressão ou, pelo menos, a leitura/análise de Baudrillard oferece acuidade na compreensão desses acontecimentos. Falta-nos, no entanto, precisar as características do mundo contemporâneo e a presença dos simulacros de simulação como forma privilegiada de mediação na relação entre indivíduos. É justamente disso que nos propusemos tratar no item a seguir.

1.2 A cultura do simulacro: características das relações psicossociais

Pretendemos agora apresentar uma visão panorâmica do mundo contemporâneo para destacar a presença de simulacros de simulação como forma privilegiada de mediação entre os indivíduos. Para tanto, procuraremos fazer uma contextualização histórica da passagem da modernidade à pós-modernidade (HARVEY, 2009) buscando entender as transformações nas formas de produção materiais, econômicas e subjetivas, como colaboradoras na criação das condições para a disseminação dos simulacros de simulação (BAUDRILLARD, 1991). Além disso, procuraremos compreender o que Baudrillard (1995) chama de sociedade de consumo e a coloca como o berço do simulacro de simulação. Nela, ganham destaque o papel da

publicidade, das “imagens síntese” (PARENTE, 1993) e a reconfiguração da linguagem/discurso a partir dos códigos informacionais. Ou seja, cabe questionar: -- Quais são as características das formas de produção, das relações entre indivíduo/cultura? -- É possível afirmar que vivemos num mundo cujas relações, majoritariamente, são mediadas por simulacros de simulação? -- Caso isso seja possível, sob quais critérios se sustenta essa afirmação? Das tentativas de responder a essas questões é que o item se constitui. Pretendemos, assim, caracterizar as relações psicossociais no mundo contemporâneo sob a óptica dos simulacros de simulação.

1.2.1 Da modernidade à pós-modernidade

Partiremos de uma discussão sobre a passagem entre modernidade e pós-modernidade como proposto por Harvey (2009), e também articulando-a com as proposições de Lyotard (2002). Trata-se dos dois autores mais citados em trabalhos científicos que procuram esclarecer, dentre tantas utilizações diferentes do termo, a pós-modernidade, ou, como a chamam os autores, a “condição pós-moderna”. Essa passagem entre os períodos permitirá tanto ampliar a discussão das três ordens do simulacro de Baudrillard (simulacro naturalista, simulacro produtivista e simulacro de simulação), oferecendo uma perspectiva histórica, quanto, percorrer diferentes períodos históricos e eventos históricos para contextualizar as formas de produção material/subjetivas contemporâneas. Isso, pois, sobretudo na obra de Harvey, é tomado de uma perspectiva materialista-histórico-dialética, isto é, assim como a perspectiva adotada em nossa pesquisa, compreende que o ser humano e o meio social são constituídos a partir das sucessivas contradições decorrentes das relações entre os termos pertinentes ao processo de produção material de vida, e que, no caso do regime capitalista, os processos sociais são “caracterizados por promover o individualismo, a alienação, a fragmentação [...]” (SANTOS, 2001, p. 182).

A “modernidade”, segundo Harvey (2009), é um termo cuja variação de sentidos em que é empregado bem como sua significação são tão vastos que merecem esclarecimento. Propõe-se, portanto, discutir diferentes empregos do termo a partir de diferentes correntes de pensamento. De forma rigorosa e minuciosa, o autor discute o termo nas diferentes correntes. Modernidade, segundo Harvey (2009), em linhas gerais, se refere a um conjunto de experiências (estéticas, econômicas, políticas, artísticas, sociais, psicológicas) que envolve uma ruptura com os períodos precedentes. Retomamos aqui que os períodos anteriores são

aqueles em que as “Trevas” da Idade Média dominavam as formas de obtenção de conhecimento, justificando a existência dos objetos pela vontade divina. O que está então posto como uma característica geral da modernidade é seu aspecto empírico, sobretudo o sensível, indicando uma ruptura com os períodos anteriores. Uma nova forma de sentir o mundo, mas que não necessariamente inaugura um paradigma, pois, além dessas linhas gerais, também identifica subseqüentes rupturas internas, retoma um paradoxo de Baudelaire quando ele refere algo “efêmero e fugidivo e o eterno e imutável” (p. 21) para retratar a modernidade. Ao mesmo tempo, fala do que é passageiro, rápido, o que ressalta a ruptura com o antigo regime e também projetos para o futuro naquilo que é permanente. Trazendo essa transitoriedade paradoxal como uma característica marcante, a modernidade rompe com seu passado histórico e, ao mesmo tempo, projeta um mundo, um novo mundo.

Harvey (2009) procura entender os dois lados do paradoxo: a transitoriedade/efemeridade *versus* a imutabilidade/eternidade – e, a partir de então, identificar mudanças paradigmáticas no advento da modernidade. Para tanto, busca, na perspectiva de Habermas, compreender seu caráter permanente, naquilo que o autor chama de “projeto de modernidade”:

[...] entrou em foco durante o século XVIII. Esse projeto equivalia a um extraordinário esforço intelectual dos pensadores iluministas [...] O domínio científico da natureza prometia liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação da irracionalidade do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio de nossa própria natureza humana. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade ser reveladas (HARVEY, 2009, p. 23).

Na leitura de Habermas, Harvey (2009) encontram-se as características dos regimes anteriores, de onde se depreende seu “caráter sombrio”, daí trevas, em que predominam a irracionalidade do mito, a religião e a superstição somados à opressão imposta pela Igreja, que era a instituição representante do regime. Para essas características, os pensadores iluministas, que iluminariam as trevas, procuraram desenvolver uma alternativa, um projeto de um outro mundo. Decorrente desses ideais, a modernidade mostrava seu caráter eterno e imutável.

Trata-se da conquista de direitos, da constituição de um Estado-Nação (o Estado Moderno), regulamentação desse Estado, dentre outras questões.

Aqui a concepção de simulacro naturalista de Baudrillard encontra eco. Assim como propunham os pensadores iluministas, a natureza é tomada como Grande Referente, como essência dominada, como afirmou Melo (1988) anteriormente, como característica essencial do simulacro naturalista. O Renascimento, como apresentado no item anterior, junto ao ideário iluminista, abria as portas para a modernidade. A esperança na racionalidade humana e sua capacidade de controlar a natureza e transformar o mundo, tornando-o próximo da perfeição, eram alimentadas por tal projeto de modernidade. Se, no período da Idade Média, o tradicionalismo dogmático religioso organizava o mundo porque Deus assim o queria, podemos dizer, ainda que metaforicamente, que, a partir desse novo momento, o homem toma o lugar de Deus, procurando, a partir da razão, dominar a natureza e transformar o mundo à sua imagem e semelhança.

O século XX decepciona, no entanto, quanto à proposta acima, sobretudo por ser marcado pelas atrocidades das guerras. Essas tragédias alimentam leituras como as de Adorno e de Horkheimer, aponta Harvey (2009), ou seja, leituras de que a racionalidade iluminista era, desde sua origem, instrumento de dominação e de opressão, uma vez que representava interesses de uma classe específica, a burguesia, mantendo, portanto, as desigualdades subjacentes às suas propostas, encobertas pelo véu da ideologia, uma realidade falseada. Por isso afirmamos que uma sociedade que trabalha com o simulacro naturalista trabalha com a ideologia. Retomando Baudrillard (1972), o simulacro naturalista confunde o falso e o verdadeiro por se tratar de uma **representação falsa**.

A universalidade do projeto iluminista dá lugar ao que Harvey (2009) considera um processo destruidor da unidade para um vir a ser constante: “busca de auto realização individual” – diz ele, tomando emprestado a expressão de Daniel Bell (1978). A modernidade é marcada pela vanguarda.

A partir de então, Harvey (2009) procura compreender o outro lado do paradoxo proposto por Baudelaire: o efêmero e o fugidio. O que ilustra essa característica da modernidade é o que acontece com a “mercadificação e comercialização” de produtos que é submetida à mesma reinvenção constante e competitiva. Esses pressupostos faziam parte do ideário burguês, como apresentamos no item anterior: o liberalismo e o individualismo ganham força (BOCK, 2007; LYOTARD, 2002). Embora os indivíduos estivessem livres do

“caráter sombrio” do antigo regime, agora são os únicos responsáveis por seu próprio sucesso/fracasso, uma vez que são livres para determinar seu destino. Agora é preciso desenvolver habilidades, investir em si mesmo para a obtenção de sucesso – os indivíduos se veem cada vez mais isolados, encontrando alteridade nos produtos e nas formas de produção. Os indivíduos não mais se reconhecem por uma relação de obrigação e de afeto de um para outro, como dizia Baudrillard (1996) sobre o período dos povos primitivos, e nem mais numa analogia com a natureza, como no período do simulacro naturalista. Os indivíduos encontram agora uma referência nos produtos e na sua forma de produção.

Paulatinamente, o descompromisso com a coletividade e a preocupação com o desenvolvimento individual passam a marcar as expressões culturais como os movimentos sociais, literatura, pintura, arquitetura e cinema. Trata-se de uma espécie de subjetivismo radical, diz Harvey (2009). Passam a ser valorizadas as produções que procuram inovações constantemente, assim como a distribuição em massa na maior velocidade possível. Ganham importância a fábrica, a linha de montagem, os produtos em série (fordismo). O processo é acelerado pela reconstrução dos países destruídos pelas guerras. A máquina e a ciência, esta como organizadora e ordenadora do processo, voltam a ser, paradoxalmente, valorizadas:

A despolitização do modernismo [...] pressagiu ironicamente sua assimilação pelo *establishment* político e cultural como arma ideológica na Guerra Fria. A arte era suficientemente plena de alienação e ansiedade, e bastante expressiva da fragmentação violenta, da destruição criativa para ser usada como um maravilhoso exemplo do compromisso norte-americano com a liberdade de expressão, com o individualismo exacerbado e com a liberdade de criação (HARVEY, 2009, p. 43).

O exemplo americano indica o reacionarismo que agora substitui a proposta revolucionária do modernismo. As artes e a cultura de forma geral tornam-se elitizadas e o papel dos norte-americanos no pós-guerra passa a ser de ditar a essência da cultura ocidental, o que Harvey (2009) chama de modernismo internacional. A liberdade se expressa sobretudo no liberalismo do consumo – agora são livres para o consumo, as relações entre indivíduos e a cultura se abrem ao consumo – e o sonho americano, mito autorreferente (HARVEY, 2009), representa o modernismo em meados do século XX.

Uma das transformações importantes decorrentes desse movimento é uma significativa “compressão do tempo-espaço” (HARVEY, 2009, p. 257). O tempo deixa de ser absoluto, como no antigo regime feudal, e agora passa a ser representado (relativo). A

produção em série e a necessidade de distribuição exigem uma nova concepção de tempo-espaço, comprimida em relação ao período anterior. Mesmo o tempo-espaço como princípio físico natural e constante, ou convencional, como tomado na física newtoniana, é **representado** de forma diferente pelos indivíduos e, nesse sentido, o tempo-espaço pode ser relativo. Por exemplo, o tempo que um artesão levava para construir um veículo e o tempo necessário para a produção de um automóvel na era moderna são incomparáveis (tempo). Assim, a velocidade de produção e a amplitude da distribuição (espaço) aumentam, em que a amplitude de distribuição é aumentada pelo próprio uso dos veículos. Harvey (2009) ilustra o “encolhimento” do mundo em função do tempo a partir das inovações no transporte:

[Anos de] 1500 a 1840 a melhor média de velocidade das carruagens e dos barcos a vela é de 16 km/h; 1850 a 1930 as locomotivas a vapor alcançavam em média 100 km/h, os barcos a vapor 57 km/h; Anos 1950 aviões a propulsão: 480-640 km/h; Anos 1960 jatos de passageiros: 800-1100 km/h (p. 220).

É possível produzir mais em menos tempo e distribuir mais em um espaço maior. Por esse motivo, Harvey (2009) indica o tempo como uma das importantes formas de controle do período moderno (tomemos a linha de montagem do fordismo, por exemplo), sobretudo no final do século XIX e início do século XX e sua relação é diretamente ligada ao espaço. A compressão do tempo-espaço está ligada à necessidade de obtenção de lucro. Os indivíduos estão impelidos a uma reconfiguração de suas **representações** de tempo-espaço. As coordenadas geográficas espaço-temporais são reconfiguradas a partir de uma necessidade de produção, de distribuição e de consumo. Os indivíduos do mundo moderno estavam submetidos a uma reconfiguração de unidades fundamentais na definição da realidade, espaço e tempo -- a representação do mundo não é mais a mesma.

As características do simulacro produtivista como uma espécie de atualização do simulacro naturalista às novas formas de organização do trabalho e produção podem ser ilustradas com a passagem acima – a natureza deixa de ser o referente, dando lugar ao modo de produção e consumo. Além disso, é possível identificar como o simulacro produtivista abre as portas para a sociedade de consumo, como propõe Baudrillard (1995), a partir de um esvaziamento de sentido – são as diretrizes tecnocientíficas, organizadoras das formas de produção, que determinam a realidade, longe das trocas simbólicas fundadas nas experiências dos indivíduos.

O terreno parece fértil para um levante antimodernista, uma vez que o movimento moderno parece ter internalizado suas idiossincrasias:

Foi nesse contexto em que os vários movimentos contraculturais e antimodernistas dos anos 60 apareceram. Antagônicas às qualidades opressivas da racionalidade técnico-burocrática de base científica manifesta nas formas corporativas e estatais monolíticas e em outras formas de poder institucionalizado (incluindo partidos políticos e sindicatos burocratizados), as contraculturas exploram os domínios da auto-realização individualizada [...] (HARVEY, 2009, p. 44).

O autor ainda acrescenta que o movimento prolifera a partir das “universidades, institutos de arte e às margens culturais da vida na cidade grande” (p. 44), e culmina nos eventos de 1968 (1968 a 1972), que tomaram amplitude global: “Chicago, Paris, Praga, Cidade do México, Madri, Tóquio e Berlim” (HARVEY, 2009, p. 44). O autor não comenta os eventos, mas todos eles estão relacionados a manifestações populares contra a opressão dos governos e seus aparatos militares. Supomos que ele se refira aos seguintes eventos: -- enfrentamento de policiais e estudantes da Convenção democrata de agosto de 1968 em Chicago; -- mobilização para a criação de sindicatos em Madri, maio de 1968; -- México, estudantes se colocam contra o governo exigindo liberdades políticas em 1968; -- Primavera de Praga, de janeiro a agosto de 1968, tentativa de liberação política da então Tchecoslováquia dominada pela União Soviética após a Segunda Guerra; -- greve geral na França em maio de 1968 e mobilização estudantil contra a repressão policial; -- várias mobilizações de estudantes japoneses exigindo liberdade e contra as ações militares americanas entre 1960 e 1969; e -- manifestação estudantil contra o governo em Berlim 1968. Todo esse conjunto de eventos caracteriza manifestações populares contra os regimes políticos e contra o modelo econômico derivados do projeto da modernidade. Embora aponte os movimentos de 68 como frustrados, Harvey (2009) indica o período de 1968 a 1972 como o de emergência de um movimento antimodernista: o pós-modernismo.

Talvez aqui caibam as afirmações de Adorno (1963), de que, embora em conformidade e em cumplicidade com o sistema de produção, os indivíduos impregnados pela ideologia ainda podem identificar seu caráter falseador e subverter o mesmo sistema produzido por eles:

Mas, ao mesmo tempo, a teoria dialética – caso não queria cair em mero economicismo e numa mentalidade segundo a qual a modificação do mundo se

esgote em aumentar a produção – está obrigada a assumir para si mesma a crítica cultural, que é verdadeira à medida que leve a não-verdade à consciência de si mesma (citado por Cohn, 1986, p. 85).

Embora os movimentos sociais apontados por Harvey (2009) entre 1968 e 1972 possam ser avaliados quanto a seu sucesso ou fracasso, o que se faz pertinente para o momento é a possibilidade de identificar a ideologia e procurar uma alternativa a ela. Mais adiante notaremos que o movimento pós-modernista, como uma crítica ao modernismo, acabará por fragmentar a possibilidade de identificar o caráter falseado da ideologia.

Harvey (2009) inicia a caracterização desse movimento antimodernista a partir de diferentes autores, mas que concordam com a ideia de que esse foi um período em que houve uma mudança de sensibilidade, mudou a estrutura do sentimento. O autor procura explicar essa afirmação, que é relativamente ambígua, a partir de uma mudança essencial: enquanto o modernismo procurava na racionalidade uma forma de organização (das diferenças inclusive) e liberdade numa realidade complexa, o pós-modernismo parece procurar a possibilidade de **coexistência e interpenetração de realidades radicalmente diferentes** (HARVEY, 2009). Nas palavras do autor, o pós-modernismo não se opõe à fragmentação típica do modernismo: “Mas o pós-modernismo responde a isso de uma maneira bem particular [...] nada, e até se espoja, nas fragmentárias e caóticas correntes de mudança, como se isso fosse tudo o que existe” (p. 49).

O que chama a atenção dos autores que discutem **o caráter fragmentário da pós-moderno é a linguagem e as transformações nela e decorrentes dela** (HARVEY, 2009; LYOTARD, 2002; FOUCAULT, 1987; LEVY, 1996; BAUDRILLARD, 1972; 1991; 1996; SODRÉ, 2006; PARENTE, 1993), e, aliado a isso, enfatizamos a preocupação de Baudrillard com uma ressurreição artificial do sistema de signos como uma característica da sociedade de consumo onde proliferam os simulacros de simulação.

Lyotard (2002) destaca uma descrença no saber por uma incredulidade nas metanarrativas – conjunto de saberes que valorizam outros saberes –, como a relação da ciência iluminista procurando explicar e controlar a natureza. Tal é a fragmentação na sociedade que ele chama de pós-industrial, marcada pela máquina e pela tecnologia informacional, que, embora a linguagem ainda seja um vínculo entre os indivíduos, ela perdeu seu caráter universal totalizante. Ela passa a ser inteligível de modo local e passageiro. Passa a funcionar como um jogo de linguagem, cujas transformações impostas à linguagem são

constantes. O que pode inclusive dissolver o sujeito, uma vez que não oferece referenciais suficientemente estáveis. Voltando a Harvey (2009), quando esse discute a perspectiva de Lyotard:

Esses “determinismos locais” têm sido compreendidos [...] como “comunidades interpretativas”, formadas por produtores e consumidores de tipos particulares de conhecimento, de textos, com frequência operando num contexto institucional particular (como a universidade, o sistema legal, agrupamentos religiosos), em divisões particulares do trabalho cultural (como a arquitetura, a pintura, o teatro, a dança) ou em lugares particulares (vizinhanças, nações, etc.). Indivíduos e grupos são levados a controlar mutuamente no âmbito desses domínios o que consideram conhecimento válido (p. 52).

Assim, portanto, a pós-modernidade, como um movimento antimodernista, também indica uma nova forma de experimentar a realidade, uma mudança de sensibilidade, mudança que parece incorporar a fragmentação iniciada pelo modernismo como estratégia de controle sobre as formas de relação entre os indivíduos e cultura. Nesse sentido, sustenta-se por uma reconfiguração da linguagem e de transformações dela a partir de “determinantes locais” no seu sentido geográfico, e de uma universalização do particular num sentido social, o que acarreta uma separação entre a ação política dos indivíduos distanciados e isolados em suas relações, colocando-os diante a uma realidade fragmentária que tem ameaçada sua função referencial e de amparo, e bem como de outros indivíduos cujas relações entre eles são mediadas pelos mesmos instrumentos que os separam, sobretudo a tecnologia comunicacional. Assim, as condições para o estabelecimento da sociedade de consumo (BAUDRILLARD, 1995) estão postas e a proliferação de simulacros de simulação também encontra condições de expansão.

1.2.2 *A ressurreição artificial da realidade – as mediações por simulacros de simulação*

A noção apresentada acima sugere a formação de subgrupos que contam um conjunto de signos e códigos específicos. A utilização de uma nova configuração léxica, usada, sobretudo, por adolescentes na internet, em salas de bate-papo virtuais, em programas de comunicação virtual (como o MSN) ou em *weblogs*, configura um exemplo contemporâneo dessas transformações. Essa nova configuração léxica se dá a partir de uma nova padronização de uso das terminologias léxicas. Tomemos alguns exemplos de palavras que mostram uma tendência à monossêmia ao invés da polissemia: Abraços substituído por

“Abcs”, Falou por “Flw”, Firmeza por “Fmz”, Casa por “Ksa”, Aqui por “Aki”, Depois por “Dps”; Vocês por “V6s”, Novas por “9as”, e tantas outras. Isso implica dois pontos de discussão: primeiro, a utilização de termos que tendem à monossemia caracteriza uma linguagem técnica, como a da ciência por exemplo e não a linguagem sustentada pelas relações cotidianas, que tendem à polissemia (GALLI, 2009). O risco é de um esvaziamento linguístico, empobrecendo a língua, as formas de expressão de ideias, sentimentos, etc.; segundo, configura-se a utilização de uma linguagem específica para um grupo específico, nesse caso predominantemente adolescentes, que se organiza como aponta Lyotard (2002) logo acima, ou seja, determinismos locais que circunscrevem um grupo de consumidores de um tipo de conhecimento particular. Estamos falando de uma reconfiguração de uma realidade particular, de um fragmento de realidade, ligada a um grupo específico, em que uma tendência de esvaziamento da linguagem aparece como um risco. Aquilo que orienta o reconhecimento da realidade -- e a linguagem tem aí um de seus papéis fundamentais -- se apresenta de forma fragmentária e mutante, parecendo esvaziado de estrutura.

Segundo Melo (1988), Baudrillard critica a ordem de produção da sociedade contemporânea afirmando que o sistema que regula os objetos nesse modelo produtivo não chega a se constituir como linguagem, pois lhe falta sintaxe – aquilo que lhe dá estrutura. Segundo o autor, a tecnologia faz as vezes da sintaxe, ou seja: “a forma que estrutura os modos pelos quais os objetos são falados é o sistema tecnológico” (p. 103). Embora se aproxime das proposições de Lyotard (2002), a análise de Baudrillard (1991) caminha para uma aniquilação da realidade, enquanto Lyotard (2002) ainda indica formas possíveis de chegar ao conhecimento. A supressão léxica indicada acima foi possível justamente pela disseminação das tecnologias de comunicação e informática (GALLI, 2009). Além disso, uma das razões apontadas para tal supressão é a necessidade de escrever tão rápido quanto se fala. Aqui, mais uma vez, a compressão tempo-espço de Harvey (2009) parece se impor aos indivíduos. Ou seja, é necessário desenvolver uma espécie de escrita com novos códigos, mais veloz, mesmo que a custas de seu esvaziamento, transformando-a numa comunicação tão rápida quanto a da fala. O tempo da escrita permite pensar durante um período maior em relação ao tempo da fala, mas parece que o pensamento não é uma faculdade psicológica valorizada na contemporaneidade. No romance intitulado *1984*, George Orwell -- o autor -- antecipa, ainda que ficcionalmente, algo do gênero. Nesse romance, escrito em 1949, o autor apresenta uma visão de como imaginou ser a sociedade em 1984, portanto a sensibilidade do autor parece ter permitido a ela vislumbrar o mundo do futuro. No país em que vive o

protagonista, a “Oceania”, o regime político-econômico – Socing, aglutinação de Socialismo Inglês – sustentava-se pela expressão de forte vigilância e repressão militar violenta a quem discordasse dos ideais do Partido. Um dos interesses do Partido era a instituição de um idioma oficial em seu território: a “Novafala” – como substituto do idioma correntemente usado, ou seja, a “Velhafala”. Os objetivos primordiais dessa substituição não estavam ligados a uma adaptação, ou a uma forma de adequar o idioma a uma visão de mundo, mas, diretamente a formas de controle dos indivíduos, suas formas de pensar, sentir e expressar, que não poderiam ser outras senão aquelas expressas pelos ideais do Socing. A estratégia seria substituir palavras progressivamente, até que conceitos como “liberdade”, “pensamento”, “honra”, “moralidade”, deixassem de existir por apresentarem uma ameaça ao regime. Os verbos e substantivos continham em si o mesmo valor etimológico: por exemplo, a palavra “cortar” deixaria de existir, pois estaria implícita em “faca”. Os adjetivos eram construídos pela adição do sufixo “-oso” ao então substantivo-verbo, e os advérbios pela adição do sufixo “-mente”. A partir disso, nos diz Orwell: “*velocidoso* significa “rápido” e *velocidamente* significa “depressa”” p. (350). Assim, as escritas literárias, como a poesia, não ofereceriam risco aos interesses do Socing por terem limitadas as suas aplicações. Além disso, a partir de estudos sistematizados dos membros do Partido para aprimorar a nova fala, os indivíduos que estivessem treinados e habituados a utilizar o novo idioma do Partido adquiriam habilidade em reconhecer se outro indivíduo utilizava palavras para indicar formas de pensar ou sentir que estivessem em desacordo com o partido.

Na ficção de Orwell, a substituição do idioma pretendia, portanto, transformar formas de pensar, de sentir e de expressar, limitando-as aos interesses do Partido. Ao caracterizar uma reconfiguração de signos com a intenção de controle dos indivíduos, o romance de Orwell ilustra o funcionamento do simulacro de simulação e sua ação como crime perfeito de Baudrillard (2004), isto é, os recursos que permitiriam ao homem subverter a realidade opressora apresentam-se inacessíveis, pois o simulacro de simulação nem ao menos depende deles e a realidade se apresenta aos indivíduos de modo definitivo. O simulacro de simulação parece engolir a ideologia de tal forma que não há rastros dela, visto que são absorvidas as contradições. Segundo Baudrillard (1991), uma sociedade que procura sempre produzir e reproduzir está procurando ressuscitar o real que lhe fora perdido, mas que, como tal, nunca mais se refará, uma vez que o simulacro de simulação se oferece com uma alucinante semelhança com o real propondo substituí-lo.

1.2.3 As imagens-síntese como mediação e a publicidade como discurso legitimador

Dessa forma, diante da problemática da linguagem ligada a um “modo particular de experimentar, interpretar e ser no mundo” (p. 56), Harvey (2009) passa a discutir fenômenos psicológicos ligados a tal problemática, mais especificamente, uma concepção de personalidade decorrente dessas formas de relação entre indivíduos e cultura.

O autor evidencia um caráter esquizofrênico, não como quadro clínico, mas como algo para além da alienação. Empresta de Lacan a definição de esquizofrenia como desordem linguística – agregado de significantes sem sentido:

Isso de fato se enquadra na concepção pós-moderna com o significante, e não com o significado, com a participação, a performance e o *happening*, em vez de com um objeto de arte acabado e autoritário, antes com as aparências superficiais do que com as raízes [...] O efeito desse colapso da cadeia significativa é reduzir a experiência a “uma série de presentes puros e não relacionados no tempo” (Hassan, 1975; 1985 citado por HARVEY, 2009, p. 56).

Os tais “presentes puros não relacionados no tempo” representam a onipotência do simulacro de simulação, uma vez que esse se apresenta como acabado/pronto, e oblitera a ação política do homem, ou seja, oblitera a ideia de processo de construção, daí *happening*, o acontecimento espetacular/fantástico. A relação entre indivíduo e cultura sob esses moldes dificulta a possibilidade de o indivíduo se reconhecer na própria cultura que produz, pois sua função de amparo é esvaziada. Nesse sentido, os autores propõem algo para além da alienação/ideologia – eles propõem a vivificação do mito.

Ainda acrescentam as propostas de Derrida naquilo que influenciaram Deleuze e Guatarri em *Anti Édipo* (1984), citados por Harvey (2009), quando os autores afirmam que o capitalismo contemporâneo produz esquizofrênicos assim como produz xampu. Em seguida Harvey (2009) encontra uma relação entre a experiência de presente puro e o papel das imagens no pós-modernismo:

A redução da experiência a “uma série de presentes puros e não relacionados no tempo” implica também que a “experiência do presente se torne poderosa e aterradoramente vívida e “material”: o mundo surge diante do esquizofrênico com uma intensidade aumentada, trazendo a carga misteriosa e opressiva do afeto, borbulhando de energia alucinatória” (Jameson, 1984, 120). A imagem, a aparência,

o espetáculo podem ser experimentados com uma intensidade (júbilo e terror) possibilitada apenas pela sua apreciação como presentes puros e não relacionados no tempo [...] O caráter imediato dos eventos, o sensacionalismo do espetáculo (político, científico, militar, bem como diversão) se tornam a matéria de que a consciência é forjada (HARVEY, 2009, p. 57).

Em relação ao espetáculo, Debord (1967) oferece contribuições. Segundo ele, o espetáculo possui um caráter tautológico, uma repetição da mesma ideia em termos diferentes, uma vez que seus meios são, ao mesmo tempo, sua finalidade, pois ele, o espetáculo, não pretende outra coisa senão a si próprio. Nas palavras do próprio autor:

O conceito de espetáculo unifica e explica uma grande diversidade de fenômenos aparentes. As suas diversidades e contrastes são as aparências desta aparência organizada socialmente, que deve, ela própria, ser reconhecida na sua verdade geral. Considerado segundo os seus próprios termos, o espetáculo é a afirmação da aparência e a afirmação espetáculo descobre-o como a negação visível da vida; como uma negação da vida que se tornou visível de toda a vida humana, isto é, social, como simples aparência (10º parágrafo).

Nesse sentido, o espetáculo, a assunção fantástica de uma dada realidade, surge como estratégia de conformar os indivíduos e o mundo. Parece preservar uma realidade pacífica, em que as contradições e opressões ficam apaziguadas na aparência.

As campanhas publicitárias, de forma geral, parecem funcionar assim no entendimento de Baudrillard (1996): como um discurso legitimador de uma realidade aberta ao consumo, e sustentando no consumo a possibilidade de reconhecimento como indivíduo. Saflatle (2005) ilustra esse comentário ao tomar as campanhas publicitárias que prometem uma reconfiguração plástica do corpo como um exemplo da cultura do consumo para ilustrar como a constituição psíquica do indivíduo está submetida à lógica do consumo em que o espetáculo aparece como forma de ganhar visibilidade ainda que aparente, como propõe Debord (1967). Diz o autor:

Neste sentido, a grande peculiaridade contemporânea não está na quebra de relação entre corpo e alienação, mas na ausência de conteúdos ideais de identificação

disponibilizados pela cultura do consumo. Campanhas como as da Playstation⁶ nos lembram que o setor mais avançado da cultura de consumo não fornece mais ao eu a positividade de modelos estáticos de identificação. Ele fornece apenas a forma vazia⁷ da reconfiguração contínua de si que parece aceitar, dissolver e passar por todos os conteúdos. Forma de equivalência geral própria da lógica da mercadoria, como diria Adorno. Isto pode nos explicar porque temos cada vez menos necessidade de padrões claros de conformação do corpo a ideais sociais (p. 04).

O argumento acima parece estar de acordo com as ideias de Baudrillard (1991) ao afirmar que as simulações se dão por uma reconfiguração do conjunto de signos. Podemos incluir entre eles os signos de realidade e que, além disso, eles não têm compromisso com a verdade ou com o real, envolvendo uma anulação dos referenciais. A publicidade parece legitimar a realidade sustentada pelos simulacros de simulação. Ela organiza e universaliza os modelos identificatórios. Para além da ideologia, que até então implicava uma relação entre falso/verdadeiro, a realidade se apresenta como um mito vivificado, em que não há brechas para seu questionamento, uma vez que se apresenta acabada. Os processos de pensamento, inclusive o funcionamento perceptivo do indivíduo, que permitiriam identificar a irrealidade marcante do processo, pouco podem oferecer auxílio.

A partir desse exemplo tocamos em outro ponto de discussão desse item da presente pesquisa, qual seja, o papel das imagens, que, aliás, segue a mesma preocupação de Harvey (2009):

Isso evoca a mais difícil questão sobre o movimento pós-moderno: o seu relacionamento com a cultura da vida diária e sua integração nela. Embora quase toda a discussão disso ocorra no abstrato, e, portanto, nos termos não muito acessíveis que sou forçado a usar aqui, há inúmeros pontos de contato entre produtores de artefatos culturais e o público em geral: arquitetura, propaganda, moda, filmes, promoção de eventos multimídia, espetáculos grandiosos, campanhas políticas e a onipresente televisão (p. 62).

⁶ Plataforma de entretenimento da Sony. Essa plataforma, atualmente, é líder mundial em jogos de vídeo-game. As campanhas publicitárias citadas pelo autor enfatizam a identificação entre o jogador e a personagem do game, mais especificamente, entre o corpo do jogador e o corpo presente no game.

⁷ Grifos contidos no original.

Ou seja, pretendemos discutir a prevalência de simulacros de simulação no período contemporâneo ou, nas palavras de Harvey (2009), na *Condição pós-moderna*. Identificamos, portanto, o período pós-moderno como aquele posterior à modernidade (HARVEY, 2009), com o período em que se desenvolve a sociedade de consumo que é o berço do simulacro de simulação (BAUDRILLARD, 1995). Além disso, numa difícil tentativa de evitar uma discussão no abstrato, como alerta Harvey (2009), buscaremos, na medida do possível e recorrendo a outros autores, apresentar análise de eventos, de produtos, de fenômenos típicos da condição pós-moderna, como forma de atribuir, ainda que de forma discreta, certa concretude.

Recorremos à análise que Santos (1993) faz da primeira Guerra do Golfo, iniciada em agosto de 1990. Segundo o autor, algo de diferente aconteceu com o uso da imagem nesse evento. Aconteceu uma ruptura do papel da imagem até então, imagem que passa a indicar uma abrangência internacional e seu uso como imagem-arma. Para compreendermos melhor o que o conceito de imagem-arma representa, vamos acompanhar a construção do autor:

Como se sabe, a tecnologia pode ser uma ferramenta, uma arma ou um instrumento. Isto é: a potência da tecnologia pode ser vetorizada para a construção, destruição ou percepção do mundo. E o que se viu agora, na Guerra do Golfo, foi a consagração da tecnologia como arma (SANTOS, 1993, p. 157).

Pergunta-se então: -- Como isso foi possível? Tomada como a primeira guerra eletrônica e também a primeira guerra com data marcada, como afirma o autor, o mundo assistiu: “imóveis mas ao mesmo tempo mobilizados” diante do vídeo:

[...] o que surge na tela é uma guerra limpa, “cirúrgica”, *clean, hi-tech*. Uma guerra que na realidade não foi tão fantasticamente científica assim: o próprio exército aliado reconhece que 70% das 88 mil toneladas de explosivos despejadas não atingiram seus alvos; por outro lado só 70% dos bombardeios foram efetuados com “bombas limpas”, a laser, que a televisão tanto incensava (p. 159).

As imagens transmitidas mundialmente pela televisão é que se transformaram em realidade. A TV Pentágono transmitia as imagens. O que o autor destaca é que a não-cobertura da guerra se tornou a maior cobertura registrada na história até então (SANTOS, 1993).

Tal paradoxo foi possível a partir de três passos, indica Santos (1993). Primeiramente houve a produção de um vasto material de propaganda sobre alta tecnologia do armamento aliado e a precisão de sua estratégia. Esse papel foi realizado por um *software* (programa de computador) que gerava tal material sem, no entanto, transmitir as imagens reais do conflito (SANTOS, 1993). Em segundo lugar, a exclusividade de geração e de transmissão de dados da *CNN* (Cable News Network, rede de televisão a cabo, norte-americana, especializada em transmitir notícias 24 por dia) submeteu os jornalistas de todo o mundo a seu comando: só se transmite e se fala o que é falado pela *CNN*. O passo derradeiro nesse processo se deu a partir da:

[...] instantaneidade da transmissão ao vivo, que nos dá sempre a impressão de realidade. A guerra *hi-tech*, a guerra eletrônica, veloz, fulminante, deveria acontecer imediatamente na televisão. Nenhuma distância no espaço, nenhum intervalo no tempo deveriam se interpor entre o telespectador confortavelmente instalado em casa [...] E aqui, o fluxo de imagens da *CNN* que vão se atropelando e se substituindo no vídeo engata diretamente na descarga de ansiedade que faz de todos nós os voyeurs do destino dos outros e de nosso próprio destino (p. 160).

O autor conclui que o poder das imagens se transforma em poder militar, “[...] poder de fogo [...] sua potência assumindo o controle de produção e divulgação da atualidade” (p. 161).

O saldo desse mecanismo parece ter encontrado atualização na política de Segurança Nacional norte-americana após o 11 de setembro de 2001, como aponta Chomsky (2004). Nos discursos do presidente americano estava presente a ideia de que todos os países que abrigam terroristas são inimigos dos EUA. Chomsky (2004) cita o discurso de George W. Bush: “Declarar guerra ao terrorismo é também declarar guerra a qualquer Estado que dê abrigo a terroristas. Pois um Estado que abriga terroristas em seu território, é ele próprio, um Estado terrorista e como tal deve ser tratado” (CHOMSKY, 2004). Vale lembrar que os terroristas envolvidos no atentado ao WTC vivam nos Estados Unidos (CHOMSKY, 2004). Trata-se de legitimar o imaginário e sustentar sobre ele o que de fato pode ser considerado genocídio:

A “estratégia imperial” de setembro de 2002 também autorizava os Estados Unidos a lançarem uma “guerra preventiva”. De prevenção e, não, de preempção, pois, a partir daí, trata-se de legitimar a destruição de uma ameaça que ainda não se materializou, que pode ser imaginária, ou mesmo inventada. Portanto, a guerra preventiva

corresponde perfeitamente ao “crime supremo” do tribunal de Nuremberg (CHOMSKY, 2004, p. 8).

Temos, nessa sucessão ininterrupta de signos ligada aos eventos a partir de 11 de setembro de 2001, uma construção de uma realidade e atribuição de sentido que parecem funcionar justamente como o simulacro de simulação proposto por Baudrillard (1991). A possibilidade da criação de uma ambientação, com linguagem própria, cujos referenciais do real parecem condenados à morte ou, pelo menos, restritos à sua ressurreição artificial – hiper-real. O simulacro de simulação, nesse caso, cria uma “realidade” cujo compromisso com o concreto, com o fato, é nulo ou, pelo menos, inacessível, e tal “realidade” passa a habitar o imaginário dos indivíduos que a tomam como tal – real.

A argumentação de Sodré (2002) está próxima do argumento acima. Arriscando uma extrapola o da concep o aristotélica das formas de vida, o autor propõe um *quarto bios* (a saber, os três g neros de existência [*bios*] na *Polis* seriam: 1) *bios theoretikos* [vida contemplativa]; 2) *bios politikos* [vida política] e 3) *bios apolaustikos* [vida prazerosa, vida do corpo][p. 25]). Segundo ele, a midiatiza o seria um quarto *bios*, onde **predominam os negócios, contando com uma cultura própria, a tecnocultura**⁸. Faz referência aos filmes *O Show de Truman* e *Matrix*, para dizer como essa ideia está presente no imaginário contemporâneo (op. cit). No primeiro, um indivíduo habitante de uma pacata cidade passa a suspeitar que era falso o mundo em que vivia. Acaba descobrindo que, na verdade, ele   o herói de um programa de televisão transmitido 24 horas por dia. A cidade   um grande cenário onde estão distribuídas câmeras de televisão por toda parte. No segundo, os autores propõem que o mundo, tal como concebemos,   um programa, a *Matrix*, gerado por um megacomputador, portanto, virtual, ao qual estamos todos ligados (“plugados”), funcionando como fonte de energia enquanto nossos corpos são mantidos imersos, sob sono profundo, em pequenas cápsulas associadas a pilhas no filme. Quando o protagonista   convidado a conhecer o “mundo real”, desconectando-se da *Matrix*, ele se depara com ruínas, destroços que sobraram de uma guerra mundial⁹.

⁸ Tecnocultura, para o autor, seria uma forma de sociabilidade pautada nas novas propriedades da tecnologia digital.

⁹ Em entrevista concedida   Revista época de junho de 2003, o autor comenta a trilogia de *Matrix* dizendo que os autores foram ing nuos na separa o entre ilusão e realidade em dois mundos separados. Mais apropriado seria uma situa o como *O Show de Truman*, em que essa separa o não aparece.

Um outro ponto é introduzido pelo autor, afirmando a possibilidade da constituição da midiaticização sem a necessidade do aparato técnico, como o computador, por exemplo. Refere-se aqui às situações onde a ação política do homem é separada do mundo concreto por uma abstração mágica do espetáculo (SODRÉ, 2002). Aproxima-se da ideia exposta por Junqueira Filho (2002) acerca da crença fanática que motivara os homens no atentado ao WTC. Como se o indivíduo fosse convertido em *médium*, mergulhado em sua significação virtual (SODRÉ, 2002). Sugere uma dissociação entre o ato puro e sua significação (Herrmann citado por AMARAL, 2001).

Dessa forma, tanto apoiadas em aparatos tecnológicos ou numa criação mágica do espetáculo, não se pode perder de vista que estamos diante de constantes produções/reproduções da realidade que não podem ser descontextualizadas em seu sentido histórico, social e econômico. Como afirma Sodré (2002):

A produção/reprodução imagística da realidade não se define, portanto, como mera instrumentalidade, e sim como princípio (ontológico) de geração de real próprio. Daí, a socialização vicária realizada pela mídia, junto à capacidade de permear os discursos sociais e influenciar moral e psicologicamente o sujeito metropolitano. O que emerge das ruínas da velha identidade ‘moderna’ é uma nova **identidade adaptável ao ethos contingente da tecnocultura e permeável a várias regressões pulsionais possíveis** (p. 73)¹⁰.

Em todos os exemplos anteriores, a imagem ganha destaque como forma de produção de realidade ou de atualidade. Essa afirmação concorda com a posição de Harvey (2009) a respeito da produção de imagens como simulacro:

Os materiais de produção e reprodução dessas imagens, quando estas não estão disponíveis, tornam-se eles mesmos o foco da inovação – quanto melhor a réplica da imagem, tanto maior o mercado de massas da construção da imagem pode tornar-se. Isso constitui por si só uma questão importante, levando-nos de modo mais explícito a considerar o papel do “simulacro” no pós-modernismo [...] Com as técnicas modernas, a produção de imagens como simulacro é relativamente fácil. Na medida em que a identidade depende cada vez mais de imagens, as réplicas seriais e

¹⁰ Grifos nossos.

repetitivas de identidade [...] passam a ser uma possibilidade e um problema bem reais (p. 261).

Essa argumentação nos leva a discutir o conceito de “imagens síntese”. Conforme aponta Quéau (1993), uma imagem-síntese não é simplesmente a imagem de algo, a captação de sua superfície luminosa em aparatos fotossensíveis como a fotografia e o cinema clássicos dependentes do filme, da película, do negativo e, nesse sentido, copia estática. Elas: “Encarnam-se abstratamente, poderíamos dizer, em modelos matemáticos e em programas informáticos. Apenas num segundo momento, e de modo sempre incompleto, elas podem apresentar-se também sob forma de “imagens”” (p. 91). Ela, portanto, é antes linguagem do que imagem, ela é antes legível do que visível (QUÉAU, 1993).

Assim, Sodré (2006) concorda com Quéau (1993) dizendo que o modelo da imprensa, da imagem fotográfica (filme) e do discurso (oratória) remetem a uma representação, uma metáfora, propõem analogias. Quéau (1993) complementa: “Não se pode ‘explorar sistematicamente’ uma metáfora como um modelo científico” (p. 93) – ela é arbitrária e abstrata. A imagem-síntese não mais está relacionada com a metáfora, mas justamente com o modelo: “Já o modelo reformula de modo novamente inteligível um conteúdo abstrato. Pode-se *experimentar* um modelo, seja testando sua coerência interna, seja confrontando-o ao contexto real” (p. 93). Trata-se justamente do conceito de simulação como apontado por Baudrillard (1991), como afirma Quéau (1993): “Eis exatamente o que caracteriza a *simulação*” (p. 93). Um modelo matemático, um programa informático, uma reconfiguração lingüística em última análise estrutura as sínteses numéricas que **dão origem** às imagens sínteses: “A contribuição da imagem síntese é de dar-nos uma versão **sensível**¹¹, em parte ‘equivalente’ ao modelo que a engendra” (p. 93).

Esse autor aponta exemplos da aplicabilidade das imagens-síntese que auxiliam a compreensão de suas possibilidades. Um deles são as salas de projeção de imagens chamadas Imax, em que são projetadas imagens estereoscópicas, que oferecem a impressão de relevo, numa tela hemisférica. Assim, o filme *O Exterminador do Futuro II* apresenta o primeiro ator sintético, dentre outros (QUÉAU, 1993), mas o autor tem seu texto publicado em 1993, sendo que atualmente, em 2010, o desenvolvimento das tecnologias infográficas (computação gráfica) oferecem possibilidades que vão além. O filme *Final Fantasy VII*, de Tetsuya

¹¹ Grifos nossos.

Nomura e Takeshi Nozue, 2005, despreza absolutamente o uso de atores humanos. Outro filme, *A Lenda de Beowulf*, de Robert Zemeckis, 2007, sintetiza as fisionomias e os corpos de estrelas do cinema, que apenas as “emprestaram” para a constituição dos personagens/atores que atuam no filme – uma espécie de hibridação corpo/imagem. Um último exemplo é a edição de novembro de 2005 de uma revista masculina, que apresenta, numa das fotos do ensaio da modelo da capa sem que seja possível identificar o umbigo, resultado do trabalho de síntese da imagem na pós-produção do ensaio. Interessante apontar que o umbigo é uma das características que indica a humanidade dos seres humanos – mamíferos, vivíparos – que se alimentam pelo cordão umbilical durante a gestação, cujo corte resulta no umbigo. As imagens-síntese de corpos espetaculares não estão restritas às revistas masculinas, mas se estendem às propagandas em revistas de várias áreas (dietas, saúde, boa forma...). Enfim, toda sorte de campanhas publicitárias ou jornalísticas contam com uma plasticidade do corpo representando um objeto ideal, um ideal de corpo sustentado por um simulacro de simulação.

Também comentando sobre a plasticidade do corpo, Birman (2006) afirma que, sob a mesma égide da pós-modernidade¹², destacamos primeiramente as exigências e as competências que recaem sobre os indivíduos, mais especificamente: *performance* e flexibilidade. Diante da disputa por um lugar num mundo competitivo e excludente, os homens se veem impelidos a desenvolver *performances* que buscam romper os limites do corpo. O autor aponta o número de pessoas nas academias de ginástica buscando atributos físicos ligados à longevidade e à beleza, tratando esses lugares como um templo onde se cultuam tais valores. Associa a essa ideia as transformações no corpo a partir de cirurgias plásticas, *piercings* e tatuagens, também como forma de culto aos mesmos valores. Esse autor toma ambas as situações como indicativos sintomáticos do sujeito contemporâneo.

Outro argumento apontado pelo autor trata da indiscriminada medicalização. Os avanços médicos, também ligados fundamentalmente ao desenvolvimento da tecnologia (o Projeto Genoma, por exemplo) trazem à tona as ideias de longevidade e de imortalidade. Reaídas diretamente sobre o imaginário corporal, circunscrevem as terapêuticas na regulação do mal-estar corpóreo a partir da técnica, ou dispositivos técnicos, instrumentais, deixando de lado as características tipicamente subjetivas sobre as quais recaíam as práticas modernas.

¹² Diferentemente de Baudrillard, Birman entende a contemporaneidade como um período que rompe com a era moderna a partir da radicalização das transformações permitidas pelos aparatos tecnológicos.

As demandas exageradas impõem ao sujeito formas de explosividade em suas ações. Passagem ao ato, ações violentas são apontadas como exemplos em nosso mundo (BIRMAN, 2006). A ideia de compulsão, repetição da mesma ação, surge como consequência direta dessa forma de funcionamento psíquico. Ocorre o uso abusivo de drogas, toxicomanias, incluindo-se aqui tanto as drogas legalizadas (álcool, medicamentos, etc.) como as ilegais. Inclusive os transtornos alimentares, como a bulimia, apresentam formas de ação compulsiva. Configuram-se essas demandas como estilos de vida contemporâneos (BIRMAN, 2006). Há ainda a possibilidade de compreender o excesso de excitação e sua impossibilidade de descarga como paralisadores do funcionamento psíquico, como já foi apontado, anteriormente, por Baudrillard (1991).

Por outro lado, Weissberg (1993) indica que as tentativas de representar melhor os objetos e de superar sua dependência ontológica são objetivos que sempre acompanharam as artes e a ciência. Admite que:

O objeto virtual se comporta como o modelo ideal do objeto real. As vistas apresentadas não são imagens, mas modalidades de interação com a maquete virtual, destinadas a conduzir as experiências de simulação e a recolher as informações pertinentes. São espécies de órgãos do objeto simulado (p. 119).

O autor apresenta o virtual como resultado de imagens-síntese, como uma dimensão do real e não uma substituição/anulação do real. Segundo ele, “[...] fora desse espaço intermediário de concepção, entre o projeto e o objeto, a trajetória distingue ainda bastante nitidamente o objeto ideal (maquete virtual) e o objeto produzido no final, que não trará os estigmas de sua geração fantasmática” (p. 93). Usa como exemplos desses simulacros potencializados, no sentido que apresenta Parente (1993), aquilo que pode atualizar uma potência preexistente contida no objeto, os simuladores de voo utilizados para treinamento de pilotos, os microscópios/telescópios eletrônicos que se baseiam em projeções atômicas que produzem fotos simuladas e nos programas de telepresença, que merecem comentários. Trata da produção de um órgão a partir da tela:

A tela não é mais superfície de projeção (cinema), nem de recepção (televisão), tornou-se órgão de visão. O operador é projetado num universo virtual de imagens sintéticas que ele percorre como movimentos da cabeça, assim como uma rotação do campo de visão nos permite passear no espaço circundante comum. Graças a uma luva captadora ligada ao computador, sua mão real é inserida nesse universo sob a

forma de uma imagem síntese. Essa terceira mão pode agir sobre os objetos presentes nesse universo: criar objetos, fazer aparecer telas virtuais do computador, programar selecionando ordens no menu (p. 122-3).

As imagens-síntese, a produção de ambientes virtuais e a simulação são compreendidos aqui no mesmo sentido que aponta Lévy (1996). Segundo ele, a virtualização, o que engloba todos os exemplos anteriores, seria uma mutação dos referenciais espaço-temporais, mutação que não necessariamente se opõe ao real, mas pode complementá-lo, atualizá-lo (no sentido aristotélico do termo), portanto, discordando de Baudrillard (1996).

Esse contraponto entre os prejuízos do simulacro de simulação e as potencialidades dele indica as duas linhas concorrentes mais comuns na abordagem do tema. Não cabe, contudo, para o presente trabalho, estabelecer um juízo diante desse dilema. Nossa preocupação caminha no mesmo sentido da de Quéau (1993):

Os lugares e as imagens virtuais vão sem dúvida desenvolver-se numa escala comparável à dos meios de comunicação de massa tradicionais, como a televisão, até competir com eles seriamente. São técnicas de representação novas de potencial considerável. Questões fundamentais se colocarão na medida de seus progressos se organizarão em torno de tensões contraditórias [...] É preciso sem dúvida, por outro lado, começar a inquietar-se com as conseqüências psicológicas que um excessivo consumo de universos virtuais cria. Uma tendência à desrealização toma todas as pessoas que se apegam demasiadamente à perfeição limpa das matemáticas ou ao rigor lúdico da informática (p.98).

Os simulacros de simulação fazem, portanto, parte da vida diária e abrem possibilidades de uma possível aniquilação do *status* ontológico da realidade. Além disso, quanto mais são aprimoradas as formas de produção capitalista mais esse *status* se perde, se dissolve nas cadeias de produção/reprodução de simulacros de simulação. A reconfiguração de signos funcionando de forma autorreferente apresenta aspectos que não permitem o acesso das funções psicológicas como pensamento, julgamento, distinção entre percepção e representação. Essa reconfiguração indica formas de operação inconsciente, que levam os indivíduos a tomar referenciais de identidade que não oferecem o amparo da realidade e se apresentam como uma espécie de fantasma ou mito concretizado, favorecendo a constituição de subjetividades fragmentadas, que, no consumo, encontram apenas fragmentos de realidade.

Notamos que as faculdades psicológicas (as percepções, as sensações, o pensamento e o julgamento) que estão em jogo numa sociedade que organiza suas relações mediadas por simulacros de simulação são todos mecanismos ligados ao ego (FREUD, 1923). Cabe, portanto, recorrer à psicanálise para discutir os aspectos psicológicos envolvidos na constituição do eu no mundo contemporâneo, procurando compreender de que forma podem atuar as mediações sustentadas por simulacros de simulação.

CAPÍTULO 2

ASPECTOS LIGADOS À CONSTITUIÇÃO DO EU RELEVANTES PARA COMPREENDER AS CONDIÇÕES DO INDIVÍDUO CONTEMPORÂNEO – UM PERCURSO PELA OBRA DE FREUD

A partir dos argumentos apresentados no capítulo anterior, onde procuramos apresentar o conceito de simulacros de simulação e a presença maciça desses simulacros como forma de mediação entre os indivíduos e a cultura, nos chamou atenção a sua atuação ligada a processos psicológicos, a saber: os processos de pensamento; a saturação da percepção; um incremento na dificuldade de discernir a realidade (percepção vs. representação); aspectos que favorecem a regressão e nesse sentido reorienta os destinos pulsionais. Todos esses processos estão, direta ou indiretamente, ligados a funções egoicas, como nos ensina a psicanálise.

Antes, portanto, de analisar o indivíduo contemporâneo e as implicações psicológicas de mediações feitas a partir de simulacros de simulação, faremos um percurso pela obra de Freud para compreender e esclarecer como ele propõe a constituição do eu, as funções psicológicas ligadas a ele, pois, como afirma Monzani (1989), o pensamento freudiano se dá num movimento, como uma espiral, em sua construção. Em cada momento de sua obra, Freud insere novas propostas, incrementa algumas previamente definidas, abandona outras, de forma que, buscando respeitar esse movimento, procuraremos percorrer o texto freudiano buscando momentos em que a concepção de eu e sua constituição são evidenciadas e discutidas, assim, podendo nos oferecer elementos para compreender o indivíduo contemporâneo. Assim, procuraremos desenvolver um arcabouço teórico conceitual que nos permita fazer a análise do indivíduo na cultura do simulacro de simulação.

A trilha que seguiremos pela obra considera as proposições de Assoun (1995) e de Garcia-Roza (1991; 2004): inicia-se pelo *Projeto para uma Psicologia Científica* (1895/1996), onde, embora Freud tome uma perspectiva das ciências naturais, como afirma Gabbi Jr. (2000), ele já apresenta uma concepção de indivíduo dependente do outro, encontrando na linguagem o instrumento de compreensão do mundo externo e organização do

mundo interno, fornecendo elementos para entender o “pensar”, o pensamento judicativo (juízo) e as funções do eu. Já nos *Estudos sobre Histeria* (1895b/1996) o conceito de inconsciente começa a ganhar estatuto e os mecanismos ligados ao eu são rediscutidos e ampliados. Além desse momento, os *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* (1905/1996) inserem o conceito de pulsão, e assim na metapsicologia ganha espaço uma nova perspectiva de eu que se inaugura. Ela, porém, ganha densidade em *Sobre o Narcisismo -- uma introdução* (1914/2004), quando o conceito de narcisismo provoca uma reviravolta nos destinos dos conceitos que serão elaborados e apresentados sob a forma como permanecerão na teoria freudiana nas obras posteriores. Finalmente, no texto *O Ego e o Id* (1923/1996) Freud se dedica, especialmente, em discutir a constituição, características e funcionamento de tal estrutura. Este será o caminho que seguiremos neste capítulo.

2.1 *A concepção de eu no Projeto e as contribuições dos Estudos sobre a Histeria: os pressupostos para compreender o funcionamento da distinção entre realidade/alucinação, o pensamento e o papel da linguagem.*

Os primeiros argumentos sobre a concepção de eu presentes no texto freudiano remetem ao *Projeto* (1895a/1996), contudo cabem comentários aos propósitos trazidos pelo próprio Freud na introdução dessa obra. Segundo ele, o propósito é “[...] fornecer uma psicologia científica e naturalista, ou seja, apresentar os processos psíquicos como estados quantitativamente determinados [...]” (p. 17). Segundo as notas críticas de Gabbi Jr. (2000), Freud mostra uma perspectiva das ciências naturais que tomava como modelo paradigmático os pressupostos teórico-metodológicos da Física clássica, dos séculos XVIII e XIX, sobretudo um paralelismo psicofísico, segundo ele. Tal paralelismo havia ganhado destaque na obra *Elementos de Psicofísica* (1860), de Gustav Fechner, obra em que os objetos e métodos de estudo em psicologia ganham seus primeiros fundamentos (SCHULTZ & SCHULTZ, 2007). Essa influência não se fez restrita à psicanálise, pois os pressupostos teórico-metodológicos de Fechner também influenciam a psicologia a ganhar estatuto científico quando Wundt funda o primeiro laboratório de psicologia em Leipzig por volta de 1875 (SCHULTZ & SCHULTZ, 2007). Nesse sentido, a perspectiva freudiana caminha de acordo com as influências de seu tempo.

A ideia de funcionamento mecânico marca essa concepção de aparelho (GABBI Jr., 2001). Moreira (2009) complementa: “O aparelho psíquico possui a arquitetura de uma máquina fictícia, uma máquina solipsista” (p. 232) -- ideia que encontra respaldo quando afirma que os neurônios são partículas materiais. Além disso, afirma que esses neurônios estão expostos a excitações nervosas sentidas como quantidades em fluxo (o que ele chama de ‘Q’). Indica desde já um princípio de funcionamento desse aparelho que também mostra uma concepção mecânica: o princípio da inércia. Trata-se de uma função primária do aparelho que implica descarregar as quantidades de excitação, uma tendência a zero. O reflexo, como reação muscular, seria um exemplo desse funcionamento.

Esse princípio é, contudo, perturbado a todo momento. Ganham destaque nessa perturbação as quantidades de excitação endógenas ($Q\eta'$), a fome, por exemplo. Diferentemente da estimulação exógena, na qual a *fuga do estímulo* pode ser uma reação que atenda ao princípio da inércia, da estimulação endógena não há como fugir. Exige-se uma *ação específica* para a cessação dessa fonte de excitação ou, pelo menos, para a diminuição de sua quantidade.

Acontece que, no início da vida, o ser humano é incapaz de produzir tal ação sem ajuda externa. Tomemos como exemplo a amamentação do recém-nascido. Uma fonte de estimulação interna e incessante, a fome, encontra sua forma de eliminação a partir de uma ajuda externa, o seio materno (ou mesmo seu substituto) disponível para alimentar o bebê.

Freud (1895a/1996) introduz aqui o que, para a proposta do presente trabalho, é de suma importância. Diferentemente das funções primárias, que permitem inúmeros recursos para eliminação pela via motora (as alterações internas, por exemplo), aparece agora uma função secundária em que a comunicação se torna fundamental. A criança se apresenta desamparada diante do mundo e depende do outro para a satisfação. Vale-se de suas funções primárias (choros, inervações musculares, por exemplo) como forma de estabelecimento de comunicação com outro que se apresenta disponível a compreender o bebê oferecendo-lhe condições para satisfação. Nesse sentido, afirma Freud (1895a/1996): “[...] o desamparo inicial do ser humano é a *fonte originária* de todos *motivos morais*” (p. 39).

Mais adiante continua desenvolvendo a vivência de satisfação e suas consequências:

Assim, a totalidade apresenta uma vivência de satisfação, que tem as consequências mais decisivas para o desenvolvimento funcional do indivíduo. Ou seja, ocorrem três

coisas no sistema ψ . 1. Realizou-se uma eliminação duradoura; 2. Origina-se no manto¹³ a ocupação de um neurônio (ou de vários) que corresponde(m) à percepção de um objeto; 3. Chegam em outros lugares do manto as mensagens de eliminação devida ao movimento reflexo desencadeado que se segue à ação específica. Entre essas ocupações e os neurônios nucleares forma-se uma então uma facilitação (p. 39).

Ora, a ação reflexa relacionada com partes do corpo deixam em ψ registros de eliminação. Freud (1895a/1996) afirma que isso resulta em uma “*imagem motora*” (p. 39). Segue-se que, se a facilitação indica um caminho para a eliminação, agora um outro sentido pode indicar o caminho da eliminação de $Q\eta'$ -- a ocupação por simultaneidade. Segundo Freud (1895a/1996), a ocupação de neurônios por simultaneidade favorece a facilitação, a superação das barreiras de contato, barreiras essas representadas por Freud (1895a/1996) anatomicamente entre os neurônios e que teriam o papel de barrar ou de permitir o fluxo de energia. É o que acontece na recordação da imagem motora.

Nas palavras de Freud (1895a/1996):

Assim, origina-se, por intermédio da vivência de satisfação, uma facilitação entre duas imagens recordativas e os neurônios nucleares que, no estado de incitação, são ocupados. Com a eliminação {própria} da satisfação, a $Q\eta'$ também é, sem dúvida, retirada das imagens re[cordativas]. Com o reaparecimento do estado incitante ou desiderativo, a ocupação prossegue agora também para ambas as re[cordações] e anima-as. A imagem recordativa do objeto é certamente a primeira a ser afetada pela *animação desiderativa* (p. 40)

A animação desiderativa tem os mesmos efeitos, portanto, que a percepção. Freud (1895a/1996) apresenta aqui a alucinação como uma das formas que representam a ocupação da imagem recordativa.

Aliás, é a partir dessas vivências que Freud (1895a/1996) apresenta sua concepção de “eu” no *Projeto*. Ou seja, essas vivências deixam restos que ele chama de afetos e estados desiderativos -- afetos por uma liberação de $Q\eta'$, desejo por somação de $Q\eta'$. Em decorrência

¹³ “Manto” faz parte da tentativa de descrição anatômica do aparelho psíquico, separa o sistema de neurônios Ψ em duas partes: Ψ do manto, mais próximo às estimulações externas e Ψ do núcleo, mais próximo às estimulações endógenas.

do estado desiderativo surge uma atração pelo objeto desiderativo, ora, sua imagem recordativa. Segue-se que a atração desiderativa indica a formação de uma organização em ψ . Freud (1895a/1996) define assim o eu:

Portanto, cabe definir o eu como a totalidade das respectivas ocupações ψ , na qual se separa uma parte permanente de uma parte variável. Com isso se compreende facilmente, também pertencem ao patrimônio do eu as facilitações entre os neurônios ψ , como possibilidades de indicar sua expansão em momentos sucessivos ao eu alterado.

Se o esforço deste eu tiver de ceder suas ocupações pelo caminho de satisfação, isto só poderá ocorrer na medida em que ele {o eu} influenciar repetição de vivências [...] (designado em geral como inibição) [...]. Se um neurônio adjacente for simultaneamente ocupado, ele age como facilitação temporária das barreiras de contato localizada entre ambos e modificará seu curso [...]. Portanto, uma ocupação lateral é uma inibição para o curso de $Q\eta'$ (p. 43).

Ao eu, portanto, cabe um papel de inibir cursos de $Q\eta'$, mais especificamente, aqueles que representam os processos psíquicos primários. Isso indica a possibilidade de um incremento sucessivo, processual, de sua organização euica.

As vivências de satisfação parecem criar condições para que o aparelho psíquico deixe um funcionamento primário e inicie um funcionamento secundário. Essa segunda forma de funcionamento coloca o indivíduo num jogo intersubjetivo em que de início aparece desamparado diante de outro. Nesse jogo, que se estabelece nas fases iniciais da vida, as imagens recordativas remetem ao corpo. Ou seja, a noção de eu, apoiada nas imagens de corpo, não se constrói em si, nem mesmo pela consciência de si, mas pela construção subjetiva de imagens recordativas cuja condição de construção é dada pelo outro.

Além disso, se esse eu tem como função inibir os processos primários de funcionamento, temos nessa função o desdobrar de um indivíduo que se inicia num

funcionamento fantástico, cuja alucinação faz parte dele, e que, progressivamente, pela ação do eu, lida com a realidade¹⁴ naquilo que ela representa.

De tal forma, a concepção inicial de eu em Freud coloca essa estrutura diretamente vinculada à realidade, tendo como papel inibir a alucinação. Moreira (2009) sintetiza essa concepção:

O eu surge para inibir o processo de alucinação que visa repetir a vivência de satisfação, por meio da estimulação do traço de memória, como resposta ao desprazer provocado pela fome. O eu inibe a alucinação instaurando o teste de realidade que seria revelador da precariedade da alucinação enquanto possibilidade material de solução para a tensão. O eu garantiria, no sentido biológico, a vida para o pequeno ser (p. 232).

Aqui a linguagem parece encontrar uma brecha para entrar no aparelho psíquico. Não é por acaso que Freud (1895a/1996) apresenta o signo de realidade como aquilo que permite diferenciar percepção (REALIDADE) de representação (ALUCINAÇÃO), buscar o signo de realidade e assim o desenvolvimento de processos secundários.

Cabe agora indicar as proposições de Freud (1895a/1996) sobre *o pensar e a realidade*. Para ele, pensar visa buscar um “estado de identidade” (p. 51). O pensar judicativo, o juízo, pensar teórico com finalidade prática, busca uma identidade com uma ocupação corporal. Apresenta facilitações que permitem antecipar o signo de realidade. Afirma Freud (1895a/1996):

Cabe ainda observar para o julgar [pensar teórico com finalidade prática] que seu fundamento é evidentemente a existência de experiências corporais, sensações e imagens motoras próprias. Na medida em que elas faltam, a parte variável do complexo perceptivo permanece incompreendida, isto é, pode ser reproduzida, mas não dará nenhuma direção para os caminhos posteriores do pensar (p. 52)

Embora não ofereça direção ao pensar, notamos que Freud (1895a/1996) indica que nesses casos funciona um processo primário de julgar. Os processos secundários resultam de

¹⁴ O termo “realidade” remete a uma variedade de definições que, para evitá-la, procuramos utilizar, neste texto, “realidade” como o conjunto de objetos que definem o mundo externo ao indivíduo, como aquilo vindo de fora.

associações na busca do reconhecimento do objeto. Procura-se uma identificação com ocupações vindas de fora ou do próprio corpo: “[...] uma *identificação entre mensagens ou ocupações partindo de ϕ ou de dentro*” (p. 53).

O processo de pensar consiste na ocupação lateral oferecida pelo eu como alternativa à facilitação. Ou seja, reconhecer-se dá na capacidade de pensar. Reconhecer a si mesmo se dá pela capacidade de pensar sobre si mesmo. Nesse sentido, a noção de eu se dá a partir de uma representação baseada em imagens corporais que, por sua vez, se originam da superfície corporal, temática que será retomada por Freud em *O Ego e Id* (1923/1996), mas aqui já enfatizava a importância dos processos de pensamento como meio para distinguir realidade/alucinação. Isso nos auxiliou a entender que o simulacro de simulação se opõe à representação quando se apresenta como um sistema de signos absoluto¹⁵. Como exemplo do que ocorre nas formas atuais de expressão do capitalismo, as relações entre indivíduos e objetos que são controladas por algo além das necessidades de sobrevivência, mas das trocas simbólicas substituídas pelo próprio fluxo de signos.

As proposições de Freud acerca do eu no *Projeto* (1895a/1996) indicam, portanto, como afirma Birman (1997), uma crença na racionalidade humana assim como o projeto iluminista de modernidade. Os conceitos apresentados aqui serão, no entanto, ampliados nos *Estudos sobre Histeria* (1895b/1996), quando Freud inicia uma superação dos paradigmas das ciências naturais, mais especificamente aqueles ligados ao paralelismo psicofísico que alimentava a medicina da época.

A necessidade de descarregar energia indicada no aparelho do *Projeto*, cuja realização é sentida como prazer, e a presença de valores morais recaindo como um obstáculo a essa descarga ganham uma ampliação de seus contornos a partir do trabalho de Freud (e Breuer) com as histéricas.

O sintoma histórico se apresenta para a medicina da época como algo fora de seu campo de atuação, mas sobre ele se debruça a psicanálise e se considera, como afirma Gubrich-Simitis (s/d), a fundação da psicanálise a partir dos *Estudos sobre a Histeria* (1895b).

¹⁵ Cf. Capítulo 1, p. 13.

No trabalho com as histéricas, Freud e Breuer (1893/1996) procuram entender o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos. O que chama atenção dos médicos é uma dificuldade em identificar a causa dos sintomas:

Na grande maioria dos casos não é possível estabelecer um onto de origem através da simples interrogação do paciente, por mais minuciosamente que seja levada a efeito. Isso se verifica, em parte, porque o que está em questão é, muitas vezes, alguma experiência que o paciente não gosta de discutir; mas ocorre principalmente porque ele é de fato incapaz de recordá-la e, muitas vezes, não tem nenhuma suspeita da conexão causal entre o evento desencadeador e o fenômeno patológico (p. 39).

Freud e Breuer (1893/1996) indicam que as histéricas sofrem de “reminiscências” (p. 43). A lembrança de uma vivência traumática do passado invoca uma quantidade de afeto cuja descarga pelas vias da ação motora não foram capazes de se efetuar. Assim, parte do afeto fica reprimida e ligada à lembrança, mantendo-a praticamente intacta e inacessível aos processos conscientes. Inicia-se a noção de inconsciente inaugurado pelo recalçamento. Para discussão deste nosso trabalho, outro mecanismo, porém, se evidencia.

Uma vez impossibilitadas as vias de descarga de energia, o sintoma aparece como uma forma de tradução no corpo para aquilo que foi recalçado. Segundo Assoun (1995):

O que a histérica mostra, com efeito, é realmente a sua alma, visível em seu corpo, mas isso se opera pela via do sintoma. É o sintoma que, na histérica, faz ativamente dialogar a alma e o corpo! [...]. O caráter carregado do quadro sintomático sugere que o corpo é o *médium* do sintoma (p. 178).

A conversão, portanto, trata de uma transformação através do corpo a partir de algo psíquico. Ora, residem aqui pelo menos dois pontos que merecem destaque. Primeiramente, é transformada a relação entre médico e paciente ao se considerar o que propunha a medicina da época, isto é, uma relação que deveria ser neutra em relação a seus aspectos afetivos e emocionais. As histéricas são ouvidas e é valorizado o seu saber si mesmas, propunha Freud (1895b). Segundo, e talvez mais importante para o momento, parece haver aí uma superação da dicotomia cartesiana entre mente e corpo, uma vez que há uma causação mútua. Nas palavras de Assoun (1995): “Não é, pois, o corpo que fala, mas, através dele, as representações recalçadas, de modo que se deve traduzir literalmente essa língua imajada” (p. 179).

Posteriormente, a análise das cenas traumáticas recalçadas reveladas por suas pacientes indicam a sexualidade, ou uma imaturidade sexual, como mote comum às experiências mais precoces dos indivíduos. Isso indica a direção das investigações de Freud, a saber a sexualidade infantil.

Assim, de acordo com Lazzarini e Viana (2005), concluímos a investigação nos *Estudos sobre Histeria*, uma vez que a sexualidade será o próximo destino:

Dessa forma, o corpo em psicanálise já não pode ser definido somente pelo conceito de organismo, nem pelo conceito puro de somático. Deste corpo, talvez já se possa afirmar não que o sujeito tem um corpo, mas que o sujeito é um corpo, pois está falando de algo que é uno na subjetividade e na corporeidade, uma articulação singular (p. 07).

Assim, portanto, a concepção de corpo aqui se distancia relativamente do paralelismo psicofísico e da dicotomia cartesiana: o corpo e o psiquismo se causam mutuamente. O corpo passa a ser algo além do orgânico: fonte de excitações representadas psiquicamente e também e ao mesmo tempo lugar onde se expressam representações do material psíquico recalçado. Acrescentamos ainda que, desde o *Projeto* (1895a/1996), mas sobretudo a partir dos *Estudos sobre Histeria* (1895b/1996), a relação entre eu e corpo se torna cada vez mais íntima e passará a ganhar importância decisiva na constituição do eu em *O ego e o Id* (1923/1996).

2.2 A concepção de eu a partir da teoria pulsional e a revolução do narcisismo: a consolidação de uma noção de eu fundado nas relações.

A compreensão do funcionamento do sintoma na histeria leva Freud a investigar a sexualidade infantil, já que o trauma provocador do sintoma estava ligado a uma vivência sexual frustrada em sua elaboração (DESCARGA) e localizada no passado. Tais estudos estão condensados, embora não sejam exclusivos a ele (por exemplo, os casos Dora e Pequeno Hans), nos *Trêns Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade* (1905/1996). Vale a pena a ressalva feita por Lazzarini e Viana (2005) acerca da multiplicidade de significados do termo *sexualidade* em Freud, que vai desde o biológico até além dele, na linguagem.

Isso nos remete as proposições de Assoun (1995), de que, para compreender a corporeidade que adentra a psicanálise e sua relação com a sexualidade, é necessário aludir à pulsão, portanto, adentrar a metapsicologia freudiana:

A pulsão – pela qual tudo começa, tanto para a psicanálise quanto para o sujeito do inconsciente – exterioriza, pois, no psiquismo (Freud fala aqui da alma, *Seele*) aquilo que lhe é imposto por essa coerência (*Zusammenhang*) corporal, ou seja, cargas suplementares. Em suma, o corpo, sob a forma de excitações internas, faz trabalhar a alma, de onde nasce a pulsão (p. 182).

A relação com o corpo agora é explícita. Retomando Assoun (1995): “O corpo não é causa de nada, nem da pulsão nem do prazer de órgão, mas sem corporeidade nada seria possível” (p. 182). Tal corporeidade parece aludir a uma propriedade do corpo em sua relação com o psíquico, propriedade de apoio, sustentação ou, se quisermos, *de médium* para representações.

O conceito de pulsão marca, portanto, uma perspectiva que sela a ligação e causação mútua entre o psíquico e o somático. Freud (1905/1996) propõe um primeiro dualismo pulsional afirmado que, de um lado, estriam as pulsões sexuais (libido) e, de outro, em oposição às primeiras, as pulsões de autoconservação (pulsões do eu). As pulsões sexuais se diferenciam tomando o corpo como apoio, as zonas erógenas, e impulsionam o indivíduo à procura por objetos, enquanto as segundas remetem ao interesse em autoconservação e não sexual.

Cerca de dez anos mais tarde, Freud (1914/2004) revê essa dualidade pulsional a partir do que chamou de narcisismo, indicando que também o eu poderia ser tomado como objeto sexual, o que demonstraram os estudos sobre o autoerotismo e as parafrenias (demência precoce ou esquizofrenia).

No seu texto sobre o narcisismo, Freud (1914/2004) afirma que as pulsões podem tomar o próprio eu como objeto de satisfação pulsional e sexual. A partir dos estudos sobre as parafrenias, ele nota que há uma retirada da pulsão sexual dos objetos e um retorno dessa pulsão para o próprio eu. Observa, no entanto, que esse mecanismo não é exclusivo de casos patológicos. Passa então a (re)discutir a formação do psiquismo infantil e o surgimento do eu para sustentar a afirmação anterior.

Freud (1914/2004) propõe que as crianças tomam seus primeiros objetos sexuais a partir de suas experiências de satisfação. Como apontado anteriormente, já nos *Três Ensaio*s (1905/1996) essa ideia foi apresentada por Freud. As experiências de satisfação coincidem, portanto, com as satisfações de funções vitais e ao cuidado e proteção à criança, como a fome/amamentação, por exemplo, fazendo da boca uma zona erógena. Daí as compreensões de Lazzarini e Viana (2005) e Assoun (1995) quanto à construção de uma imagem corporal inicialmente dispersiva e depois unificada ficam mais claras. A ideia de vinculação sustentada, ou apoiada, remete justamente a essa concepção. Isso leva à afirmação clássica: “Estamos afirmando que o ser humano possui dois objetos sexuais primordiais: ele mesmo e a mulher que dele cuida [...]” (p. 108).

Ocorre, contudo, que esse narcisismo primário, essa vinculação apoiada, perde sua prevalência e dá lugar progressivamente aos objetos do mundo externo. A situação de proteção, de cuidado e de satisfação das necessidades sem muito esforço, como ocorre com as crianças pequenas, deixa de ser a regra, mas essas experiências de satisfação sustentadas pelo narcisismo primário não desaparecem. Ao contrário, elas ficam registradas, mais especificamente recalcadas e serão revividas no papel de pais. Nas palavras de Freud (1914/2004):

Ao repararmos na atitude de pais afetuosos para com seus filhos, seremos forçados a reconhecer que se trata de uma revivescência e de uma reprodução de seu próprio narcisismo, há muito abandonado [...]. Assim eles se veem compelidos a atribuir à criança todas as perfeições – ainda que uma avaliação mais soéria não desse motivo para tal – e tendem a encobrir e esquecer todos os defeitos dela [...]. Também se inclinam a reivindicar para a criança o direito a privilégios aos quais eles, os pais, há muito tiveram de renunciar [...] a imortalidade do Eu, tão duramente encurralada pela realidade, ganha, assim, um refúgio seguro abrigando-se na criança (p. 110).

O papel frustrador da realidade ganha importância. Os ideais culturais, éticos e morais, transmitidos para a criança pelos próprios pais e também professores, educadores, acabam circunscrevendo os caminhos de suas satisfações pulsionais (FREUD, 1914/2004). O recalque, como um mecanismo vinculado ao eu, ganha importância significativa. Parte das satisfações pulsionais primitivas ficam recalcadas (FREUD, 1914/2004). Fala-nos Freud (1914/2004):

O amor por si mesmo que já foi desfrutado pelo Eu verdadeiro na infância dirige-se agora a esse Eu-ideal [...]. Como sempre no campo da libido, o ser humano mostra-se aqui incapaz de renunciar à satisfação já uma vez desfrutada. Ele não quer privar-se da perfeição e completude narcísicas de sua infância [...] ele procurará recuperá-lo então na nova forma de um ideal-de-Eu. Assim, o que o ser humano projeta diante de si como seu ideal é o substituto do narcisismo pedido de sua infância, durante a qual ele mesmo era seu próprio ideal (p. 112).

Os estudos freudianos sobre o narcisismo colocam, portanto, o eu como um princípio de satisfação uma vez que encontra inicialmente a satisfação no próprio corpo, e assim se inicia a constituição da imagem corporal, protótipo sob o qual se apoiam todas as satisfações. Além disso, a partir do recalque, o eu, atravessado pela cultura, representado por um Ideal-de-Eu, funciona como um princípio de subjetivação. Conclui Freud (1914/2004) que, onde houver obstáculos à satisfação narcísida, aí o Ideal-do-Eu pode ser um substituto. Vale destacar que, quando afirmamos que o eu é atravessado pela cultura, concordamos com Freud (1923/1996) quando ele diz que esse caminho é demarcado pela linguagem. Desde os *Estudos sobre Histeria* (1895b/1996), a ideia de tradução daquilo que passa do mundo externo para o mundo interno e vice-versa se dá a partir de estruturas de linguagem, por isso tradução. A linguagem manterá esse papel durante os textos seguintes na obra freudiana.

2.3 A concepção de eu em O Ego e o Id: uma síntese das concepções anteriores que levam a concepção final das estruturas “id”, “ego” e “superego (ideal do eu)”.

No texto *O Ego e o Id* (1923/1996), Freud insere a definição de uma instância psíquica. Segundo ele, o eu nasceria a partir de uma gradação do isso, gradação essa ocorrendo a partir do sistema perceptivo, portanto, submetido ao princípio da realidade:

É fácil ver que o ego é aquela parte do id que foi modificada pela influência direta do mundo externo, por intermédio do [sistema] Pcpt-Cs; em certo sentido, é uma extensão da diferenciação de superfície. Além disso, o ego procura aplicar a influência do mundo externo ao id e às tendências deste, esforça-se por substituir o princípio do prazer, que reina irrestritamente no id, pelo princípio de realidade. Para o ego, a percepção desempenha o papel que, no id, cabe ao instinto (p. 38-9).

Assim como já indicado no *Projeto* (1895a/1996), Freud parece retomar a ideia de eu-função uma vez que liga a ele os processos motores. Freud (1923/1996) ainda explora mais o papel da percepção, afirmando que:

O próprio corpo de uma pessoa e, acima de tudo, a sua superfície, constitui um lugar de onde podem se originar sensações tanto internas quanto externas [...]. O ego é primeiro e acima de tudo, um ego corporal, não é simplesmente uma entidade de superfície, mas é, ele próprio, a projeção de uma superfície (p. 39).

O eu aqui aparece como uma subjetivação propriamente dita a partir de uma projeção da superfície. E, nesse sentido, Assoun (1995) afirma que é nessa dialética da projeção que podemos pensar o eu como estrutura tópica. O corpo passa a ser próprio, aquilo que o próprio pronome define “eu”. Note-se aqui, definitivamente, que a perspectiva relacional da constituição do eu parece superar a concepção mecanicista indicada anteriormente no *Projeto* (1895a/1996).

Outro ponto desenvolvido por Freud (1923/1996) nesse texto retoma a ideia de Ideal-de-Eu. Indica que o que foi desenvolvido no texto sobre o narcisismo (1914) ainda é válido, mas acrescenta novas considerações.

Uma delas é o conceito de identificação desenvolvido a partir dos estudos sobre a melancolia¹⁶, estudos onde Freud (1917/1996) afirma que, quando um objeto sexual é perdido, parte do eu pode se identificar com o objeto, transformar-se nele. Inicia-se, então, o processo de luto. Assim, o eu abandona o objeto e passa se interessar por aquela parte do eu que se identificou com o objeto. Esse conceito auxilia na compreensão do que virá a ser o superego (supereu) como definido em 1923.

Freud (1923/1996) indica que todos os indivíduos em determinada etapa da vida revivem a tragédia de Édipo na peça de Sófocles. Tentaremos abordar sucintamente o triângulo edípico para ilustrar a cena: desenvolvemos sentimentos amorosos pela mãe ou pela pessoa que faz essa função e sentimentos ambivalentes pelo pai. Já dissemos anteriormente de onde se originam os sentimentos amorosos pela mãe. O pai, por sua vez, representa, por um lado, sentimentos amorosos, pois também cuida e protege, mas também é alvo de sentimentos hostis por ameaçar a relação amorosa entre mãe e filho, onde as satisfações são plenas, uma

¹⁶ Cf. artigo sobre “Luto e Melancolia” (1917/1996), Editora Standard Brasileira das Obras Completas, Vol. XIV, páginas 245-270.

vez que a mãe também é objeto de amor do pai e por ele nutre sentimentos amorosos. O pai, portanto, se apresenta como um interditor – impõe a lei – da relação mãe e filho, um rival, cujo enfrentamento é sentido pela criança como uma ameaça de aniquilação.

O infante se vê, assim diante, de um dilema. A solução encontrada pelo eu se dá da seguinte forma:

O amplo resultado geral da fase sexual dominada pelo complexo de Édipo pode, portanto, ser tomada como sendo a formação de um precipitado no ego, consistente dessas suas identificações unidas uma com a outra de alguma maneira. Esta modificação do ego retém a sua posição especial; ela se confronta com os outros conteúdos do ego como um ideal do ego ou superego (p. 47).

O superego, assim, se coloca como um regulador das atividades do eu, representando a interdição paterna, que, agora, se impõe do primeiro para o segundo. O Ideal-do-Eu é, portanto, herdeiro do complexo de Édipo e passa atuar nas vicissitudes das pulsões.

Dentre essas vicissitudes destacam-se a sublimação e a idealização. O primeiro diz respeito a um processo em que a libido se desvia em sua meta, que originalmente seria sexual e deixa de lado esse aspecto, deixa de ser sexual. Já a idealização se refere ao objeto, que também é alterado, exaltado em suas características psíquicas, mas sem sofrer alterações em sua natureza. A sublimação está, portanto, ligada a uma forma de encontrar desgarga, satisfação, driblando a barreira do recalque. E a idealização do eu favorece o recalque por aumentar as exigências sobre o eu.

Isso nos leva a uma distinção entre dois termos utilizados por Freud (1914/2004) sem que haja uma distinção adequada entre eles, como propõe Laplanche, mas que outros autores a fazem, sobretudo a partir das propostas de Lacan. Trata-se da distinção entre “Eu-ideal” e “Ideal-do-Eu”. O primeiro, Eu-ideal, refere-se às experiências infantis e as vivências prazerosas ligadas a elas, experiências essas que, segundo Freud (1914/2004), o ser humano se vê incapaz de a elas renunciar uma vez desfrutadas. Nesse sentido, esse Eu-ideal remete a um momento regressivo, uma tentativa de conservar o prazer dessas experiências infantis. Ocorre, contudo, que o recurso encontrado é o de projetar tal ideal diante de si com substituto do narcisismo perdido na infância. Nas palavras de Freud (1914/2004):

Ele [o ser humano]¹⁷ procurará recuperá-lo então na foma de um ideal-de-Eu. Assim, o que o ser humano projeta diante de si como seu ideal é o substituto do narcisismo perdido na infância, durante a qual ele mesmo era seu próprio ideal (p. 112).

Assim, diferentemente do caráter regressivo ligado ao Eu-ideal, o Ideal-de-Eu representa um projeção, um projeto de futuro a partir do qual o próprio eu faz uma autocrítica de seu desenvolvimento. Dessa forma, a consciência moral, em princípio, tem origem na incorporação da crítica parental e, posteriormente, a incorporação da crítica social.

A conclusão de Freud (1919/2004) é sintetizada assim:

Nossa forma de amar seguirá então o modelo de escolha objetal narcísica: amaremos aquilo que fomos e deixamos de ser aquilo que possui qualidades que nunca teremos. Uma fórmula paralela à anterior seria: será amado aquilo que possui uma qualidade que falta ao Eu para chegar ao ideal.

A temática do Ideal-do-Eu é novamente abordado por Freud (1921/1996) em *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, quando ele investiga a identificação. Segundo Freud (1921/1996), durante a resolução edipiana, as identificações que a criança faz com a figura de seu pai, o representante de sentimentos ambivalentes para a criança, indicam um querer ser como o pai. Analogamente, os laços que mantêm unida uma massa parecem também seguir o propósito da identificação. A figura de um líder (tirano) concentra o investimento pulsional de toda a massa. Esse objeto é o objeto idealizado pela massa, tornando-se parte do eu dos indivíduos a partir de um laço afetivo sustentando pela identificação.

A partir dessas afirmações de Freud (1921/1996) é possível compreender os modelos identificatórios que aparecem durante a vida dos indivíduos e seu papel na orientação pulsional posterior em suas vidas.

¹⁷ Grifos nossos.

CAPÍTULO 3

A CONSTITUIÇÃO DO EU E A SUBJETIVIDADE NA ERA DA SIMULAÇÃO

No Capítulo 1 apresentamos a definição de simulacro de simulação como proposto por Baudrillard e procuramos identificar sua presença como uma das formas de mediação nas relações entre os indivíduos no mundo contemporâneo. Baudrillard apresenta uma análise de um período anterior à emergência do simulacro, quando fala sobre a cultura dos povos primitivos. Nesse momento, as relações entre os indivíduos eram sustentadas por trocas simbólicas representadas nas trocas dos objetos; os objetos assim mantinham uma forte relação de dependência à significação a eles atribuída pelos indivíduos implicados nas relações – a troca de objetos representa um pacto transferencial em que estão implicados afetos, respeito, valores ético-morais, numa relação de dádiva e de contradádiva. Evidencia-se a relação direta entre os seres humanos e a realidade, referenciais para a simbolização atribuída aos objetos. O indivíduo, o outro, e os objetos, garantem integralidade e, ao mesmo tempo, o distanciamento necessários para que identidade e alteridade, determinadas pelo jogo simbólico, auxiliem na construção do si mesmo e da compreensão das relações entre os seres humanos e a realidade¹⁸.

Ocorre, contudo, que, logo na primeira ordem do simulacro, o simulacro naturalista, como propõe Baudrillard (1972), a realidade ou, pelo menos, a capacidade de apreensão da realidade pautada numa troca simbólica, num pacto transferencial, parece começar a sofrer abalos. O simulacro naturalista, segundo Baudrillard (1972), se apresenta como uma réplica da realidade, toma a natureza como referente, mas a recria, anulando o distanciamento entre o que representa e o que é representado – confunde entre o falso e o verdadeiro –, ou seja, o simulacro naturalista é uma representação falsa. Segundo Sodré (2002), a ideologia política das liberdades civis (como a liberdade de expressão, por exemplo) é uma das características desse período. Adorno (1985) também colabora para a compreensão da relação entre o indivíduo e a cultura quando aponta a ideologia na sociedade moderna ocidental como uma verdade falseada, mas enfatiza que aquilo que sustenta a ideologia é a supressão da alteridade, da ação política dos indivíduos, numa realidade que se apresenta pronta acabada. A

¹⁸ Mais uma vez, diante variedade de sentidos atribuídos ao termo, esclarecemos que tomamos aqui “realidade” como o conjunto de objetos que definem o mundo externo.

inversão da ideologia seria a alteridade. Retomando Baudrillard (1972), o ideário burguês que ganha ascensão durante esse período, alimentado pelo Iluminismo e localizado pelo autor como concomitante ao Renascimento, a luta por prestígio social e pela acumulação, dá início à monetarização das relações e à mercadificação dos objetos. Os objetos progressivamente ganham autonomia e automação, sendo que esta última ganha força a partir do desenvolvimento do sistema de produção, que, por sua vez, encontra na ciência as condições para tal: na produção em série existe a supressão do particular pelo universal e a compressão do tempo e do espaço.

O modo de produção passa a ser o referente, como propõe Baudrillard (1972), tanto para a produção de objetos como para a produção de indivíduos. Evidencia-se o esvaziamento simbólico característico desse modelo de produção – diante de um mundo supostamente objetivo e controlado pela ciência, os indivíduos passam a funcionar em conformidade com o modo de produção – produzir-se a si mesmo seriam as palavras de ordem. O favorecimento do individualismo distancia os indivíduos uns dos outros e os aproximam aos produtos – a mercadoria. Como um substituto da troca simbólica entre os indivíduos, as mercadorias passam a adquirir valor simbólico e oferecer referenciais de identidade/alteridade, de acordo com Melo (1988).

A sociedade do consumo (BAUDRILLARD, 1995) é caracterizada por um sistema de objetos pleno de significações, mas pobre de sentido. Segundo ele, é justamente do confronto entre uma racionalidade técnica, que marca os objetos, e a irracionalidade das necessidades humanas que os indivíduos se abrem ao consumo, uma procura por sentido. Assim, os objetos adquirem uma função, objetos-signo, a partir da qual Baudrillard (1995) apresenta sua definição de *ego consumans*: sujeito do consumo. Complementarmente, é na sociedade consumo, em que o mundo contemporâneo seria uma extensão dela, que os simulacros de simulação encontram seu berço. Estes, por sua vez, sustentam uma ressurreição artificial da realidade a partir de um sistema de códigos fechado, reificado e autorreferente, que não mantém compromisso com a realidade como tal.

Neste terceiro capítulo procuramos analisar a constituição do eu – *ego consumans* – no mundo contemporâneo em que as mediações entre as relações dos indivíduos e a cultura vêm sendo efetuadas a partir de simulacros de simulação. Tomaremos as proposições psicanalíticas apresentadas no Capítulo 2 que foram resultado de um percurso pela obra

freudiana naquilo que ela toca a constituição do eu, para orientar a compreensão das transformações pelas quais vem passando esse processo.

3.1 Implicações subjetivas do desamparo pertinentes à ressurreição artificial da realidade na cultura do simulacro.

A recriação da realidade a partir dos sistemas tecnológicos segue uma regência vinculada àquilo que está disponível nas compressões numéricas operadas pelo sistema computacional. Esses sistemas tecnológicos não são regidos pela presença dos seres humanos nem pelos atributos humanos na organização das representações dos objetos, organização mais tradicional de representação da realidade. O estatuto de objeto se torna independente, autônomo. Tal mudança no estatuto de objeto implica diretamente alterações no estatuto de sujeito. Esse novo modo operacional dos objetos produzidos na lógica da mercadoria, inevitavelmente, afirma Baudrillard (1991), passa pela lógica do signo, aquilo que permite dar sentido à realidade. Nesse sentido, comenta Melo (1988): “O objeto obedece à fantasia do possuidor, não como imagem fiel, mas como imagem desejada, tornando-se, assim, o espelho perfeito da subjetividade” (p. 115) e continua, ao fazer uma citação de Baudrillard (1973, p. 38): “Eis por que os objetos são investidos de tudo aquilo que não pôde sê-lo na relação humana” (p. 115), ganhando uma autonomia que gera incompreensão – no que diz respeito à estrutura psíquica – entre os diferentes indivíduos e a perda de significados partilháveis no coletivo. Eles – objetos – dominam os seres humanos por sua autonomia de significação.

Esse modo de funcionamento em que a fantasia orienta a relação com os objetos remete a um funcionamento regressivo. No *Projeto* (1895/1996), Freud comenta que, na procura pela satisfação durante as fases iniciais do desenvolvimento, predominam os processos primários – ligados aos princípios do prazer – que, por sua vez, recorrem às imagens motoras inscritas no aparelho psíquico a partir das vivências de satisfação já obtidas pelo indivíduo para atingir sua meta (como apontado no Capítulo 2). Nesses casos, os recursos disponíveis à criança são o choro, as inervações musculares e também a alucinação. Esta última chama a atenção uma vez que, mesmo na ausência do objeto, o indivíduo é capaz de representá-lo na alucinação e, assim, se manter em certa harmonia com o princípio do prazer, a satisfação não falta. Caberia, contudo, ao eu inibir esses processos primários,

procurando desenvolver processos secundários de obtenção de satisfação. Tais processos secundários procuram reconhecer a realidade de forma que, progressivamente, o indivíduo abandonaria as formas primárias de obtenção de satisfação para procurá-las em objetos na realidade externa. Os processos secundários, portanto, estão ligados aos princípios da realidade. Assim, o indivíduo, diante de uma realidade frustradora, se vê desamparado diante do mundo. Por outro lado, ele se volta para a relação com o mundo externo, inaugurando um jogo intersubjetivo em que o outro se torna fundamental. Podemos afirmar que é a partir da frustração imposta pela realidade, ou seja, uma realidade faltante, que o indivíduo se põe diante do outro, dependente dele, e a partir daí se funda como sujeito. A fantasia estaria ligada aos processos primários de funcionamento e ao princípio do prazer. Em um momento posterior da obra de Freud (1917b/1996), ele aponta que a fantasia está entre o subjetivo e o objetivo. No confronto entre o princípio do prazer, o princípio da realidade é que opera a fantasia. Deixa-se de procurar satisfação no próprio corpo ou em imagens dele para procurar por objetos no mundo externo. Há uma gama de satisfações às quais o indivíduo deve renunciar em função da realidade. A perpetuação do funcionamento orientado pela fantasia oferece uma sensação ilusória de liberdade, já que, na realidade, o objeto como tal continua distante. Então, no mundo do simulacro de simulação tais vinculações, quando ocorrem, ocorrem a partir de uma ilusão de realidade, ilusão de presença.

A partir dessas ideias, a subversão desses sistemas de signos pode levar a uma limitação imaginativa. Uma vez limitados a usar os códigos referenciais disponíveis ou não na simulação, ainda sem a falta que caracteriza o real, o sujeito é levado a uma paralisia do pensamento ou, na melhor das hipóteses, o movimento se faz a partir da simulação e não a partir do sujeito. Seguindo Baudrillard (1991), ele sugere uma obediência-robótica, passividade do psiquismo, sem associação de novos símbolos, o que caracteriza sérios agravos na constituição do pensamento. Apresenta-se, assim, uma impossibilidade de elaboração psíquica. Cabe aqui transpor a referência que Levy (2000) faz a Moreno (2000):

[...] o caráter distintivo da realidade virtual [um simulacro de simulação] é que suas imagens não se associam – como fazem as representações – produzindo significados que permitem localizar o sujeito do inconsciente. Se conectam entre si e conectam cenas: conexão que não produz nada em termos a que nós, os psicanalistas, estamos habituados (p. 61).

Esse fenômeno auxilia a compreender o esvaziamento a que estão submetidos os indivíduos na sociedade do consumo. Os simulacros de simulação iludem quanto à realidade dos objetos, diferentemente da fantasia infantil que se abre ao outro e à ordem simbólica. O simulacro, portanto, parece favorecer uma regressão a um momento anterior à fantasia.

Esses argumentos nos levam a uma discussão quanto à verdade. Tal discussão trata da verdade em psicanálise tanto no sentido epistemológico da apreensão da realidade psíquica (feita pelo indivíduo) quanto do sentimento de ser verdadeiro, sujeito possuidor de um desejo próprio. Baseado nas ideias de Bion, Levy (2002) afirma que tanto a verdade da construção da realidade psíquica do sujeito quanto o sentimento de ser verdadeiro estão, necessariamente, relacionadas com o vínculo entre o sujeito e seus objetos. E, ainda, a relação do sujeito com esses objetos tem como protótipo as primeiras experiências entre presença/ausência do objeto.

Por isso afirmamos, assim como Levy (2002), que é justamente no encontro das subjetividades que se dão ambos os sentidos de construção da verdade. Inclusive, é por isso que se costuma dizer que, em psicanálise, aquilo que é do âmbito do concreto passa a ter valor secundário, ao passo que aquilo que é do âmbito do simbólico se torna mais importante. Embora a apreensão do mundo concreto para o mundo psíquico se dê a partir dos sentidos, o mais importante para os psicanalistas é o que aquilo representa e não a coisa em si. Ou seja, o importante é a “criação de versões simbólicas da realidade”, que, por sua vez, só pode acontecer a partir de um vínculo:

[...] por mais que a representação “represente” a verdade, ela terá sempre um grau de falsidade, à medida que não é a coisa em si, apenas a representa [...] a noção de verdade se constrói a partir de um vínculo subjetivo entre sujeito e objeto e que o centro dessa busca é a experiência emocional do sujeito ou o seu desejo, se preferirmos (LEVY, 2002, p. 54).

Concluindo:

Assim, numa visão mais intersubjetiva, o desejo e a verdade passam a incluir necessariamente o outro. Do ponto de vista intersubjetivo, a verdade se constrói no vínculo: o sujeito, para se reconhecer, inclusive como alguém que deseja, é preciso que seja olhado como tal (p. 57).

Não estamos tratando da verdade como concordância com um dado concreto, dos fatos ou dos sentidos, sob um paradigma positivista, mas da verdade como “consenso

simbólico entre os sujeitos” (LEVY, 2002, p. 53), de forma que a ideia de verdade se torna equivalente à subjetividade (individual) que é fundada pelo outro.

Nesse sentido, qual “verdade” nos oferecem as relações mediadas por simulacros de simulação? Talvez, o que oferece o simulacro de simulação seja justamente a anulação daquilo que nos permitiria escapar da elisão da realidade, como afirma Melo (1988).

Melo (1988) comenta que Baudrillard entende o jogo de presença/ausência desses objetos de forma análoga ao *Fort-da* de Freud. Em *Além do Princípio do Prazer* (1920), Freud observava uma brincadeira infantil que consistia em lançar um carretel preso por um fio de linha entre as cortinas do berço fazendo-o desaparecer e, posteriormente, fazê-lo reaparecer ao puxar a linha – esta brincadeira seria o *fort-da*. O termo alemão *fort* remeteria à ideia de “ir embora”, desaparecer (no caso da brincadeira), e o termo *da* poderia ser traduzido por “ali”, indicando o reaparecimento do objeto¹⁹. Freud (1920/1996) compreende que esse jogo de ausência e de presença indica a passagem de uma passividade infantil diante dos objetos para uma postura ativa diante deles. Como forma de superar a frustração pela ausência de objetos de desejo que desaparecem e cujo controle escapa à criança, como a mãe, por exemplo, a brincadeira permite controlar o objeto de forma que ela o faz desaparecer a partir de suas próprias ações. Numa repetição compulsiva, a brincadeira acontece e Freud (1920/1996), ao perceber isso, comenta que essa frustração provocada pelo desaparecimento do objeto é sentida como algo desprazeroso e isso parece contrariar o princípio do prazer, mas um desprazer que agora está sob controle do indivíduo. Trata-se de uma forma de negação à recusa de satisfação pulsional e, ao mesmo tempo, de uma vingança pela ausência do objeto de desejo: “Quando a criança passa da passividade da experiência para a atividade do jogo, transfere a experiência desagradável para um de seus companheiros de brincadeira e, dessa maneira, vinga-se num substituto” (FREUD, 1920/1996, p. 28), mas é justamente a integralidade do outro, tomado como substituto, que oferece à criança as possibilidades de lidar com seus desejos ambivalentes. Assim, a relação com o outro se inscreve na ordem cultural que organiza os objetos, sobretudo do mundo adulto que a criança almeja compreender. Desse modo, podemos dizer que os objetos inscrevem um discurso subjetivo compilado, ou seja, o simulacro de simulação, diferentemente do humano desejado e integral, apresenta-se fragmentado por excelência, e assim identificamos a possibilidade da inserção de

¹⁹ Essas considerações sobre a tradução estão expostas numa nota de rodapé inserida pelo tradutor no texto de Freud (1920/1996, p. 25).

um discurso subjetivo fragmentado em que se perde o entendimento da comunicação entre iguais. Nas palavras de Melo (1988):

O objeto técnico [um exemplo de simulacro de simulação] presta-se, pois, em termos do discurso subjetivo, a um gestual de manipulação narcisista, cujas características dominantes são a funcionalidade, a abstração formal e, antes de tudo, um campo projetivo ilimitado por parte do sujeito que os manipula (p. 117).

Assim compreendemos a regressão a que os indivíduos correm o risco de serem submetidos – a partir de relações mediadas por simulacros de simulação – e remetidos a fases primitivas do funcionamento psíquico, momentos em que o indivíduo procura no outro um amparo, abrindo-se a um jogo simbólico, mas não encontra amparo diante da fragmentação da realidade objetiva.

Seguindo o pensamento de Freud (1920/1996) naquilo que concerne à compulsão à repetição inerente ao *fort-da*, chegamos a uma característica do funcionamento psíquico que indica uma intencionalidade conservadora, conservadora de um equilíbrio, de ausência de tensão ou, pelo menos, uma tentativa de escapar dela. Repetir, como na brincadeira do *fort-da*, teria um sentido de elaboração de uma falta, frustradora, que implicaria uma impossibilidade de satisfação e, portanto, sentida como desprazer. Procurando evitar o desprazer e assim conservar um determinado estado de coisas anterior, num momento em que o prazer ainda predominava, analogamente ao princípio de inércia apresentado no *Projeto* (1895/1996), Freud (1920/1996) chega ao conceito de pulsão de morte. Num retorno ao inorgânico, o indivíduo atingiria a máxima ausência de tensão. Isso leva Freud (1920/1996) a afirmar que a razão de tudo aquilo que está vivo é a morte, o retorno ao inorgânico. Dessa forma, o jogo repetitivo do *fort-da* indica, em última análise, uma luta contra aquilo que seria a razão daquilo por que se nasceu, ou seja, morrer. A angústia diante da finitude da existência também encontra amparo nesse jogo intersubjetivo com outro; ele permitiria uma elaboração da angústia de morte, o que parece não encontrar satisfação nas relações com os simulacros de simulação; nesse sentido, seria importante pensar os destinos possíveis da pulsão de morte.

Para pensar esse destino pulsional, será necessário recorrer às discussões que Freud apresenta em *Mal Estar na Civilização* (1929/1996). Nesse texto, Freud (1929/1996) relaciona o que considera as três fontes de sofrimento humano: a insignificância dos seres humanos diante das forças da natureza; a finitude do corpo e a relação entre os indivíduos. Embora focalize sua atenção na terceira matriz de sofrimento humano, retoma a discussão

sobre a finitude existencial e a desenvolve oferecendo possíveis esclarecimentos para a nossa questão, além de indicar o desenvolvimento da ciência como tentativa de controlar a natureza. Uma das formas que Freud (1929/1996) aponta como forma de aplacar tais fontes de sofrimento seria uma recriação do mundo em que os aspectos insuportáveis fossem substituídos por outros mais adequados a nossos desejos, mas, completa Freud (1929/1996): “[...] quem quer que, numa atitude de desafio desesperado, se lance por este caminho em busca da felicidade, geralmente não chega a nada” (p. 89). O risco iminente aqui estaria ligado à esquizofrenia, uma vez que, diante da força da realidade, quem se lança nesse caminho: “Torna-se um louco” (p. 89), no dizer de Freud (1929/1996), e continua: “[...] alguém que, a maioria das vezes, não encontra ninguém para ajudá-lo a tornar real o seu delírio” (p. 89). Ele chama, porém, a atenção para situações em que um grande número de pessoas recorre a tal remodelamento delirante da realidade:

Concede-se especial importância ao caso em que a tentativa de obter uma certeza de felicidade e uma proteção contra o sofrimento através de um remodelamento delirante da realidade, é efetuada em comum por considerável número de pessoas. As religiões da humanidade devem ser classificadas entre os delírios de massa desse tipo. É desnecessário dizer que todo aquele que partilha um delírio jamais o reconhece como tal (p. 89).

Temos aí dois destinos possíveis à procura pela satisfação: uma recriação delirante da realidade, o que aproxima o indivíduo de uma clivagem em relação à realidade ou então num delírio coletivo ilustrado por Freud (1929/1996) pela religião. Em relação à fragmentação do eu diante de uma realidade que não oferece amparo, já a discutimos logo acima.

Outro ponto, contudo, carece ainda de discussão. Nas religiões, principalmente aquelas ligadas ao cristianismo, predominantes na cultura ocidental, a figura do homem criado à imagem e semelhança de Deus indica que as características podem, inversamente, denotar as características de Deus. Nesse sentido, a figura de Deus contaria com elementos de uma projeção narcísica do próprio homem.

Como, contudo, já abordamos num momento anterior²⁰, na era moderna o homem parece se voltar contra seu pretense criador, tomando a ciência e a tecnologia como formas de

²⁰ Cf. Capítulo 1, p. 18.

controlar a natureza e criar um mundo novo. O que ocorre na cultura contemporânea parece ir para além dessa substituição: analogamente à tomada do lugar do criador pela criatura, se tomamos os simulacros de simulação como criação humana, parece que pode representar o fim da hominização.

Para compreender a afirmação acima, recorreremos a Melo (1988) no que ela afirma que na teoria de Baudrillard a idéia de que:

O sonho de um objeto à semelhança do homem é uma constante nas relações históricas entre o homem e seus objetos e tem sido motivo, na evolução dessas relações, de várias fantasias antropomórficas [...]. O sujeito finalmente transfere ao objeto seu sonho mais perfeito de autonomia [...]. O que se permuta nessa projeção máxima é a própria essência do sujeito, sua condição transcendente. Assim, na projeção inversa que ocorre na interação do homem com os objetos, o próprio sujeito se instrumentaliza, tornando-se objeto ideal [...].

Vemos, nessa afirmação, uma ilustração do homem moderno que se aliena no autômato. A figura do robô, como exemplificam Melo (1988) e Harvey (2009), seria a realização absoluta do sonho pelo objeto autônomo. Ocorre que o simulacro de simulação parece elevar essa alienação a outro patamar. Talvez a ciência não tenha obtido o sucesso que Freud (1929/1996) esperava naquilo que ela permitiria suprir as faltas e as limitações humanas diante da natureza, uma superação narcisismo. A modernidade evidencia um incremento do narcisismo, sobretudo quando consideramos a figura do robô autômato à imagem e à semelhança do homem e a valorização do individualismo a partir do liberalismo. Como indicam Bock (2007) e Bauman (2001), o indivíduo seria o centro do mundo, atingindo seu auge no período contemporâneo, em que a fragmentação da realidade e as inúmeras regressões pulsionais possíveis remetem às fases iniciais do desenvolvimento.

Isso ocorre porque o simulacro de simulação abandona o homem como referente. Embora os robôs ainda representem um corpo humano, a tecnologia digital representa uma passagem da analogia moderna, robô/corpo, por exemplo, para um conjunto de impulsos elétricos traduzidos pelas linguagens computacionais, desprendendo-se do objeto original, podendo transformar-se em qualquer outra coisa. A tecnologia da informação e sua aplicação na comunicação e recriação da realidade avançam para terrenos próprios do homem: o pensamento, a imaginação e a comunicação. A automação, cada vez mais, dispensa a ação do homem, como se a criatura substituísse completamente o criador. A linguagem, como

instrumento próprio do humano, deveria permitir superar o concreto e a inserção no campo simbólico, mas uma reconfiguração da realidade implica transformações na linguagem. Apontamos anteriormente²¹ que o simulacro de simulação vale-se da reconfiguração dos códigos de linguagem para operar. Procuraremos, portanto, compreender as relações entre a linguagem e as imagens, bem como seu modo de apresentação/constituição atual.

3.2 Relações entre linguagem/imagens-síntese e a constituição do eu

Parente (1993) afirma: “É a linguagem que faz da imagem um objeto e do sujeito um olho [...]” (p. 29). E continua dizendo que havíamos feito da imagem nossa morada, similarmente a Freud (1923) quando este fala que o eu, em princípio, é uma imagem da superfície corporal, ou seja, aquilo que nos distingue dos demais objetos, que era familiar a nós e nos servia a partir da linguagem. Destaca-se aqui o papel mediador da linguagem – entre o sujeito e objeto – instrumento de representação subjetiva. A imagem como representação sustentada pela linguagem falseava a aparência sensível dos objetos. Permitia uma falta, uma incompletude, cujo espaço aberto por esta mesma falta permitia um lugar para o imaginário ou capacidade imaginativa, como afirma Flusser (2002), ou seja, a capacidade de distanciamento da concretude dos objetos a partir de abstrações. Diferentemente de Lacan (1998), para quem a ordem do imaginário (ordem no sentido daquilo que organiza o sujeito) remeteria a uma faculdade individual ligada ao período de indiferenciação entre mãe/bebe. Segundo Lacan (1998), a criança atravessa o estágio do espelho, momento em que o infante vê refletida sua imagem, mais especificamente a imagem do próprio corpo, nos olhos da mãe, que, metaforicamente, representariam o desejo da mãe (do Outro) sobre seu bebê. Assim, a criança, a partir de sua imagem refletida, encontra condições para a constituição do eu. Este último, em princípio uma imagem refletida, portanto, ilusória, necessita passar para uma segunda ordem, a ordem simbólica, aquela que progressivamente incorpora os objetos da realidade, dessa vez, algo intersubjetivo para além do individual. Dessa forma, a capacidade imaginativa definida por Flusser (2002) está próxima daquilo que Lacan (1998) propõe como sendo pertinente à ordem do simbólico, mas ambos, Flusser (2002) e Lacan (1998), ressaltam

²¹ Cf. p. 15

a importância do desprendimento do indivíduo da concretude da realidade para que assim seja organizada a alteridade entre sujeito e objeto a partir dessas ideias.

Atualmente há, no entanto, uma inversão, diz Parente (1993): “Hoje, com a industrialização da imagem, a imagem pensa em nosso lugar [...] doravante ela faz em nós sua morada, uma morada onde o hóspede, há muito tempo, passou a ser um convidado indesejável” (p. 29). A tecnologia informacional toma o lugar do sujeito que ainda era “suporte de pensamento” -- a imagem pensa fora de nós, conclui Parente (1993).

As possibilidades de criação de imagens a partir da tecnologia disponível atualmente permitem a criação de imagens-síntese ou tecnoimagens (PARENTE, 1993; QUÉAU, 1993; VIRILIO, 1993; FLUSSER, 2002). Nas palavras de Quéau (1993):

Estas imagens, ao contrário entretanto das imagens fotográficas ou videográficas – que nasceram da interação da luz real com as superfícies fotossensíveis – não são inicialmente imagens e sim linguagem. Encarnam-se abstratamente, poderíamos dizer, em modelos matemáticos e em programas informáticos. Apenas em um segundo momento, e de modo sempre incompleto, elas podem apresentar-se também sob a forma de “imagens”. Entretanto, estas “imagens” tornadas visíveis não esgotam imediatamente a substância dos modelos formais que as engendram” (p. 91-2).

As imagens-síntese são imagens que não são produzidas a partir da relação imediata, primeiro momento, entre sujeito e objeto. Elas se tornam sensíveis num segundo momento, posterior às compressões numéricas disponíveis nos modelos e programas. Nesse sentido, elas são pensadas fora do sujeito. Essas imagens-síntese são tomadas por Quéau (1996) como um exemplo de simulação engendrada por um simulacro. A isso se remetia Baudrillard (1996) ao dizer que o indivíduo é pensado pelo simulacro. O que está incompleto nesse caso, não é a falta tipicamente imaginária, mas o modelo que engendra tal imagem é que está ausente. Um código outro, ligado ao aparato tecnológico, ao qual o sujeito não tem acesso e nem condições de decodificar. Daí sucede a concepção de “crime perfeito” de Baudrillard (2004), a elisão da realidade sem deixar rastros. Assim se dá a operação do simulacro de simulação.

Assim, concordamos com Levy (2002) e Baudrillard (1996) quanto ao fato de que as relações mediadas por esses simulacros de simulação acarretam uma imobilidade do pensamento e uma saturação perceptiva. O sujeito, quando reage, o faz a partir do simulacro, tomando como referência os dados disponíveis no simulacro. Dessa forma, a recriação da

realidade a partir dos simulacros de simulação, a exemplo das imagens-síntese, pode favorecer a atuação (*acting out*) -- uma reação impensada por parte do sujeito ou, então, pensada de fora a partir do simulacro. Elas se opõem tanto à ordem do simbólico (LACAN, 1998) quanto à capacidade imaginativa (FLUSSER, 2002).

Nos *Estudos sobre Histeria* (FREUD, 1895/1996), o sintoma conversivo da histérica, que representava no corpo uma alternativa de expressão da representação recalcada, indica um funcionamento primitivo do aparelho em situações em que a descarga afetiva não consegue encontrar uma forma “adequada”, diz Freud, de descarga. Talvez o incremento dos sintomas corporais na atualidade, como notaram Birman (2006) e Costa (2005), encontrem respaldo. O esvaziamento da realidade a que estão submetidas as relações entre os indivíduos e cultura, num mundo em que as mediações por simulacros de simulação estão privilegiadas, não ofereçam possibilidades de descarga afetiva. O corpo passaria a ser uma alternativa, ainda que primitiva, de tentativas de satisfação. Os destinos pulsionais seriam reorientados para o corpo e retirados da realidade.

Além disso, retomando Quéau (1993), essas imagens que aparecem em um segundo momento seriam essencialmente linguagem e, assim, elas ganham a propriedade de produzir sentido. Marcondes Filho (2006) procura apoio nas ideias de Flusser para compreender as possibilidades das tecnoimagens. Segundo ele, o código técnico que suporta as imagens poderá, no futuro, se tornar línguas escritas sem a necessidade de um texto que as informe:

São imagens mediadas por textos mas não transmitem textos; são línguas escritas mas não como línguas faladas, transcritas alfabeticamente, mas como línguas que significam por meio de imagens todos os textos escritos possíveis, são línguas, cujo código não é a escrita mas seu *significado* [...]. O que transforma uma imagem em tecnoimagem não é o fato de ter sido produzida tecnicamente [...] o que as torna diferentes é que elas não são cenas mas *significam conceitos*²² (p. 438).

As imagens técnicas são capazes de transmitir conceitos ou, mais precisamente, a imagem de um conceito. Isso é o que Flusser chama de modelo, de acordo com Filho (2006). Para ele, por exemplo, um programa de televisão não é apenas a cena de um tema, mas um modelo, a “imagem do conceito de uma cena” (p. 442). Nesse sentido, essas imagens são capazes de reproduzir um conjunto de valores, crenças, formas de agir, etc. Algo que existe na

²² Grifos contidos no original.

realidade objetiva existe na forma de modelo engendrado pelas tecnoimagens. Essa constatação leva Flusser a pensar num esvaziamento interior: “[...] nenhum núcleo sólido, nenhuma identidade, nenhum ego, espírito ou alma” (p. 449). Assim também comenta Filho (2006) acerca do ser humano na atualidade. A estruturação do sujeito mostra algo de provisório, de efêmero e de fragmentado, como apresentamos no item anterior.

Interessantemente, tanto Flusser (2002) como Quéau (1993) entendem que estamos diante de uma reconfiguração de linguagem quando tratamos das tecnoimagens e das imagens-síntese. A partir disso, ambos os autores defendem que uma *alfabetização* se faz necessária aos indivíduos. Marcondes Filho (2006) considera a proposta de Flusser uma utopia, no entanto as preocupações de Quéau (1993) merecem destaque:

É urgente e necessário que se desenvolva uma consciência desses problemas, que se melhore a formação do público, que se estabeleça o mais rapidamente possível os meios de uma nova forma de *alfabetização*. A imagem, tornada meio de escrita ubíqua, não deve nunca mais ser vista como natural, distraidamente vista, mas deve ser a partir de agora atenciosamente lida, analisada, comparada ao seu contexto, como aprendemos a fazê-lo no campo da informação escrita (p. 96).

Quéau (1993) destaca aqui a intencionalidade da produção dessas imagens como algo que não pode ficar de lado. A concepção de homem histórico constituído numa narrativa mais ou menos linear, mas que se reconhece e se constitui nessa história, parece ser um homem do passado. A escrita e a linguagem parecem funcionar de forma diferente. Evidentemente ainda estamos vivendo um mundo em que a escrita textual, em sua forma tradicional, ainda é distante da maioria da população brasileira. Por necessário pensar que uma alfabetização na linguagem tradicional a discussão desse trabalho possa parecer distante. Mas as problemáticas diante da capacidade de apreensão da realidade têm se colocado de forma cada vez mais urgente. A linguagem, as representações de que falava Freud no início do século XX e sua importância na constituição do psiquismo parecem funcionar em outro patamar. Estamos falando da constituição de um novo sujeito, cujas características ainda não são claras, mas a análise das relações entre o ser humano e a cultura permeada por simulacros de simulação nos permite ao menos vislumbrar suas vicissitudes.

3.3 Sobre o Inconsciente – implicações para seu funcionamento na cultura contemporânea

Procuraremos discutir nesse tópico as implicações subjetivas a que estão submetidos os indivíduos no mundo contemporâneo no tocante aos processos psíquicos também ligados ao “eu” mas cujas características remetem à concepção radical de inconsciente freudiana, isto é, aquela ligada ao conteúdo reprimido e cujo acesso à consciência somente se dá a partir de trabalhos específicos como os sonhos ou a análise (FREUD 1923/1996). A relevância dessa discussão reside na importância da linguagem atribuída por Freud: ligada tanto à constituição do reprimido como aos trabalhos que permitem o acesso a ele.

Desde na carta de número 52 a Fliess de 1896 (FREUD, 1896/1996) há preocupações com tais formações psíquicas. Procurando a etiologia da histeria Freud (1893/1996) afirma que ela estaria ligada à registros de memória de cunho sexual em fases infantis do desenvolvimento que parecem se desdobrar em outros tempos, reorganizando-se e inclusive sobrepondo-se. A ideia de registro, inscrição aparece aqui. Na carta a Fliess, Freud (1896/1996) afirma que tal reorganização seria uma forma de manter controlados os registros mnêmicos que provocaram desprazer quando eram atuais. Podemos que dizer que esta reorganização seria uma reorganização das inscrições, reorganização linguística.

Isso nos remete a um mecanismo de proteção da consciência do desprazer provocado pela vivência anterior. Ou seja, a noção contida na carta a cima citada remete ao conceito de recalque originário (primário): supressão de conteúdos cuja excitação, a carga energética é intensa e precisa de que parte dela seja reprimida. Freud condiciona à esse mecanismo o surgimento do Inconsciente (FREUD, 1900/1996).

Constitui-se então a primeira tópica do aparelho psíquico, apresentada principalmente no sétimo capítulo da Interpretação dos sonhos (FREUD, 1900/1996), onde apresenta um sentido descritivo, inclusive passível de representação gráfica. Mas em 1915, nos artigos de metapsicologia, mais precisamente na justificativa inicial do texto intitulado “O Inconsciente” Freud apresenta uma síntese de sua concepção do aparelho psíquico construída até então para depois modificá-la radicalmente. Temos a síntese abaixo:

[...] um ato psíquico passa por duas fases quanto a seu estado, entre as quais se interpõe um espécie de teste (censura). Na primeira fase, o ato psíquico é inconsciente e pertence ao sistema Ics; se, no teste, for rejeitado pela censura, não terá permissão de passar à segunda fase; diz-se então que foi reprimido, devendo

permanecer inconsciente. Se este porém, passar no teste, entrará na segunda fase, subsequentemente, pertencerá ao segundo sistema, que chamaremos de sistema Cs. Mas o fato de pertencer a esse sistema ainda não determina de modo inequívoco sua relação com a consciência. Ainda não é consciente, embora, certamente, seja capaz de se tornar consciente (para usar a expressão de Breuer) – isto é, pode agora, sob certas condições, tornar-se um objeto da consciência sem qualquer resistência especial. Em vista dessa capacidade de se tornar consciente, também denominaremos o sistema Cs de ‘pré-consciente’ (FREUD, 1915/1996, p. 177-8).

Um recalque originário como condição, portanto, para o surgimento do Inconsciente. Num certo sentido, o Inconsciente assim entendido coincide com o recalado.

Mas voltemos então à Interpretação dos sonhos (1900) quando Freud nota que, assim como os sintomas, os sonhos parecem dizer algo sobre o inconsciente, possuem sentido. Freud então questiona, mais uma vez, a compreensão científica da época, que ligava o conteúdo dos sonhos a causas exclusivamente corporais e afirma que seria possível interpretar o conteúdo dos sonhos (FREUD, 1900/1996), a linguagem e seu simbolismo ganham importância novamente.

A noção de interpretação sugere que algo deve ser traduzido, decodificado. Ou seja, é a partir dos relatos dos sonhos feitos por seus pacientes que Freud nota o que vai chamar de elaboração onírica: os conteúdos inconscientes sofrem deslocamentos e condensações. Isto é, os conteúdos inconscientes não vêm à consciência de forma literal. Eles sofrem transformações para que possam escapar à censura. Tal elaboração se dá de forma tão marcante que nem mesmo o sonhador, ao relatar seu sonho, é capaz de identificar a idéia original, o que será possível mediante análise (FREUD, 1900/1996). Aqui fica evidente o papel da linguagem como mediadora entre o mundo dos objetos e mundo psíquico. Além disso, a partir desse ponto destacamos duas ideias decorrentes do que foi discutido acima: 1) o determinismo inconsciente – o inconsciente é eficiente a revelia do indivíduo; 2) A forma como os dados da percepção dos sujeito estão registradas no inconsciente não correspondem, necessariamente, à realidade objetiva/concreta – ou seja, há uma realidade psíquica (FREUD, 1900/1996). E, além disso, funciona contando com temporalidade própria, lógica própria, como aparece na vida onírica dos indivíduos, quando a censura (recalque) está frouxa (FREUD, 1900/1996). Em 1915, Freud define:

Resumindo: a *isenção de contradição mútua, o processo primário, a intemporalidade e a substituição da realidade externa pela psíquica*²³ – tais são as características que podemos esperar encontrar nos processos pertencentes ao sistema *Ics* (p. 192).

Essas características indicam o modo de funcionamento do Inconsciente. Isto é, diz respeito a um modo de funcionamento do indivíduo. O que chama a atenção é que ao pensarmos no funcionamento da cultura do simulacro de simulação muitas de suas características parecem semelhantes ao funcionamento do Inconsciente.

Ora, as imagens-síntese como modelos auto-referentes e reificados também se apresentam como isentas de contradições. Produzem e reproduzem realidade como pronta e acabada, sem falta. A linguagem que a engendra não parece ser a mesma que caracteriza a realidade em que a falta e as contradições lhe são inerentes. Sem exagero, as imagens-síntese podem recriar uma imagem sem a necessidade de referenciais da realidade – como uma fotografia do nada mas que contém elementos de linguagem capazes de se fazer sentir, e de lhe ser atribuído sentido.

Tal como o processo primário caracteriza o funcionamento infantil do indivíduo, em que a busca pelo prazer a qualquer custo leva a criança a alucinar o objeto capaz de oferecer satisfação, por exemplo, as imagens-síntese permitem a criação “real” de qualquer objeto no mundo.

Essa reconfiguração da linguagem, sobretudo aquelas ligadas aos aparatos tecnológicos, são capazes de processar quantidades de informações em períodos diferentes das formas de processamento dos seres humanos. As coordenadas espaço-temporais também são reconfiguradas de forma que a temporalidade ligada a essa realidade do simulacro de simulação não segue a mesma temporalidade da consciência ou da lógica racional dos indivíduos. Aproxima-se mais da intemporalidade do Inconsciente como aponta Freud (1915). Todas as satisfações são possíveis e imediatamente, analogamente ao mundo dos sonhos.

Freud pôde afirmar na *Interpretação dos sonhos* (1900) que os sonhos são formas de descarregar o acúmulo de excitação, sentida como desprazer ao passo que sua descarga é

²³ Grifos contidos no original.

sentida como prazer: este é o conceito de desejo presente na Interpretação dos sonhos –assim, os sonhos são realizações alucinatórias de desejos.

O conceito de desejo, por sua vez, também sofre alterações. Em *Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905) Freud introduz o conceito de pulsão. Sinteticamente, pulsão nesse texto seria algo que se localiza entre o corpo (soma) e o psíquico. Funcionaria como uma espécie de motor levando o sujeito a busca por objetos que podem provocar a satisfação do desejo que nesse caso seria a eliminação do desprazer que é sentida como prazerosa. Constrói a ideia de sexualidade infantil afirmando que na tenra infância os indivíduos tomam partes do corpo ou das as mucosas como zonas erógenas, ou seja, zonas que são capazes de produzir prazer e esse prazer é sentido como sexual (FREUD, 1905/1996).

O que foi dito acima é necessário para compreender dois argumentos que se seguem Primeiro, entender o que Freud diz logo na introdução do texto metapsicológico de 1915, *O Inconsciente*. Ele afirma que o processo de repressão (recalque) não põe fim à ideia que representa a pulsão, mas em evitar que ela venha à consciência (FREUD, 1991/1915). Além disso, abandona a concepção de que o inconsciente é instituído pelo recalque e que, em certa medida coincide com ele:

Tudo o que é reprimido deve permanecer inconsciente; mas, logo de início, declararemos que o reprimido não abrange tudo que é inconsciente. O alcance do inconsciente é mais amplo: o reprimido não é apenas uma parte do inconsciente (FREUD, 1915/1996, p. 171).

Nesse texto Freud afirma ainda que as pulsões como tais não podem vir à consciência. O que vêm à consciência são representações da pulsão baseadas nos registros mnêmicos (FREUD, 1915/1996). Este movimento se dá a partir de um investimento pulsional – concepção econômica do funcionamento psíquico. Vale dizer que até esse momento a dualidade pulsional (pulsão de vida e pulsão de morte) ainda não está madura.

Freud incrementa a concepção de pulsão de morte no texto *Além do princípio do prazer* de 1920. Em linhas gerais, o objetivo máximo dessa pulsão seria manter um estado de plena ausência de excitação, portanto, ausência de desprazer (princípio de constância). Máxima esta representada pela morte, ou seja, na morte a pulsão se encontraria satisfeita – ausência de excitações. Posteriormente, em 1929, em *Mal estar na civilização*, Freud

relaciona a pulsão de morte ao superego, tendo nessa instância do aparelho psíquico seu representante.

O funcionamento da dualidade pulsional, no entanto, não se dá de forma dicotômica, ao contrário, há um constante conflito entre elas que perpassa as três instâncias do aparelho psíquico. Freud fala que as pulsões funcionariam em estado de mescla (FREUD, 1920/1996).

O aparelho psíquico representado por instâncias parece não ser suficiente para dar conta da dinâmica de seus processos. Em 1923, Freud apresenta sua segunda tópica no texto *O ego e o id*. Nele, Freud afirma ser o Id o representante psíquico das pulsões, portanto, inacessível à consciência. O ego seria um desdobramento do id que se manteria em parte consciente e em parte inconsciente. O superego, por sua vez, também inconsciente, teria como uma de suas características mais evidentes ser um representante psíquico da censura, da moral social (NASIO, 1995). O inconsciente agora deixa de ser um substantivo designando um lugar e passa a qualificar o id, o ego e o superego (ROUDINESCO, 1998).

Em segundo lugar, o que foi dito acima nos auxilia compreender a noção de fantasia como propõe Melanie Klein. Segundo ela, a relação com os objetos externos são mediadas pelas fantasias inconscientes. A concepção de fantasia em Melanie Klein (1996), no entanto, não coincide com a concepção do senso comum de que a fantasia seria o oposto da realidade, como propõe Isaacs (1986). As fantasias inconscientes seriam o conteúdo primário dos processos mentais, representações psíquicas das pulsões de vida e de morte, o que caracteriza tais processos. Os impulsos primitivos incompatíveis com a consciência são representados pelas fantasias. Assim, as fantasias compõem o mundo interno sendo apenas parcialmente relacionadas ao mundo externo. Os processos de projeção e introjeção estabelecem uma interação entre fatores externos e internos e devem ser considerados processos inconscientes. Além disso, Isaacs (1986) apresenta as fantasias como tendo origem em períodos pré-verbais. Elas seriam, em princípio uma percepção primária dos impulsos libidinais e destrutivos. Exemplo disso são os sintomas conversivos das histéricas que regredindo a um período pré-verbal expressavam suas fantasias arcaicas no corpo.

Mais uma vez destacamos o modo de funcionamento da realidade sustentada por simulacros de simulação como favorecendo uma confusão, ou pelo menos, dificultando a distinção entre a realidade psíquica e realidade objetiva. Ou seja, o simulacro de simulação ordenado similarmente aos processos primários de funcionamento psíquico dificultando o

desenvolvimento dos processos secundários em que a ordem simbólica passa a organizar a realidade objetiva.

Além disso, quando indicamos a conversão histérica como uma regressão a um período pré-verbal, destacamos esse ponto de regressão à um período pré simbólico. Esper & Nader (2004) discutindo a noção de corpo na sociedade contemporânea afirmam que o corpo recebe o excesso de energia psíquica que não pode ser simbolizada fazendo somatizações indicando a pobreza de palavras a que está submetido o psiquismo. Nas palavras das autoras:

Observa-se uma ressacralização do corpo que é venerado por verdadeiros cultos, com mandamentos a serem seguidos, não havendo mais a contradição entre o sagrado e o profano. Essas questões permeiam um universo comandado por imagens e signos, ideologicamente veiculados pela mídia e que, segundo o filósofo francês Debord (1980), comanda a “Sociedade do Espetáculo”. Nesse sentido, o sujeito desejante é capturado imagetivamente pela ideologia vigente de corpos perfeitos, jovens e saudáveis [...] O sentido da estética, buscando a sedução, a criação do desejo, é apontada por Baudrillard (1995), como uma mudança paradigmática da atualidade, estando o consumo no lugar de organizador da vida cotidiana [...] O consumo é regido como que pelo pensamento mágico, faz uma ponte entre possuir algo valorizado socialmente e sentir-se subjetivamente enriquecido, assim, a opulência e a onipotência estão diretamente ligadas à acumulação de signos de felicidade – exteriores e alienados da subjetividade (ESPER & NADER, 2004, p. 3)

A citação dessas autores sintetizam as conclusões desse item. A cultura do simulacro de simulação impõe ao mundo dos objetos uma lógica semelhante aos processos inconscientes do indivíduo. O que incrementa o funcionamento de processos primitivos pautados na fantasia, em períodos pré-verbais, em que dominam o pensamento mágico a onipotência. O esvaziamento da realidade como destino de satisfação pulsional favorecendo a expressão somática dos desejos.

CONCLUSÕES

Neste tópico procuremos apresentar algumas possibilidades de sentido, mais do que conclusões prontas e acabadas como verdades absolutas. Isto pois, um dos pontos que nos chamou mais a atenção durante o desenvolvimento desse trabalho foi a abrangência e a complexidade envolvida no tema da compreensão da condição contemporânea em que vêm se constituindo o eu na cultura do simulacro de simulação. Assim, não temos a pretensão de esgotar o tema nessas conclusões, mas sim, discutir possíveis formas de compreender tais fenômenos.

A reconfiguração da linguagem inerente à produção de simulacros de simulação talvez seja o ponto central das primeiras argumentações. Notamos que há na cultura do simulacro de simulação a operação da linguagem não mais como domínio que caracteriza o humano mas também como instrumento autônomo ligada aos objetos que hoje são capazes de produzir sentido e realidade de forma autônoma a exemplo das imagens-síntese ou tecnoimagens.

Temos aqui uma dupla operação. Inicialmente, a produção de objetos que compõem o mundo externo, cujo estatuto de realidade não oferece amparo aos indivíduos. O resultado dessa operação identificamos como um esvaziamento subjetivo. Como afirma Baudrillard (1995), os objetos são plenos em significação mas pobres em sentido. Uma vez esvaziados de sentido, os indivíduos se abrem ao consumo, procurando sentido nos objetos como comenta Baudrillard (1995) acerca da sociedade de consumo e das relações dos indivíduos com os objetos-signo. Ou seja, a partir desse modo de funcionamento os objetos adquirem a capacidade de produzir sentido, produzir discurso sobre a realidade. Mas, simultaneamente, esse mesmo sentido produzido carrega consigo o mesmo esvaziamento uma vez que é inacessível aos indivíduos operar da mesma forma que os objetos. Baudrillard (2004) fala na ocultação daquilo que provocou a “desrealização”. Ora, aquilo que poderia permitir ao indivíduo resgatar o registro de sua experiência ontológica está inacessível. Metaforicamente, funciona como se o fio do novelo que pudesse desvendar o nó tivesse perdido, ou para além disso, como se nunca houvesse existido.

A propriedade que as tecnoimagens, como exemplos de simulacros de simulação, possuem de criação de modelos no sentido atribuído por Flusser (2002) e também como

ressalta Marcondes Filho (2006), ou seja, modelos de comportamento, de identidades, de cultura, são constituídos a partir de modelos sem origem (BAUDRILLARD, 1995). Daí seu papel na mídia, na propaganda, como discurso legitimador.

Quando apresentamos o conceito de Ideal-de-Eu de acordo com Freud (1914;1923/1996) vimos que tal estrutura tem sua origem na identificação com a figura paterna e que esta identificação orientará as escolhas objetais posteriores. Superando um narcisismo primário em que as satisfações tinham como destino o próprio eu, inclusive pela indiferenciação entre eu e o mundo, desdobra-se para um narcisismo secundário que contempla a realidade externa como forma de satisfação ainda que orientada pelas experiências anteriores. Ou seja, o que está em jogo é uma identificação com um modelo identificatório representado na figura dos pais. Tornar-se idêntico a um objeto desejado implica na internalização também do discurso que define o objeto como tal. O objeto constituído a partir de um modelo sem origem implica no risco de uma internalização do caráter fragmentário que constituiu tal objeto ou pelo menos sustenta o modelo fragmentário de realidade. A fragilização da estrutura euóica pauperizada de recursos e lidando com objetos fragmentados incrementam dificuldades em encontrar satisfação pulsional na realidade, no mundo externo, como propõe Freud (1914/1996) sobre o narcisismo secundário.

Por isso, talvez, o corpo como expressão de desejos e de sintomas, como afirmam Birman (2006) e Costa (2005), venha sendo tomado como forma privilegiada. Assim estaria caracterizada uma regressão pulsional ao narcisismo primário, o corpo é tomado como alternativa, análogamente às históricas de Freud (1895b/1996). Mas são diferentes delas, no sentido de que os sintomas atuais não representam uma tradução dos sintomas no corpo (FREUD, 1893), como uma metáfora. Estão para além disso, estão ligados à operações que evidenciam uma mudez de representações (COSTA, 2005), incompreensíveis à escuta do analista, ou são expressos a partir de uma linguagem ainda incompreensível.

Freud (1929/1996) identificou o mal estar da modernidade como uma contradição entre a pulsão e a civilização; pensar o mal estar contemporâneo parece levar a uma dificuldade em compreender a delimitação entre sujeito (da pulsão) e cultura (civilização) uma vez que aquilo que serve como mediação é o simulacro de simulação de forma cada vez mais predominante. Caminhamos numa tendência de desrealização em que os limites que oferecem alteridade, entre eu e o outro, são postos como fragmentários.

Enquanto Freud concebe o inconsciente a partir do recalque, a “divisão da consciência” observada na histeria (FREUD, 1893), Lacan parte do pressuposto, oriundo da linguística, de que “o inconsciente é estruturado como uma linguagem” (LACAN, 1998, p. 25). Afirma ele que na época em que Freud faz suas primeiras proposições acerca do inconsciente não havia recursos para compreendê-lo de outra forma. Segundo Lacan, o inconsciente freudiano se dá a partir de um tropeço, de uma rachadura que se abre inaugurando uma falta. Aquilo que o causa abre espaço para algo que é indefinido (LACAN, 1998). Nas palavras do próprio autor: “O inconsciente, primeiro, se manifesta para nós como algo que fica em espera na área, eu diria algo de *não nascido*. Que o recalque derrame ali alguma coisa [...]” (LACAN, 1998, p. 28). A partir disso, é possível compreender o que ele chama de hiância, ou seja, o lugar da falta. Aquilo que se impõe pelo recalque, que em termos freudianos seria “representante da representação” (representação de coisa, como o tomado aqui), para Lacan configura o conceito de significante – termo oriundo de Saussure para designar uma representação psíquica, uma imagem acústica (ROUDINESCO, 1998).

O inconsciente seria estruturado por algo mais primitivo que o recalque, há aqui uma possível referência ao filogenético, algo pré-subjetivo que opera uma obliteração, uma supressão (LACAN, 1998). Localiza o significante fundador no Outro, aquele da cultura, pré-existente. Vale dizer que esse registro não possui atributos de irreal ou de desreal, Lacan (1998) afirma que é algo da ordem do não-realizado. O autor então apresenta o conceito de hiância: o espaço para a *realização*, a falta portanto assemelha-se ao desejo, pelo menos abre espaço para ele (LACAN, 1998).

O lugar privilegiado do significante, portanto, seria o inconsciente. Representados por uma cadeia deslizando sempre a procura de algo que se complete:

Uma outra estrutura aparece em Lacan que inaugura o sujeito do inconsciente. A partir das proposições de Levi-Strauss, em *Estruturas elementares de parentesco*, Lacan repensa o Édipo “não mais na perspectiva evolucionista da passagem do matriarcado para o patriarcado, ou horda selvagem para a sociedade (à maneira de Totem e Tabu).

Essa inversão de perspectiva (passagem do matriarcado para o parentesco) foi atestada por Lacan quando ele denominou de “função simbólica” o princípio inconsciente único [...] assim, o inconsciente freudiano foi repensado como lugar de mediação comparável à do significante no registro da língua (ROUDINESCO, 1998, p. 714).

A função simbólica insere o sujeito no mundo da linguagem. O objetivo da análise seria fazer deslizar a cadeia de significantes a partir das significações (linguagem) produzidas pelo sujeito.

Nesse sentido, arriscamos um neologismo. O que está em jogo na constituição do eu na cultura do simulacro de simulação parece ser o “*insignificante*”. O prefixo “*in*” no sentido da inversão/negação do papel do significante no mundo contemporâneo. O “representante do representado”, aquilo que se impõe pelo recalque representante do Outro ligado a cultura que deveria abrir um espaço, uma falta, para o deslizamento da cadeia, ilude quanto ao espaço, emperra a cadeia. Dificulta, senão obstrui, a função simbólica como comentamos anteriormente. Mas ao mesmo tempo ocupa seu lugar, exerce sua funcionalidade.

Diferentemente da operação da ideologia no sentido proposto por Adorno & Horkheimer (1985) e retomado por Cohn (1986). Ainda que estes autores entendam que a ideologia funciona e se reproduz inconscientemente, se inscreve na cadeia de desejos como se estivesse sempre lá, naturalmente, obliterando a ação política e a alteridade do indivíduo, acreditam também que seja possível identificar as contradições inerentes a sua produção e desvendar seu caráter disruptivo. No caso da inscrição do *insignificante*, ela não permite espaço para a falta, para o questionamento, substitui o dado representado como simulacro perfeito. O indivíduo não é capaz de discernir quanto a sua realidade/irrealidade. Assim, se colocaria como aponta Flusser citado por Macondes Filho (2006), nenhuma identidade, nenhum eu, apenas bolhas provisórias, bons condutores de informação, mas logo depois submergem outra vez.

Quando Flusser (2002) e Quéau (1993) afirmam que as imagens técnicas, as imagens-síntese, mais que visíveis são imagens legíveis, apresentam-se como linguagem, mas uma linguagem diferente que opera sob outro código, nesse sentido, diferentemente da linguagem alfabética escrita tradicional, a comunicação dos conceitos se dá em outro tempo, outro espaço, outra forma. A compressão espaço-tempo que Harvey (2009) considera uma das estratégias de manutenção do sistema de produção capitalista como condição pós-moderna, encontra sua expressão na linguagem. Como aponta Galli (2009), a linguagem da internet tendendo a uma linguagem monossêmica, típica das áreas técnicas, tem se tornado a linguagem da globalização. Mas não somente no sentido de superação de barreiras de idioma ou geográficas, uma padronização da linguagem, mas também globalização como estratégia do sistema de produção contemporâneo. Tanto que, ambos os autores, defendem uma

“alfabetização” dos indivíduos como forma de permitir a todos acesso às novas formas de comunicação. O risco que se pretende evitar contempla a possibilidade de comunicação de mundos diferentes entre indivíduos que se comunicam de formas diferentes a partir de representações diferentes de mundo mediadas por diferentes linguagens, uma Babel pós-moderna?

Sem dúvida podemos pensar em simulacros potencializados com propõe Levy (1996). Segundo o autor há, dentre as transformações provocadas pelo desenvolvimento da tecnologia ligada à comunicação e produção de realidades virtuais, possibilidades de pensar produções criativas, que auxiliam a resolução de problemas e dilemas que até então o ser humano não sabia resolver. Exemplos disso seriam exames de ressonância magnética, diagnósticos médicos que podem contar com imagens técnicas, processamento de dados e cálculos somente permitidos pela capacidade de processamento dos computadores atuais, etc.

Certamente. O caráter pessimista, quase apocalíptico que se pode atribuir à alguns argumentos apresentados aqui não pretendem negar os benefícios à civilização humana. Mas da mesma forma, não podemos deixar de considerar que o aprimoramento técnico e científico vem sendo usado como mecanismos de dominação econômica, social e política pelo regime capitalista neoliberal. Ao invés de oferecer uma possibilidade de superação das mazelas impostas modo de produção na atualidade, o que encontramos parece ser um incremento na dificuldade de subverter as condições de opressão.

A pretensão desse trabalho está relacionada a uma tentativa de oferecer argumentos para novos debates diante de questões complexas que passam a fazer parte da vida cotidiana. Faz-se necessário, enfim, novas pesquisas sobre a temática. Principalmente, pesquisas e trabalhos que procurem desenvolver condições para desenvolver a autonomia e emancipação dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. & HORKHEIMER, M. (1985). *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar.
- AMARAL, M. G. (2001). *Adolescentes sem limites ou "funcionamentos-limite" diante de uma existência que exige a demissão do sujeito* (Vol. 35). Revista Brasileira de Psicanálise.
- ASSOUN, P.-L. (1995). *Metapsicologia freudiana: uma introdução*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- BAUDRILLARD, J. (1972). *Para uma crítica da economia política do signo*. São Paulo: Martins Fontes.
- BAUDRILLARD, J. (1985). *À sombra das maiorias silenciosas*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense.
- BAUDRILLARD, J. (1991). *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio d'Água.
- BAUDRILLARD, J. (1995). *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70.
- BAUDRILLARD, J. (1996). *A Troca simbólica e a morte*. São Paulo: Edições Loyola.
- BAUDRILLARD, J. (2004). *Telemorfose*. Rio de Janeiro: Mauad.
- BAUMAN, Z. (1999). *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BAUMAN, Z. (1998). *Modernidade e holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- BAUMAN, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- BAUMAN, Z. (2005). *Moraliade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- BAUMAN, Z. (2007). *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- BAUMAN, Z. (2005). *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- BIRMAN, J. (2006). *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- BIRMAN, J. (1997). *Estilo e modernidade em psicanálise*. São Paulo: Editora 34.
- BOCK, A. M., FURTADO, O., & (Orgs.), G. M. (2007). *Psicologia sócio histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez.
- CHOMSKY, N. (2004). *O cinismo global de Bush*. Em: *Le Monde Diplomatique*, Edição brasileira, maio de 2004, ano 5, nº 52. Disponível em <http://www.diplo.com.br/aberto/0405/> (acessado dia 15 de abril de 2005).
- CHOMSKY, N. (2002). *11 de setembro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- COHN, G. (1986). *Theodor Adorno*. São Paulo: Ática.
- COSTA, J. F. (2005). *O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo*. Rio de Janeiro: Garamond.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. (<http://www.terravista.pt/IlhadoMel/1540/>, Ed.)
- ESPER, E. M. B; NADER, M (2004). *O corpo contemporâneo*. Em: *Convenção Brasil Latino América, Congresso Brasileiro e Encontro Paranaense de Psicoterapias Corporais – Anais – CD-ROM (ISBN – 85-87691-12-0)*.
- FLUSSER, V. (2002). *Filosofia da caixa preta*. São Paulo: Relume Dumará.
- FOUCAULT, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- FREUD, S. (1893/1996). *Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: comunicação preliminar (Vol. II)*. Rio de Janeiro: Imago.
- FREUD, S. (1895a/1996). *Projeto para uma psicologia científica (Vol. II)*. Rio de Janeiro: Imago
- FREUD, S. (1895b/1996). *Estudos sobre Histeria (Vol. II)*. Rio de Janeiro: Imago.
- FREUD, S. (1900/1996). *A interpretação dos sonhos (I) (Vol. IV)*. Rio de Janeiro: Imago.
- FREUD, S. (1905/1996). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (Vol. VII)*. Rio de Janeiro: Imago.
- FREUD, S. (1911/2004). *Formulações sobre os dois princípios do acontecer psíquico*. Rio de Janeiro: Imago.

- FREUD, S. (1913/1996). *Totem e tabu* (Vol. XIII). Rio de Janeiro: Imago.
- FREUD, S. (1914/a2004). *A pulsão e seus destinos*. Rio de Janeiro: Imago.
- FREUD, S. (1914b/2004). *Sobre o narcisismo: uma introdução* (Vol. XIV). Rio de Janeiro: Imago.
- FREUD, S. (1915/1996). *O inconsciente*. (Vol. XIV). Rio de Janeiro: Imago.
- FREUD, S. (1917/1996). *Os caminhos da formação do sintoma (Conferência 23)* (Vol. XVI). Rio de Janeiro: Imago.
- FREUD, S. (1920/1996). *Além do princípio do prazer* (Vol. XVIII). Rio de Janeiro: Imago.
- FREUD, S. (1921/1996). *Psicologia das massas e análise do ego* (Vol. Vol XVIII). Rio de Janeiro: Imago.
- FREUD, S. (1923/1996). *O ego e o id* (Vol. XIX). Rio de Janeiro: Imago.
- FREUD, S. (1929/1996). *Mal estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago.
- GABBY JR, O. F. (2000). *Notas críticas a Projeto de uma Psicologia de Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- GALLI, F. C. (2009). *Linguagem da internet: um meio de comunicação global*. Disponível em: <http://www.ufpe.br/nehete/artigos/LINGUAGEM%20DA%20INTERNET-um%20meio.pdf>. Acessado dia 11 novembro de 2009.
- GARCIA-ROZA, L. A. (1991). *Introdução à metapsicologia freudiana* (Vol. v. 1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- GARCIA-ROZA, L. A. (2004). *Introdução à metapsicologia freudiana* (Vol. v. 2). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- GONZALEZ REY, F. (2005). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: o processo de construção da informação*. São Paulo: Thompson.
- GUBRICH-SIMITIS, I. *Livro inaugural da psicanálise: Estudos sobre a Histeria cem anos depois*. Rio de Janeiro.
- HARVEY, D. (2009). *A condição pós moderna*. São Paulo: Loyola.

- ISAACS, S. (1986) *A natureza e a função da fantasia*. In.: KLEIN, M, et al (1986) *Os progressos da psicanálise*. Rio de Janeiro: Editora. Guanabara.
- JUNQUEIRA FILHO, L. C. (2002). *A virtualidade no método psicanalítico* (Vol. 36 (2)). Revista Brasileira de Psicanálise.
- KLEIN, M. (1996). *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1921-1945)*. Rio de Janeiro: Imago.
- KONDER, L. (1993). *O que é dialética*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- LACAN, J. (1998). *Seminário 11*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- LEVY, R. (2002). *Acerca da verdade, do desejo e da virtualidade: as relações com objetos virtuais* (Vol. 36 (1)). Revista Brasileira de Psicanálise.
- LEVY, P. (1996). *O que o virtual?* São Paulo: Editora 34.
- LYOTARD, J. F. (2002). *A condição pós-moderna*. São Paulo: José Olympio.
- MARCONDES FILHO, C. M. (jun./dez. 2006). *A comunicação como uma caixa preta* (Vol. v. 12). Porto Alegre: Em Questão.
- MARTIN-BARÓ, I. (1989). *Sistema, grupo y poder*. San Salvador: UCA.
- MARX, K. &. (2002). *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MELO, H. B. (1988). *A cultura do simulacro: filosofia e modernidade em Jean Baudrillard*. São Paulo: Edições Loyola.
- MONZANI, L. R. (1989). *Freud: o movimento de um pensamento*. Campinas: Editora da Unicamp.
- MOREIRA, J. D. (2009) *Revisitando o conceito de eu em Freud: da identidade à alteridade*. ESTUDOS E PESQUISAS EM PSICOLOGIA, UERJ, RJ, ANO 9, N.1, P. 233-247, 1º SEMESTRE DE 2009 .
- NÁSIO, J. D.(1995). *Lições sobre os sete conceitos cruciais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- ORWELL, G. (2009). *1984*. São Paulo: Companhia das letras.

- PARENTE, A. (1993). *Imagem máquina: a era das tecnologias do virtual*. São Paulo: Editora 34.
- QUÉAU, P. (1993) *O tempo do virtual*. Em: PARENTE, A. (1993) *Imagem máquina: a era das tecnologias do virtual*. São Paulo: Editora 34.
- ROUDINESCO, E. & PLON, M. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SANTOS, L. G. dos (1993). *A televisão e a guerra do Golfo*. Em: PARENTE, A. (1993) *Imagem máquina: a era das tecnologias do virtual*. São Paulo: Editora 34
- SANTOS, E. F. S. (2001). *Nota de Leitura*. Disponível em: Revista de História Regional 6(1): 181-187, Verão 2001.
- SCHULTZ, D. P. (2005). *História da psicologia moderna*. São Paulo: Thompson Learning.
- SODRÉ, M. (2006). *As estratégias sensíveis*. Petrópolis: Vozes.
- SODRE, M. (2002). *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes.
- VIRILIO, P. (1993). *A imagem virtual mental e instrumental*. Em: PARENTE, A. (1993) *Imagem máquina: a era das tecnologias do virtual*. São Paulo: Editora 34
- THOMPSON, J. (2008). *A mídia e a modernidade*. Petrópolis: Vozes.
- WEISSBERG, J-L. (1993). *Real e virtual*. Em: PARENTE, A. (1993) *Imagem máquina: a era das tecnologias do virtual*. São Paulo: Editora 34.